



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO *PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY*
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO, LETRAS, ARTES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES

RUY AUGUSTO DOS SANTOS NETO

**Feminilidade Retrutada nas Mídias Esportivas: uma complexa relação com
a Dominação Masculina**

DUQUE DE CAXIAS
2023

Feminilidade Retrutada nas Mídias Esportivas: uma complexa relação com a
Dominação Masculina

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-graduação
em Humanidades, Culturas e Artes da
Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO,
como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Humanidades, Culturas e Artes.
Área de concentração: Educação, Linguagem e
Cultura

Orientador: Prof. Dr. Renan Gomes de Moura

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

S237f Santos Neto, Ruy Augusto dos.

Feminilidade retratada nas mídias esportivas: uma complexa relação com a dominação masculina / Ruy Augusto dos Santos Neto. – Duque de Caxias, Rio de Janeiro. 2023.

136 f.

Orientador: Renan Gomes de Moura.

Dissertação (mestrado) – UNIGRANRIO, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes. Rio de Janeiro, 2023.

1. Dominação masculina. 2. Feminilidade. 3. Violência simbólica. 4. Futebol feminino. 5. Mídias esportivas. I. Moura, Renan Gomes de. II. Título. III. UNIGRANRIO.

CDD: 305.42

RUY AUGUSTO DOS SANTOS NETO

**FEMINILIDADE RETRATADA NAS MÍDIAS ESPORTIVAS: UMA
COMPLEXA RELAÇÃO COM A DOMINAÇÃO MASCULINA**

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Mestre em Humanidades, Culturas e Artes.

Exemplar apresentado para avaliação da banca examinadora em 01/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RENAN GOMES DE MOURA**
Data: 13/06/2023 12:06:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Renan Gomes de Moura
Programa de Pós-Graduação em Humanidades. Culturas e Artes da UNIGRANRIO

Documento assinado digitalmente
 **REJANE PREVOT NASCIMENTO**
Data: 13/06/2023 16:30:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Rejane Prevot Nascimento
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLA MUNHOZ DA COSTA LIMA**
Data: 06/06/2023 22:49:25-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Daniella Munhoz da Costa Lima
UFF

A minha esposa Livia Mergulhão, que, com o seu coração bondoso, sempre esteve ao meu lado nesta caminhada.

A meu professor e orientador, Renan Gomes de Moura, que, com sua paciência e sabedoria, norteou esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A todos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente nesse trabalho e puderam contribuir para o seu desenvolvimento.

À Universidade do Grande Rio *Professor José de Souza Herdy* (UNIGRANRIO), que abriu suas portas para essa Pós-Graduação e possibilitou condições para o enriquecimento de conhecimentos.

Aos professores do Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes, que a partir das discussões e reflexões sobre os diversos temas, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que concedeu uma taxa de estudo durante quase um ano de curso.

Ao professor Joaquim Humberto, que iniciou a minha orientação e que contribuiu com valiosos caminhos, nesta dissertação.

Aos meus pais (Antonio e Elizabeth) e aos meus tios (Roberto e Silvia), que sempre me apoiaram nos estudos.

“Vemos a dicotomia do gênero operando normativamente na construção do social e nos processos coloniais de subjetificação opressiva”.

(María Lugones)

RESUMO

As diferentes mídias impulsionam a espetacularização do esporte a partir de sua popularização, tornando-o um fenômeno de massa de enorme dimensão simbólica, que motiva problematizações importantes sobre as desigualdades de gênero. Dessa forma, o processo de construção dos discursos da mídia é mediado no social, onde se repercute lógicas, interesses e relações de poder. Sendo assim, no decorrer da história, percebe-se que as mulheres desempenharam condutas secundárias em relação aos homens em diferentes áreas da sociedade como trabalhos, estudos e práticas físicas. Nesse sentido, a dominação masculina, consoante Bourdieu (2002), é uma consequência de um movimento de eternização e aponta as instituições interligadas como a família, a escola, a igreja, o esporte e o jornalismo por este procedimento. Sobre o esporte, ao analisar, especialmente, o futebol, verifica-se que ele é um espaço eminentemente masculino o qual tende manter uma relação de dominação simbólica. Já sobre jornalismo esportivo, enquanto categoria social e meio pedagógico cultural, pode tanto legitimar e valorizar conteúdos, sujeitos e grupos sociais quanto silenciá-los. Diante destas questões, este trabalho tem como objetivo geral compreender como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas e qual a sua relação com a dominação masculina. Para isso, foi utilizado o direcionamento metodológico da Revisão Crítica (RC), que é um tipo específico de revisão de literatura, complementado pelos desígnios da Análise de Conteúdo (AC). Assim, a realização deste estudo desvelou como se deu a cobertura midiática do futebol feminino, na Revista Placar, desde a década de 1980 até os dias atuais. Por fim, nota-se que ocorreu uma profunda mudança nas abordagens feitas pela Revista Placar, ao longo de seus anos. Pois, de acordo com Bourdieu (2002), houve uma grande contribuição dos movimentos feministas para que passasse a ocorrer um questionamento sobre a dominação masculina, entendendo-a como uma construção social.

Palavras-chave: Dominação masculina; feminilidade; violência simbólica; futebol feminino; mídias esportivas.

ABSTRACT

The different media drive the spectacularization of sport from its popularization, making it a mass phenomenon of enormous symbolic dimension, which motivates important problematizations about gender inequalities. In this way, the construction process of media discourses is mediated in the social sphere, where logic, interests and power relations are reflected. Thus, in the course of history, it is clear that women performed secondary behaviors in relation to men in different areas of society, such as work, studies and physical practices. In this sense, Bourdieu (2002) reveals that male domination is a consequence of a process of eternalization and points to interconnected institutions such as family, school, church, sport and journalism through this procedure. About sport, when analyzing football in particular, it is verified that it is an eminently masculine space, it acts in the sense of maintaining a relationship of symbolic domination. As for sports journalism, as a social category and cultural pedagogical means, it can both legitimize and value content, subjects and social groups and silence them. Faced with these questions, this work has the general objective of understanding how femininity is portrayed in sports media and what is its relationship with male domination. For this, the methodological direction of the Critical Review (CR) was used, which is a specific type of literature review, complemented by the purposes of Content Analysis (CA). Thus, carrying out this study revealed how the media coverage of women's football took place in Revista Placar, from the 1980s to the present day. Finally, it is noted that there has been a profound change in the approaches taken by Revista Placar over the years. Because, according to Bourdieu (2002), there was a great contribution from the feminist movements so that a questioning about male domination began to occur, understanding it as a social construction

Keywords: Male domination; femininity; symbolic violence; women's soccer; sports media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 1: Categorias de Análise.....	82
Quadro 2: Sites sobre a Revista Placar.....	84
Quadro 3: Fases da Placar.....	85

Figuras

Figura 1: As jogadoras do Radar.....	95
Figura 2: Outdoor no Japão.....	96
Figura 3: “Dossiê” sobre o futebol feminino.....	97
Figura 4: Richarlyson e a noiva, Letícia.....	101
Figura 5: Apoio ao direito LGBTQIAP+.....	102
Figura 6: Os 100 de Pelé.....	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Introdução	13
1.2	Pergunta de pesquisa	18
1.3	Objetivos	19
1.3.1	Objetivo geral	19
1.3.2	Objetivos específicos	19
1.4	Delimitação teórica	19
1.5	Organização geral da dissertação	20
1.6	Justificativa	20
2	GÊNERO, FEMINILIDADES E MASCULINIDADES	23
2.1	O Conceito de gênero	23
2.2	Feminilidades	25
2.3	Masculinidade Hegemônica e Virilidade	30
2.4	Masculinidades subalternas	33
3	A DOMINAÇÃO MASCULINA	37
3.1	O conceito	37
3.2	Patriarcado e machismo	39
3.3	Violência simbólica	44
3.4	Violência simbólica no campo esportivo	46
4	COMPREENDENDO O FUTEBOL E FEMINISMOS EM JOGO	51
4.1	O Futebol	51
4.2	Futebol e sociabilidade	55
4.3	O mundo do futebol como eminentemente masculino	58
4.4	O futebol feminino nos clubes de futebol	61

4.5	Futebol e feminismos	64
4.6	A relação entre as mídias esportivas e o futebol feminino	70
5	PERCURSO METODOLÓGICO	76
5.1	O corpus da pesquisa	777
5.2	Delimitação dos objetos	77
5.3	Método de análise.....	78
5.3.1	Pré-análise	80
a)	Leitura Flutuante	80
b)	Formulação das Hipóteses	80
5.3.2	Exploração do Material	81
a)	Codificação e Enumeração	81
b)	Categorias de Análise	81
5.3.3	Tratamentos dos Resultados, as Inferências e as Interpretações	83
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	84
6.1	Apresentação do Corpus da Pesquisa de acordo com as Categorias de Análise.....	86
6.1.1	Categorias: Feminilidades e Masculinidades	86
6.1.2	Categorias: Dominação Masculina e Violência Simbólica.....	1022
6.1.3	Categoria emergente: Erotização precoce	1066
7	Considerações Finais.....	109
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1133

APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca compreender como a feminilidade é retratada nas edições da revista Placar, desde a década de 1980 até os dias atuais. Observando-se, ainda, a existência de uma dominação masculina (BOURDIEU, 2002) em suas reportagens, já que a cultura do patriarcado sempre teve bastante influência na sociedade. Afinal, as mídias de comunicação costumam reproduzir os valores sociais de suas épocas.

Sendo assim, o interesse por estudar o tema se deu a partir dos estudos sobre gênero em aulas de Educação Física escolar, realizados no Programa de Residência Docente (PRD), na Pós-Graduação em Educação Básica do Colégio Pedro II, Campus de São Cristóvão, em 2019, com o término em 2021. Ao escrever o produto final “Aulas coeducativas na Educação Física: um desafio de reflexão sobre relações de gênero”, passei a refletir mais sobre a importância de se tratar esse tema no cotidiano.

Diante disso, no início de 2021, ingressei no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes, da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, onde tive importantes contatos com disciplinas da Linha de Pesquisa: Gênero, Etnia e Identidade. Mas, somente após uma apresentação de um capítulo chamado “Bola ao Alto”, do livro “Veneno Remédio”, do autor José Miguel Wisnik, na disciplina “Pensamento Social Brasileiro no Campo Interdisciplinar” é que surgiu a ideia de dissertar sobre o futebol e malandragem, no entanto, não haveria materiais suficientes para a escrita do trabalho e o orientador na época, Doutor Joaquim Humberto, sugeriu que a dissertação fosse sobre futebol feminino. No ano seguinte, em 2022, ocorreu uma mudança na orientação e o Doutor Renan Gomes de Moura passou a realizar a mentoria e, dessa forma, o trabalho foi direcionado a tratar de temas como a retratação da feminilidade nas mídias esportivas e dominação masculina (BOURDIEU, 2002). Sendo assim, a união entre os estudos de gênero e o futebol foram se consolidando.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Introdução

[E]studar as representações da figura feminina na mídia, por si só, não resolve os problemas da busca da igualdade entre homens e mulheres, mas os traz à tona e mostra o quanto ainda há por ser feito e conquistado. Pelo fato de a mídia ser formadora de opinião, [poderá demonstrar] o processo lento e secular de luta contra a discriminação da mulher nas sociedades (GHILARDI LUCENA apud ALVES, 2011, p. 299).

A sociedade moderna é edificada em torno de significações que moldam a forma com que os indivíduos compreendem o mundo a sua volta (ALVES, 2011). As práticas midiáticas, elementos relevantes e ativos da sociedade, criam determinadas representações que reproduzem padrões de pensamento (ALVES, 2011). Para Stuart Hall (2016), representar significa, justamente, “utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo para outras pessoas” (HALL, 2016, p.31).

Consequentemente, de acordo com Elias e Dunning (1995), as relações entre os meios de comunicação e os esportes se tornam espaços de grande relevância social. Já que eles sempre se influenciam mutuamente nas esferas social, econômica e política (ELIAS; DUNNING, 1995). Diante disso, percebe-se que as diferentes mídias impulsionam a espetacularização do esporte a partir de sua popularização, tornando-o um fenômeno de massa de enorme dimensão simbólica, que motiva problematizações importantes sobre as desigualdades de gênero (ELIAS; DUNNING, 1995).

Dessa forma, ao analisar historicamente os esportes, dos Anjos et al. (2018) revelam que homens e mulheres sempre tiveram distintos incentivos e dificuldades. Às mulheres, em determinado período da história brasileira, mais precisamente de 1941 a 1979, foi imposta uma proibição oficial para praticar esportes violentos e aqueles considerados não adaptáveis ao sexo feminino, como uma tentativa de adequar seus corpos e suas subjetividades (DOS ANJOS ET AL, 2018). Se por um lado, tal interdição parece sem sentido nos dias de hoje, por outro, suas consequências ainda ecoam em práticas e discursos que reforçam uma representação normatizada de feminilidade, seja espetacularizando a beleza das esportistas em detrimento de sua performance, seja direcionando para sua provável “masculinização” ao praticarem esportes relacionados ao universo dos homens (DOS ANJOS ET AL, 2018).

Nesse sentido, para Moreira et al. (2019), os esportes devem ser problematizados, pois, como espaços sociais, também mobilizam práticas reguladoras que validam certos modelos de masculinidades, feminilidades e comportamentos de sexualidade como ideais. A inserção das mulheres no cenário esportivo sempre se realizou de forma turbulenta (MOREIRA ET AL, 2019). Ao longo do tempo, os esportes foram considerados como práticas voltadas para os homens, tanto em marcações de seus corpos, considerados como viris (suor excessivo, demonstração de força, rivalidade, músculos torneados), quanto, também, por manifestar-se em um espaço público de socialização masculina (MOREIRA ET AL, 2019).

O suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, despertavam suspeitas porque pareciam abrandar certos limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina (GOELLNER, 2005, p. 92).

No início do século XX, a beleza das mulheres era vista como sinônimo de saúde e de uma genitália apropriada para cumprir suas funções reprodutivas, contudo, a partir dos anos de 1970, ocorreu a incorporação do discurso da erotização dos corpos das mulheres (GOELLNER, 2005). Dessa forma, academias, estádios, ginásios, praças e parques foram apontados como espaços sociais a espetacularizar os corpos femininos ressaltando alguns dos atributos indicados como característicos de seu sexo: beleza, graciosidade e, sobretudo, sensualidade (GOELLNER, 2005). O corpo feminino erotizado no esporte, cria uma imagem da atleta contemporânea que, mesmo exercitada fisicamente, torna-o absolutamente desejável (GOELLNER, 2005).

Ainda que o futebol feminino tenha se desenvolvido dentro de um limiar permissível e possível da realidade histórica brasileira, o discurso que embrulha as adjetivações normativas de gênero marcadas nos corpos das jogadoras se manteve presente (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Para camuflar ou vender outra imagem de futebol feminino, a partir dos anos de 1990, foram criados times de futebol feminino formados apenas por modelos (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Nessas equipes, era expressamente proibido ter jogadoras federadas, mesmo que fossem esteticamente belas, pois, o futebol era menos importante do que a espetacularização dos corpos (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

A tendência dessa nova modalidade de futebol, o jogo de modelos, foi narrada na matéria “Adoráveis Pernas de Pau”, da Revista Placar, na edição de novembro de

1995 (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Os times eram formados por modelos que tinham sido capas da revista Playboy (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Além da exibição em quadra, elas também participaram de uma festa promovida por um empresário brasileiro (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Nessa perspectiva, Oliveira e Maldonado (2020) escrevem sobre a espetacularização do corpo feminino, pois, ao apresentá-lo de forma sensual, impõem-se a ele uma denotação de um modelo e a uma peça de domínio público, que os indivíduos podem observar e comentar. Abordando-se dessa forma, algumas mídias e empresas conseguiram despertar atenção e aumentar lucro em torno do corpo das mulheres, isso inclui jogadoras federadas que se encaixam em determinados padrões estéticos (OLIVEIRA; MALDONADO, 2020).

Seguindo essa abordagem da espetacularização dos corpos, as jogadoras de futebol, sejam federadas ou apenas modelos, apareciam em uma seção da Revista Placar denominada “Deusa” (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Elas eram escolhidas pelo editor do periódico e suas fotos estampavam duas páginas da edição (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Entre as jogadoras federadas que foram expostas na Revista estão: Duda (Internacional, RS) e Suzana Werner (Fluminense, RJ) (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Já a revista Veja, após a participação do time de futebol feminino brasileiro nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996, publicou uma reportagem denominada “Flores do Campo” que, apontava para um dos objetivos pelos quais erotizar o corpo das mulheres seria importante para o espetáculo esportivo (GOELLNER, 2005). O conteúdo afirmava que, para que as mulheres tivessem sucesso em campo, além de competência técnica, teriam que cuidar de suas aparências (GOELLNER, 2005). A reportagem ainda afirmou que no futebol masculino, a competência técnica dos jogadores bastava para que o esporte se tornasse um empreendimento comercial (GOELLNER, 2005). Mas no jogo feminino, isso não era suficiente (GOELLNER, 2005). Os clubes exigiam, além da competência técnica, que as jogadoras fossem bonitas (GOELLNER, 2005).

O apelo a erotização dos corpos das atletas e à beleza delas tem como justificativa de que, se as jogadoras fossem atraentes, levariam público aos estádios e, conseqüentemente, aumentariam os recursos captados com os jogos, produtos, serviços e propagandas que rodeiam a modalidade (GOELLNER, 2005). Isso tudo, acarretaria

investimentos de patrocinadores, cuja ausência é frequentemente exposta pela mídia esportiva como um dos empecilhos do futebol feminino no Brasil (GOELLNER, 2005).

Nesse sentido, Knijnik e Vasconcellos (2003) ilustram essa situação no campeonato feminino de futebol, em 2001, organizado pela Federação Paulista de Futebol, onde as atletas, para jogarem o torneio precisariam cumprir exigências estéticas, já que os dirigentes da Federação prometiam literalmente um campeonato bom e bonito, que juntasse o “futebol à feminilidade”. As prioridades eram para mulheres de cabelos longos, as que tinham a cabeça raspada nem jogariam, também existia um componente etário nas pré-condições, as atletas teriam que ter no máximo 23 anos, provavelmente pelo pensamento de que as imagens das mais novas seriam mais facilmente erotizáveis na mídia em geral (KNIJNIK; VASCONCELLOS, 2003).

Para Goellner (2005), não há dúvidas de que essa espetacularização do corpo feminino não se encontra apenas nos lugares onde acontece a prática esportiva. Ela também pode ser vista em outros espaços sociais e, ainda, em distintas instâncias culturais como propagandas, revistas, programas televisivos e filmes (GOELLNER, 2005). Nesses e em outros locais é possível observar um processo educativo a produzir a espetacularização tanto de quem vê, quanto de quem é ou sente-se o próprio espetáculo (GOELLNER, 2005).

Em relação a essas outras instâncias sociais, como por exemplo nas propagandas, observa-se, constantemente, a exploração do corpo feminino como objeto nas peças publicitárias. Dessa forma, quando o corpo é notado como um lugar cultural de significados de gênero, torna-se obscuro que características desse corpo sejam naturais ou isentos de marca cultural (BUTLER, 2015).

As mulheres são objetos simbólicos constituintes da dominação masculina e o efeito dessa estrutura coloca a mulher em um estado perene de insegurança corporal, “elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis” (BOURDIEU, 1999, p.82).

Já nos programas televisivos de entretenimento, geralmente, a presença feminina esteve ligada a imagens que remetiam a figuras passivas, ocorrendo uma transformação da mulher em objeto (VITO; GILL; SHORT, 2009). Exemplos clássicos podiam ser vistos em programas de auditório como “Domingo Legal”, do SBT, e o “Domingão do Faustão”, da Rede Globo, programas concorrentes, que utilizavam mulheres como dançarinas/assistentes de palco (VITO; GILL; SHORT, 2009). Essa

sujeição remonta ao começo da programação televisiva no Brasil, quando as mulheres eram utilizadas para “alavancar” a audiência (VITO; GILL; SHORT, 2009).

Ao voltar para a parte esportiva, percebe-se que a espetacularização do corpo feminino também ocorre no Handebol de praia. Atletas da seleção feminina da Noruega foram multadas pela Federação Europeia da modalidade por usarem shorts em uma competição (UOL, 2021). De acordo com as regras da entidade, as jogadoras deveriam usar biquínis. Daí, cada uma teria que pagar U\$ 177, cerca de R\$ 929 na época, pelo uso dos trajes “inapropriados” (UOL, 2021). Entretanto, a Federação de Handebol da Noruega declarou que pagaria a multa das atletas que fossem penalizadas (UOL, 2021). O caso ocorreu durante a disputa da Euro de handebol feminino, em 2021. (UOL, 2021).

Diante desse contexto, tendo como centro de discussão os esportes brasileiros, percebe-se que são distintos os apoios, os incentivos, as oportunidades, as visibilidades e as relações de poder conferidos a homens e mulheres, seja no contexto da participação, seja na gestão ou na administração (GOELLNER, 2005). Nesse sentido, ao analisar, especialmente, o futebol, verifica-se que ele é um espaço eminentemente masculino, ele atua no sentido de manter uma relação de dominação simbólica (GOELLNER, 2005).

Dessa maneira, ainda que o futebol seja o esporte mais popular do Brasil, nota-se claramente que a relação da mídia e a exposição dos jogadores de futebol estão muito mais voltadas para o futebol masculino, onde os jogadores são mais valorizados (COSTA; ABREU, 2016). O tratamento da mídia em relação aos gêneros, parece mostrar dois caminhos diferentes no futebol: o primeiro sendo o do esporte masculinizado; e o segundo, o do esporte feminino, como objeto de desejo e modelo de beleza (DEL PRIORE, 2000).

A mídia, enquanto categoria social e meio pedagógico cultural, pode tanto legitimar e valorizar conteúdos, sujeitos e grupos sociais quanto silenciá-los (GOELLNER, 2005). Assim, ela deveria perceber o seu papel na configuração de valores sociais mais plurais em detrimento de um ideal hegemônico (LOURO, 1995). Sendo assim, torna-se de fundamental importância investigar como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas e qual a sua relação com a dominação masculina (BOURDIEU, 2002).

Diante de tudo que foi exposto, percebe-se que esta dissertação tem um caráter interdisciplinar, já que relaciona a prática esportiva a questões ligadas as áreas da Educação Física e da saúde (uma vez que apenas determinados esportes eram indicados ao público feminino e, além disso, acreditavam-se que os esportes considerados mais brutos modificariam a anatomia e a fisiologia das mulheres, prejudicando assim, as funções relacionadas a maternidade e a feminilidade). Ela também dialoga com questões das ciências sociais, por abordar gênero e dominação masculina (BOURDIEU, 2002) e, por último, está relacionada com a área da comunicação, pois investiga como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas.

1.2 Pergunta de pesquisa

O universo do futebol apresenta-se, desde seu início, como um lugar eminentemente masculino, simbolizando os princípios socioculturais determinados pela sociedade (FRANZINI, 2005). Entretanto, a inserção das mulheres nesse esporte modificou essa realidade (FRANZINI, 2005). As reações resultantes dessa nova ordem social expõem claramente as relações de gênero exibidos em nossa sociedade, já que quanto mais sexista, ou machista, maiores serão as dificuldades das mulheres em praticarem a modalidade esportiva (FRANZINI, 2005).

Essas dificuldades das mulheres ficam evidentes ao se analisar as narrativas da mídia esportiva sobre o futebol feminino, assim, Souza e Knijnik (2007) concluíram que a produção midiática fortaleceu o discurso de fragilidade da mulher, além de espetacularizar o corpo feminino, dando mais evidência aos atributos físicos e comportamentos das atletas do que para as suas habilidades como jogadoras de futebol (SOUZA; KNIJNIK, 2007).

O processo de construção dos discursos da mídia é mediado no social, onde se repercute lógicas, interesses e relações de poder (JANUÁRIO, 2017). Dessa forma, a edificação de sentidos sobre os discursos e as relações de gênero na sociedade, por parte das instituições e fenômenos sociais, terminam por atender ao senso comum e auxiliar para a permanência de silenciamentos e estereótipos (JANUÁRIO, 2017). Diante disso, surge a seguinte pergunta de pesquisa:

Como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas e qual é a sua relação com a dominação masculina (BOURDIEU, 2002)?

1.3 Objetivos

Nessa subseção são expostos o objetivo geral e os objetivos específicos do presente projeto de dissertação.

1.3.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo geral compreender como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas e qual a sua relação com a dominação masculina.

1.3.2 Objetivos específicos

- Compreender como o gênero feminino é retratado nas mídias esportivas;
- Verificar como a dominação masculina é refletida no futebol feminino;
- Perceber se existe relação entre dominação masculina, violência simbólica e futebol feminino;
- Entender a relação entre o mundo do futebol e a dominação masculina.

1.4 Delimitação teórica

A delimitação teórica do presente trabalho está ancorada nos pensamentos de Beraldo (2014), Connell e Messerschmidt (2013), Mott (2003), Santos (2012), Louro (1997) e Butler (2015), para abordar as questões referentes a gênero, no que se refere a Dominação masculina os principais autores são Saffioti (2004) e Bourdieu (2002). E, no que tange a discussão sobre esportes, este projeto se apoia nas ideias dos autores Salvini e Marchi Júnior (2013), Salvini e Marchi Júnior (2016), Franzini (2005), Leal (2001), Leal (2020), Leal e Mesquita (2021), Gastaldo (2006), Conceição Joanna (2022), Oliveira (2020), Oliveira e Maldonado (2020), Pereira (2018), Goellner (2005) e Saldanha e Goellner (2013).

1.5 Organização geral da dissertação

Além do prólogo e introdução, que é a primeira parte, essa dissertação é composta por mais sete divisões. A segunda apresenta uma visão sobre questões de gênero, especialmente ao investigar as feminilidades e as masculinidades; a terceira desvela a dominação masculina a partir do patriarcado, do machismo e da violência simbólica. Nesta parte, vale ressaltar que a dominação masculina não se sobrepõe ao ter termo patriarcado; a quarta versa sobre o futebol, com pesquisas sobre a história, sobre as modalidades masculinas e femininas, sobre a relação do futebol com a socialização, além de descrever sobre o mundo do futebol como eminentemente masculino, evidenciando a divisão dos esportes baseados no gênero/sexo, a luta feminista no futebol e o futebol feminino nos clubes de futebol; a quinta trata do percurso metodológico; a sexta expõe a apresentação e análise dos resultados; e, por última, as considerações finais.

1.6 Justificativa

O futebol, de acordo com Januário, Lima e Leal (2020), tem uma grande visibilidade no Brasil e no mundo, levando-se em conta o recorte do gênero masculino. Um esporte que desde a sua inserção em terras brasileiras, em 1894, conquistou adeptos em pouco tempo de divulgação, inicialmente, era jogado por homens brancos e pertencentes à burguesia (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Somente a partir da década de 1920 é que os negros começaram a serem aceitos no esporte, daí ocorreu uma ligeira adesão das classes mais pobres (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Em consequência, o país passou a incentivar à prática e a promoção de uma cultura futebolística na sociedade (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Contrastando a isso, em 1941, as mulheres foram impedidas, por meio de Decreto-lei 3.199, de praticar o futebol (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Daí, percebe-se que a história do futebol é perpassada por uma perspectiva interseccional, iniciada pelas questões de classe, raça e gênero (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020).

As mulheres só conquistaram o direito de praticar a atividade, de forma legal, em 1979, quando a seleção masculina já era tricampeã mundial (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). A seleção brasileira feminina de futebol disputou a primeira partida apenas em 1986 (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Isso evidencia a construção de uma cultura de

futebol ligada ao masculino, para além da ideia de força e virilidade relacionada a determinadas práticas esportivas (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). E, ainda, explica a falta de incentivo à participação e prática das mulheres nos campos de futebol, que permanece até hoje (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Já que, esse contexto é influenciado, também, pela pouca visibilidade do futebol feminino em espaços midiáticos (Januário; Lima; Leal, 2020).

Diante disso, nota-se que a relação entre jornalismo e futebol feminino tem despertado cada vez mais a atenção de pesquisadores no Brasil, a partir de artigos científicos, dissertações e teses, especialmente nas últimas décadas¹ (GOELLNER, 2003; 2005; KNIJNIK e SOUZA, 2004; MOURÃO e MOREL, 2005; COSTA, 2006; KANESIRO, 2009; STAHLBERG, 2011; JANUÁRIO, 2017; OLIVEIRA, 2020; ARAÚJO, 2021). Além disso, essas pesquisas foram realizadas por diferentes áreas do conhecimento como Educação Física, Direito, Antropologia, Comunicação e Sociologia. O que se revela na maioria desses estudos é que a cobertura das mídias sobre a modalidade não contribuiu como deveria para o fortalecimento e o respeito às mulheres no futebol. Ao contrário, muitas pesquisas evidenciam o quanto as representações jornalísticas fizeram uso de estereótipos para a representação da mulher atuando nos gramados do esporte, perpetuando, assim, preconceitos que dificultaram o desenvolvimento da modalidade (LEAL; MESQUITA, 2021). No entanto, os estudos realizados, principalmente sobre a Revista Placar, foco desta pesquisa, analisam apenas o tratamento dado às mulheres e ao futebol feminino, em diferentes períodos, não aprofundando muito na questão da dominação masculina (BOURDIEU, 2002). Dessa forma, esta dissertação procurou preencher a lacuna de compreender como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas sob a ótica da dominação masculina (BOURDIEU, 2002).

O futebol feminino, segundo Leal e Mesquita (2021), sofreu, em diferentes momentos e contextos sociais com uma imprensa que atuou de forma desconexa na propagação de informações que colocavam em xeque a fertilidade e a saúde das mulheres, com discursos misóginos e biologizantes. A Revista Placar, mais tradicional e longínquo periódico esportivo nacional em atividade, nasceu em 1970, ainda durante o processo de proibição das mulheres no futebol, e levou tempo para falar sobre a modalidade (LEAL; MESQUITA, 2021). Os primeiros registros passam a figurar a partir da década de 1980,

¹ O Instituto Internacional de Futebol, em 2005, no Congresso com o tema Mulher, futebol e Europa, afirmou que o futebol feminino tem se tornado uma área de estudos emergente e envolvente, em proporções globais.

quando a revista começa a analisar o futebol feminino com o enfoque nos atributos físicos das jogadoras (LEAL; MESQUITA, 2021).

Dessa maneira, o estudo “Feminilidade Retrutada nas Mídias Esportivas: uma complexa relação com a Dominação masculina” se justifica por tentar analisar o futebol feminino na Revista Placar, de 1980 até março de 2023, sob o enfoque da dominação masculina. Já que, os problemas relacionados as discriminações de gênero ainda continuam atuais em nossa sociedade. Assim, torna-se necessário e relevante realizar um trabalho sobre a temática.

2 GÊNERO, FEMINILIDADES E MASCULINIDADES

Esta seção tem como objetivo compreender os conceitos de gênero, feminilidades, masculinidade hegemônica, virilidade e masculinidades subalternas. Para isso, será exposto o conceito de gênero, em seguida será abordado o tema Feminilidades, na terceira parte será explicado os assuntos sobre Masculinidade Hegemônica e Virilidade, e por último, já na quarta subseção, será desvelada as Masculinidades Subalternas.

2.1 O Conceito de gênero

O conceito sobre gênero, de acordo com Santos Neto (2021), foi aplicado pela primeira vez em 1955, pelo biólogo neozelandês John Money, tendo assim, uma história relativamente recente. Para Money, esse termo tinha a intenção de definir os aspectos sociais do sexo, garantindo que há diferença entre gênero e sexo, pois o primeiro foi tratado como referencial de aspectos construídos socialmente e o segundo foi considerado como sendo relativo aos aspectos biológicos (SANTOS NETO, 2021).

Nessa perspectiva sobre o conceito de gênero, Santos Neto (2021) desvela que por meio das instituições e práticas sociais, ocorre a formação de indivíduos como mulheres e homens em um processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está terminado ou completo. Por outro lado, no que diz respeito a gênero, Goellner (2010) descreve o indivíduo como condição de um construto social erguido com fundamento nos significados culturais a ele associados.

Nessa perspectiva, Scott (1995) aponta que gênero é o meio pelo qual as distinções sexuais dos corpos masculinos e femininos são trazidas para dentro das práticas sociais, de maneira a alcançarem significados culturais. Assim, o gênero revela a construção cultural de ideias sobre as características e os comportamentos de homens e mulheres (SANTOS NETO, 2021).

Segundo Money e Tucker (1981), a anatomia sexual que surgia com os indivíduos não garantiria que ao longo de suas vidas eles pudessem se tornar aquilo que é socialmente reconhecido como sendo homens e mulheres “de verdade”. Pois, ao longo do percurso da vida haveria muitas encruzilhadas, em que cada indivíduo tomaria uma direção masculina ou feminina (SANTOS NETO, 2021).

As edificações sobre o que é ser mulher e homem, de acordo com Santos, Silva Neto e Ávila (2016), são realizadas a partir do corpo biológico. Pois, quando os indivíduos nascem, as sociedades os vestem por meio de suas identidades sexuais, impondo aos seus corpos uma identidade binária e universal, mostrando quais funções e papéis eles devem assumir com base em suas genitálias (SANTOS NETO, 2021). Por outro lado, ao ter a percepção de que o corpo não pode ser naturalizado apenas pelo fator biológico, tem-se a compreensão que o ser humano é formado por diversas facetas e por grandes potencialidades (SANTOS NETO, 2021).

Na visão de Louro (1997), para compreender o espaço e as relações de homens e mulheres numa sociedade é essencial observar não apenas seus sexos, mas sim tudo o que foi elaborado socialmente sobre os sexos. Já que, os indivíduos nomeiam, classificam ou “marcam” os corpos das pessoas no interior da cultura (SANTOS NETO, 2021).

Dessa forma, de acordo com Goellner (2003), um marcador de grupo que é bastante notado é a diferenciação de homens e mulheres com base na raiz biológica, uma vez que este marcador propaga uma caracterização de afazeres diários próprios para cada sexo, em conformação com o que é julgado “normal” e “ideal” para seus corpos (SANTOS NETO, 2021).

Segundo Moreno (1999), os parâmetros de comportamento nas sociedades patriarcais geraram um preconceito contra as mulheres desde o seu nascimento e desenvolvimento com a família, até o final do percurso nas instituições escolares. Em outras palavras, ao longo de muito tempo as mulheres foram preparadas para serem donas de casa, mães, esposas, dóceis e delicadas (SANTOS NETO, 2021).

Nesse sentido, Berté (2016) avalia que, no decorrer da história, as mulheres foram definidas como “sexo frágil”, tendo como missão cuidar da casa, filhos e marido. Diante disso, percebe-se que o aumento das conquistas femininas por espaços na sociedade está relacionado ao pensamento feminista e as representações ideais de feminilidade, pois, para refletir sobre a potência desse pensamento, foi essencial compreender que relações de gênero são edificações sociais e culturais (SANTOS NETO, 2021).

Em relação a esse assunto, Louro (2001) descreve que a luta das mulheres por equidade apareceu no Brasil após o movimento sufragista, no final do século XIX, sendo apontada como a primeira onda do movimento feminista. No entanto, ela indicava apenas objetivos mais imediatos ligados às ambições das mulheres brancas de classe média,

deixando de lado a pluralidade de outras categorias que eram excluídas (SANTOS NETO, 2021).

Porém, conforme Goellner (2001) explica, uma segunda onda feminista, no fim da década de 1960, elevou os anseios do movimento, adicionando reflexões teóricas advindas de teorias como o marxismo e a psicanálise. Esses estudos passaram a analisar as contribuições e experiências dos sexos masculinos e femininos no contexto social (SANTOS NETO, 2021).

Diante disso, Saraiva (2005) afirma que os estudos sobre gênero no Brasil foram alavancados por essa segunda onda feminista. Esse movimento objetivou, inicialmente, descortinar as relações de poder entre masculino e feminino, que sempre permaneceram causando prejuízo ao valor social da mulher (SANTOS NETO, 2021). Posteriormente, o conceito de gênero contribuiu para o esclarecimento de outras imposições culturais sobre corpos sexuados (SANTOS NETO, 2021).

2.2 Feminilidades

A feminilidade, segundo Beraldo (2014), é um conceito cultural amplamente naturalizado, porém ainda bastante questionável nos estudos feministas. Estabelecida de forma arbitrária e hegemônica dentro de uma sociedade patriarcal, esta normatividade sobre o que é parecer/ser mulher tem sido muito discutida desde as primeiras ondas feministas (BERALDO, 2014). Afinal, o que é ser feminina: uma condição natural das mulheres ou uma construção de um imaginário midiático e cultural (BERALDO, 2014)?

Diante desses questionamentos, Moura (2017) revela que algumas noções existentes sobre feminilidade, estão fundamentadas na Sociologia e na Antropologia dos sexos. Para esses campos do conhecimento, feminilidade e masculinidade marcam as qualidades e as características atribuídas cultural e socialmente às mulheres e aos homens (MOURA, 2017). Dessa maneira, em relação a feminilidade, este termo é utilizado para retratar igualmente as características atribuídas ao feminino e aos principais recursos da sexualidade feminina (MOURA, 2017).

Nessa perspectiva, para Pereira (2018), o conceito de feminilidade está ligado a um conjunto de atributos, condutas sociais e funções associados ao que se compreende por ser mulher. O entendimento do que é ser feminina é sempre uma construção

histórica, em outras palavras, o ideal de feminilidade, assim como o de masculinidade, é organizado por meio de necessidades políticas e socioeconômicas características de cada época (PEREIRA, 2018).

Dessa maneira, Almeida (2012) revela ser nítido que, na Era Moderna, os conceitos elaborados sobre as características femininas e sobre o ideal de feminilidade surgiram a partir de uma construção realizada por uma ordem masculina, no interior de um determinado contexto histórico.

Assim, por volta do século XVIII, segundo Almeida (2012), criaram-se pensamentos médicos, filosóficos e morais para delimitarem as essências existentes entre as pessoas femininas e masculinas. Daí, ocorreram distribuições sociais diferentes para cada sexo, pois ambos possuíam naturezas distintas (ALMEIDA, 2012). Nessa época, os principais teóricos como Rousseau, Kant e Hegel concordaram com a ideia de que existia uma propriedade diferencial entre o masculino e o feminino e que isso teria consequências sobre a legitimidade de suas vivências sociais (ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, a cultura europeia elaborou um pensamento para buscar uma perfeita integração entre as mulheres e o grupo de funções, atributos, predicados e impedimentos denominado feminilidade (ALMEIDA, 2012). Diante disso, definia-se a natureza feminina (ALMEIDA, 2012). Assim, as virtudes características da feminilidade eram relacionadas ao recato, à afetividade, à docilidade, à receptividade passiva em relação aos prazeres e necessidades dos homens e, posteriormente, aos cuidados com os filhos (ALMEIDA, 2012).

Consequentemente, segundo Isse (2003), criou-se a imagem da mulher como ser sensível, instintivo, vulnerável, paciente, maternal, belo, amoroso e sensual, e essa imagem esteve presente nas representações de feminilidade de distintas culturas e povos e permanece sendo, ainda atualmente, uma marca significativa do feminino no senso comum. Por outro lado, na cultura contemporânea ocidental, os símbolos que representam a feminilidade são aparência física magra, bela e jovem, ligada a um estilo de vida divertido, alegre, dinâmico e uma forma de vestir-se e movimentar-se sedutoramente (ISSE, 2003). Ser feminina é despender tempo e dinheiro em si mesma, na construção de um corpo perfeito, padronizado e amplamente ilustrado em mídias publicitárias, a partir de um autocontrole sobre a nutrição, da utilização de vitaminas e cremes e da execução de um programa de atividades físicas (ISSE, 2003).

Nesse sentido, de acordo com Beraldo (2014), a questão da feminilidade aparece como fator essencial da ligação entre a mulher, enquanto sujeito, e a edificação da imagem ideal da mulher, fundamentada nos interesses de uma sociedade regida pela cultura patriarcal. Já em relação a cultura de consumo, pode-se dizer que a roupa foi um dos primeiros produtos a denunciar a acomodação do corpo feminino aos padrões definidos por uma estética de feminilidade que Bourdieu (2003) denominou como a arte “se fazer pequena”, pois desde a moda de classe até a moda atual, as roupas fazem com que as mulheres realizem gestos delicados e curtos, devido ao desconforto que as vestimentas femininas ainda costumam provocar (BERALDO, 2014). Além do vestuário, a feminilidade também passa a ser construída em padrões estéticos que manipulam a conformação dos corpos, referindo-se a padrões de beleza para cílios, sobrancelhas, cabelos, unhas, pelos, pele e tudo mais que puder ter a influência da indústria de cosméticos (BERALDO, 2014).

Pois, para Isse (2003), explicações biológicas e psicológicas tentavam justificar as distinções de direitos e deveres que existiam entre mulheres e homens, tão marcantes em diferentes tempos e espaços da história. O pensamento sobre uma suposta existência de uma “natureza” ou “essência” feminina e masculina, foi a desculpa para que tais desigualdades atravessassem os tempos (ISSE, 2003). Uma vez que, associavam-se esse pensamento a questões biológicas para se construir um ideal de gênero totalmente influenciado por crenças (ALENCAR, 2012).

Afinal, os conceitos de feminilidade e masculinidade, por se tratar de construções culturais, históricas, sociais e geograficamente contextualizáveis, são absorvidos pela sociedade e esta cria expectativas em relações aos comportamentos ligados a feminilidade, associando-os exclusivamente às mulheres (VEIGA, 2012).

Nessa perspectiva, Simone de Beauvoir (1980) alerta, a partir de sua famosa frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, para o fato de que as mulheres são educadas, nas sociedades capitalistas ocidentais, desde a infância, a desempenhar um papel social de submissão. Diante disso, Bourdieu (2002) acrescenta que a maioria dos meninos e das meninas aprendem o machismo dentro de casa, pois é a família a principal responsável pela reprodução da dominação e da visão masculinas.

Pois, as edificações sobre o que é ser homem e mulher, de acordo com Santos Silva Neto e Ávila (2016), são produzidas a partir do corpo biológico. Já que, quando os indivíduos nascem, as sociedades os vestem por meio de suas identidades sexuais, a

eles são impostos uma identidade binária e universal, mostrando-se quais funções e papéis devem assumir com base em suas genitálias (SANTOS SILVA NETO; ÁVILA, 2016).

Dessa maneira, já na fase adulta, segundo Andreoli (2010), a mulher é vista como tendo a obrigação de cuidar da casa e dos filhos, enquanto o homem deveria sair para trabalhar e sustentar o lar. Corroborando com isso, Schwantes (2006) expõe que a edificação da alma feminina estava pautada no princípio de que a família, principalmente o casamento e a maternidade, deveria ser o principal objetivo de realização social da mulher.

Sendo assim, o casamento, de acordo com Isse (2003), foi o grande mecanismo de aproximação entre mulheres e homens, apesar de não os posicionarem em situação de equidade. Era uma maneira de preservar a dominação masculina (BOURDIEU, 2002) sobre elas. Afinal, a fragilidade feminina transformava-as em seres desprezíveis, desqualificados e dignos de compaixão (ISSE, 2003). A fraqueza delas deveria ser constantemente controlada, assistida, corrigida e punida, seja pelo marido ou por Deus (ISSE, 2003). Ao casar-se, a mulher deveria ter uma gratidão eterna, pois ela estaria com um homem que tomaria conta e a protegeria. Então, ela deveria demonstrar obediência e submissão (ISSE, 2003).

A domesticidade, desde a Idade Média, iniciou-se como espaço prioritário da mulher (ISSE, 2003). Dessa forma, aos homens cabia a ação exterior e pública, enquanto a elas cabia ficar aninhadas no interior, em um quarto que era uma espécie de matriz (ISSE, 2003). O privado, o doméstico não significava apenas uma exclusão das atividades políticas que, por outro lado, tornaram-se espaços públicos que ficaram cada vez mais identificadas com o masculino (ISSE, 2003). Além disso, cuidar do lar simbolizava a pureza, a fidelidade e o recato, qualidades femininas fundamentais que, na hierarquia social, exerciam posição soberana (DUBY, 1989). Assim, a sociedade estabelecia mecanismos para mistificar a mulher no seu papel de esposa e mãe como formas personificadas de realização (SADER; NICOLETE; GOMES, 2019).

Dessa forma, a noção de feminilidade, desenvolvida desde o início da modernidade, colocou as mulheres em um cerco invisível que buscava adequá-las a um modelo cultural ditado pela supremacia masculina, e que as manteve excluídas da vida pública (ISSE, 2003). Em contrapartida, a partir das lutas feministas surgiu a ideia de

que “o privado é político”, e outras questões da vida doméstica, como submissão e violência, também foram levadas para o espaço público (ISSE, 2003).

Por outro lado, Santos (2010) assinala que feminilidade e masculinidade estão em constante modificação, não sendo condições estáticas, e englobam uma gama de formas de ser mulher ou homem. Sendo assim, nota-se que a feminilidade não é uma essência e não é singular, mas é uma edificação cultural e plural, logo, o que há são feminilidades, não ocorrendo um padrão a ser norteado e tão pouco é um privilégio apenas das mulheres (CONNEL, 2003). Observa-se então, que todas as pessoas possuem em seu interior os princípios femininos e masculinos (SANTOS, 2010).

Assim, Beauvoir (1980) descreve que todas as pessoas do sexo feminino não são, necessariamente, mulheres, mas elas devem sempre participar dessa realidade complexa e ameaçada que é a feminilidade. A partir desse pensamento, compreende-se que a feminilidade não está ligada a órgãos sexuais, mas sim ao convívio e à idealização do indivíduo com a feminilidade (Beauvoir, 1980).

Dessa forma, Butler (2015) aponta que há uma maneira política de ser mulher e pergunta o que é ser mulher, o que engloba esse local como “o corpo feminino”? É o “corpo” ou “o corpo sexuado”, o pilar sólido sobre o qual empregam o gênero e o sistema da sexualidade compulsória? Ou será que o “corpo” em si é delineado por forças políticas com ambições estratégicas em mantê-lo restrito e edificado pelos marcadores sexuais (BUTLER, 2015). Ou seja, as feminilidades estão inscritas nos corpos dos indivíduos por intermédio de redes de poder (NATT; CARRIERI, 2016).

Consequentemente, ocorreram problematizações sobre desigualdades de gênero que alteraram radicalmente as representações sobre a feminilidade, a partir da segunda metade do século XX (ISSE, 2003). Para Trat (2009), os movimentos feministas passaram a localizar os seus principais enfrentamentos, que são: os homens (concebidos como grupo biológico), a misoginia, o patriarcado e a divisão social do trabalho em todas as esferas da sociedade, além da consequente repressão sexual feminina. Nesse sentido, de acordo com Gilles Lipovetsky (1997), nos últimos cinquenta anos ocorreram mais mudanças nas condições femininas do que em todos os milênios que os precederam.

Antes, as mulheres eram “escravas” reprodutivas, agora estão emancipadas desta servidão (LIPOVETSKY, 1997). Elas, que se imaginavam fadas do lar, querem agora realizar uma atividade profissional (LIPOVETSKY, 1997). Elas que estavam

subjugadas a uma moral rígida, conquistaram o direito à liberdade sexual (LIPOVETSKY, 1997). Viviam em setores destinados ao feminino e, depois, conseguiram abrir oportunidades nas cidadelas masculinas, adquirindo os mesmos diplomas que os homens e reivindicando a igualdade política (LIPOVETSKY, 1997).

Segundo Bourdieu (2002), a grande conquista dos movimentos feministas foi conseguir evidenciar o questionamento sobre a “dominação masculina”, entendendo-a como uma construção social e, portanto, histórica:

A maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar (BOURDIEU, 2003, p. 106).

Diante disso, Bourdieu (2003) desvela que, enfim, a dominação masculina não se fixa mais de maneira irrefutável. Ela não é mais colocada de forma tão silenciosa ou gratuita, é necessário ter justificativa ou defesa para sua instituição (BOURDIEU, 2002). Assim, têm-se, atualmente, algumas transformações nas relações de gênero a partir das conquistas femininas, ou ainda, a partir de transformações nas disposições estruturantes que perpetuam a dominação masculina (BOURDIEU, 2003).

Como consequência, as mulheres tiveram mais acesso ao ensino secundário e superior, facilitando sua ascensão no meio social e reduzindo sua permanência no espaço doméstico (BOURDIEU, 2002). Além disso, elas tiveram maior autonomia em relação aos próprios corpos, proporcionado principalmente pela pílula anticoncepcional, que fez com que o número de integrantes das famílias reduzisse (BOURDIEU, 2002). As mulheres se tornaram mais independentes, assim como o número de divórcios aumentou (BOURDIEU, 2002).

2.3 Masculinidade Hegemônica e Virilidade

A literatura aponta que o corpo, a sexualidade e o gênero são construções culturais que são alterados de acordo com cada sociedade e cultura, alteram-se até mesmo dentro de uma mesma sociedade, em diferentes estágios históricos, além disso,

podem modificar seus significados dependendo da fase da vida de cada pessoa, ou seja, na infância, na vida adulta ou na velhice (BUTLER, 2003). Assim, o corpo, a sexualidade e o gênero são construções culturais e sociais, não ontológicas, que direcionam os sentidos em processos de inteligibilidades na interação social (BUTLER, 2003).

Nesse sentido, a masculinidade, assim como a feminilidade, é uma categoria ficcional sobre não somente os sexos, as sexualidades e os gêneros, mas sobre as instituições que simbolizam a masculinidade hegemônica, como a instituição militar ou sobre o provimento econômico da família enquanto exercício “natural” da masculinidade (MIRANDA; OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, Alcadipani e Eccel (2012) desvelam como as características das masculinidades, sobretudo, da masculinidade hegemônica foram construídas. Nos tempos medievais, a honra foi abalizadora da masculinidade, onde ela era provada em duelos (ALCADIPANI; ECCEL, 2012). Já na modernidade, os ideais de masculinidade fundamentaram-se na instituição militar, estabelecida pelo conflito entre nações e civilizações (ALCADIPANI; ECCEL, 2012). No período das guerras mundiais, do socialismo, nazismo e fascismo, características como amor à pátria, força, vigor, obediência, disciplina, trabalho e ordem eram valorizadas e sempre estavam em defesa do Estado (ALCADIPANI; ECCEL, 2012). A masculinidade era relacionada ao sacrifício em proteção da soberania, a perspectiva de aguentar sofrimentos igualava-se à virilidade e a imagem do guerreiro que lutava em interesse de uma causa nobre e socialmente reconhecida (ALCADIPANI; ECCEL, 2012).

Diante das tentativas de passar sempre a imagem de virilidade, Carrieri (2008) descreve que o homem (branco, heterossexual e sem deficiências) buscou manter-se como superior aos outros seres, as masculinidades hegemônicas passaram a desvalorizar continuamente o que é diferente, reafirmando o que compreendido como “o verdadeiro homem” em oposição ao que não o é. Nesse ideal de masculinidade, o homem passa a ter uma posição privilegiada e dominadora na sociedade, já que os cidadãos “aceitam” o conceito histórico e social de criação do que é ser um sujeito masculino (CARRIERI, 2008).

Nesse contexto, para Oliveira (2004), os comportamentos socialmente vistos como masculinos foram reforçados nas formações dos Estados Modernos, portanto: nacionalismo, militarização e masculinidade avançaram juntos. Força, trabalho,

disciplina e ordem foram atributos associados aos homens, principalmente em períodos de guerras e de lutas (OLIVEIRA, 2004). O militarismo era tido como um rito de passagem que ensinava meninos a serem homens, buscando extinguir qualquer vestígio afeminado (OLIVEIRA, 2004).

Esse cenário de dominação realizado pela masculinidade hegemônica, de acordo com Arilha, Ridenti e Medrado (1998), só passou a ser confrontado a partir da década de 1960, com o movimento feminista, assim como os movimentos gay e lésbico, que estabeleceram espaço para que fossem pensadas outras compreensões sobre as diferenças sociais baseadas na distinção sexual. Nesse contexto, a masculinidade surgiu como objeto de estudo, ocorrendo uma problematização da sua condição hegemônica detectada na figura do homem heterossexual, branco e dominante (ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998).

Dessa forma, os estudos sobre homens e masculinidades alcançaram papéis essenciais para balizar as dimensões relacionais de gênero e aprofundar a teoria feminista, ao buscarem destacar a diversidade dos “modelos masculinos” (ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998). Assim, a partir do trabalho realizado por Raewyn Connell, em 1987, denominado “Gender and Power”, surgiu o conceito de masculinidade hegemônica, articulado com a feminilidade e as masculinidades subordinadas (ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998).

Nos termos do sistema patriarcal de gênero, ações de masculinidades impulsionaram sua existência hegemônica com suporte em situações históricas e específicas (CONNELL, 1987). A masculinidade hegemônica se apresentava a partir de diversas práticas que inseriam a dominação dos homens sobre as mulheres, ao mesmo tempo em que perpetuavam essa dominação (CONNELL, 1987). Consequentemente, a particularidade mais importante da masculinidade hegemônica é que ela é heterossexual e está profundamente ligada com a instituição do casamento (CONNELL, 1987). Além disso, ela funciona como um “padrão”, submetendo as masculinidades subordinadas ao seu domínio (CONNELL, 1987).

Nessa perspectiva, Connell e Messerschmidt (2013) consideram que a masculinidade hegemônica se diferenciou de outras masculinidades. Ela não se assumiu normal em um sentido estatístico, somente uma minoria dos homens talvez a adote (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Mas seguramente ela é normativa (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Ela abarca a forma mais honrada de ser um

homem, ela impõe que todos os outros homens se situem em relação a ela e valida ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Esses homens que foram beneficiados pelo patriarcado, não precisaram adotar uma versão viril da dominação masculina (BOURDIEU, 2002), eles podem ser vistos como aqueles que incorporaram uma cumplicidade masculina (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Foi dentro desse grupo e, com a “aceitação” das mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). A hegemonia não estava ligada a violência, embora possa ser sustentada pela força, significava ascendência atingida a partir das instituições, da cultura e da persuasão (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Nesse contexto, Kimmel (1998) destaca que as masculinidades se edificam em dois terrenos interligados de relações de poder: nas relações entre homens e mulheres e nas relações de homens com outros homens, ou seja, ocorrem desigualdades de gêneros fundamentadas em sexualidade, raça, etnia e idade. Assim, dois dos elementos estabelecidos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia (KIMMEL, 1998).

Entretanto, a dominação masculina, de acordo com Bourdieu (2002), ao mesmo tempo em que apresenta privilégios aos homens, proporciona igualmente um peso grande a eles. Eles se tornam reféns da própria construção social (BOURDIEU, 2002). É exigido ao homem o dever de ratificar constantemente sua virilidade (BOURDIEU, 2002). Em contrapartida, há um temor em assumir elementos ligados ao feminino, como a vulnerabilidade e a angústia (BOURDIEU, 2002). Dessa forma, a virilidade leva ao paradoxo da vulnerabilidade, por ser humanamente improvável sustentar tal postura o tempo todo (BOURDIEU, 2002).

2.4 Masculinidades subalternas

Na busca para se estruturar uma masculinidade socialmente valorizada, Cecchetto (2004) revela que determinados grupos masculinos rejeitam outras versões de homens, transformando-as em duvidosas e desprezíveis. Dessa forma, para Siqueira e Andrade (2012), o homem negro, o homem deficiente e o homem homossexual são vistos como opostos do que se projetou sobre o gênero masculino, são homens que têm

uma masculinidade subalterna, são homens com características negativas perante a sociedade.

Para Oliveira (1998), a masculinidade hegemônica representa uma configuração de poder das relações sexuais, assim, ela busca excluir qualquer desconformidade de comportamento masculino que não se adapte aos seus princípios. Ao mesmo tempo que isso ocorre, existe um processo de luta que mobiliza a contestação, a marginalização, a resistência e a subordinação das modalidades de ser masculino (OLIVEIRA, 1998). Essas identidades não são validadas pelo modelo “natural”, ou seja, pelo padrão hegemônico que está ligado na heterossexualidade compulsória e no patriarcado (OLIVEIRA, 1998). O contraponto dessa masculinidade hegemônica é a masculinidade subalterna, que incluem as masculinidades homossexuais, afro-brasileiras e indígenas (OLIVEIRA, 1998).

Corroborando com isso, Lugones (2014) afirma que o mundo é organizado ontologicamente em categorias homogêneas e separáveis. A lógica categorial hierárquica e dicotômica é essencial para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre gênero, sexualidade e raça (LUGONES, 2014). Consequentemente, os povos indígenas e africanos foram considerados como não humanos, pois eram considerados selvagens, enquanto o homem europeu, heterossexual, branco, cristão e burguês é considerado o humano (LUGONES, 2014).

Diante desse tratamento revelado contra povos indígenas e africanos, Silvio Almeida (2019) revela que o racismo é uma maneira sistemática de discriminação que tem a raça como base, e que se apresenta a partir de práticas conscientes ou inconscientes que terminam em desvantagens ou privilégios para alguns sujeitos, a depender do grupo racial ao qual pertencem. Além disso, o racismo não se evidencia apenas de um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas, também, de um processo em que as conjunturas de subalternidade e de vantagem que se distribuem entre os grupos raciais se propagam nos ambientes da economia, da política e das relações cotidianas (SILVIO ALMEIDA, 2019).

Já em relação a subalternidade de homossexuais, Almeida (1995) expõe que para além da “inferioridade” das mulheres, a masculinidade hegemônica tem como uma de suas principais características a homofobia. Dessa forma, a maneira mais comum de agredir a homossexualidade é na linguagem, agredindo o homem ao associá-lo com o feminino, recurso que é empregado em todas as relações conflituosas e competitivas

entre homens, no trabalho, nos jogos, nos negócios e em outras esferas (Almeida, 1995).

Em contrapartida, torna-se indiscutível a contribuição dos estudos de gênero no que tange a compreensão da construção dos papéis sociais e culturais de homens e mulheres (ALVES, 2019). Nesse sentido, surgiram muitas produções científicas significativas no campo dos estudos de masculinidades (ALVES, 2019). Diversas reflexões sobre a masculinidade e suas ramificações ocorreram, além do papel delas no patriarcado e em suas consequências (ALVES, 2019).

Nessa perspectiva, segundo Facchini (2003), a partir dos movimentos feministas, já na segunda metade dos anos de 1970, no Brasil, ocorreu o Movimento Homossexual. Este termo está relacionado ao conjunto das associações e entidades criadas com o comprometimento de garantir e defender os direitos ligados à livre orientação sexual (FACCHINI, 2003).

Entretanto, Chevitarese, Fonseca e Trajano (2017) descrevem que por um longo tempo o conceito de gênero foi analisado como uma questão exclusivamente sobre as distinções sexuais, situação que passou a se modificar, somente, no decorrer dos anos de 1990, com a colocação de temas como masculinidade e desnaturalização do “ser Homem”. Dessa forma, estes estudos deram relevância às diferenças entre os indivíduos, motivados pelos questionamentos das identidades que atravessaram as ciências humanas e sociais e influenciaram movimentos feministas e movimentos gays (CHEVITARESE; FONSECA; TRAJANO, 2017).

Historicamente, de acordo com Mott (2003), a palavra “homossexual” foi apresentada pela primeira vez, em 1869, pelo jornalista húngaro Benkert e este termo foi bem aceito entre as pessoas participantes do grupo. A homossexualidade significa “sexo igual”, podendo ser utilizada tanto para homens que se relacionam com outros homens, quanto para mulheres que se relacionam com outras mulheres (MOTT, 2003). Há, ainda, diversos outros termos como “invertido”, “bicha” e “gay” que significa “alegre”, contudo, estes são tidos como pejorativos por pessoas do grupo (MOTT, 2003).

Além disso, tem-se que muitos indivíduos consideram a homossexualidade como uma doença mental, ainda que, em 1985, o Conselho Federal de Medicina retirou o termo da lista dos desvios sexuais e em 1999 o Conselho Nacional de Psicologia homologou a normalidade da orientação homossexual (MOTT, 2003). Esta hostilidade

ao indivíduo homossexual é intitulada de homofobia, ou seja, ódio doentio contra a homossexualidade (SANTOS, 2012).

Dessa maneira, o preconceito aparece a partir de um conceito maldoso na mente dos indivíduos, pois, são reproduções de pensamentos que os acompanham desde o nascimento, exemplos dessa propagação são as anedotas preconceituosas contra os homossexuais que passam por várias gerações e somente tem sentido para aqueles que estão condicionados por uma lógica alienante (SANTOS, 2012). Assim, acredita-se que a homofobia permanece porque muitas pessoas desconhecem a respeito de sexualidade, pois, ser homossexual não é uma opção sexual do indivíduo e sim uma orientação sexual, em outras palavras, a pessoa não escolhe ser homossexual, mas, ela já “nasce assim” (SANTOS, 2012).

3 A DOMINAÇÃO MASCULINA

Esta seção tem como objetivo compreender os conceitos de dominação masculina, patriarcado e machismo, violência simbólica e violência simbólica no campo esportivo. Para isso, será exposto o conceito de dominação masculina, em seguida será abordado o tema “patriarcado e machismo”, na terceira parte será explicado o conceito de violência simbólica, e por último, já na quarta subseção, será desvelada a violência simbólica no campo esportivo.

3.1 O conceito

No decorrer da história, as mulheres desempenharam condutas secundárias em relação aos homens em diferentes áreas da sociedade como trabalhos, estudos e práticas físicas (CRUZ; PALMEIRA, 2009). Esse privilégio masculino foi produzido culturalmente a partir das distintas maneiras de educar homens e mulheres, ao atribuir competências e habilidades específicas para cada gênero (CRUZ; PALMEIRA, 2009). A família e a escola são consideradas como as principais responsáveis pela propagação de valores estereotipados acerca das questões de gênero (CRUZ; PALMEIRA, 2009).

Nesse sentido, Bourdieu (2002) revela que a dominação masculina é uma consequência de um processo de eternização e aponta as instituições interligadas como a família, a escola, a igreja, o esporte e o jornalismo por este procedimento. Estas organizações tratam de formas distintas os corpos femininos e masculinos, utilizando-os como justificativas naturais para as diferenças socialmente construídas entre os gêneros, inclusive nas divisões sociais do trabalho (BOURDIEU, 2002). Assim, o autor contesta sobre os mecanismos históricos que são encarregados pela eternização relativa das estruturas da divisão sexual, pela forma como essa divisão é encarada e pela des-historização (BOURDIEU, 2002).

Segundo Silva (2017), aos indivíduos do sexo masculino é ensinado a ser “homem”. Nas relações sociais, ser homem significa ter força, racionalidade e insensibilidade (SILVA, 2017). Dessa maneira, algumas práticas na formação do homem são valorizadas, principalmente as que envolvem força, coragem e rapidez (SILVA, 2017). Assim, no Brasil, há um grande incentivo aos meninos a praticarem futebol e lutas, para se tornarem verdadeiros homens (SILVA, 2017).

Por outro lado, as mulheres são ensinadas a serem frágeis, dóceis, caladas e emocionais, voltadas para tarefas domésticas em que a calma, a delicadeza, os cuidados aos pequenos detalhes são enaltecidos (SILVA, 2017). Nessa perspectiva, existe um apoio a prática do ballet, a brincadeiras com bonecas e uso de roupas rosas, além disso, as brincadeiras de “casinha”, preparação de alimentos e cuidados com o filho são permitidas apenas as meninas (SILVA, 2017).

O trabalho de transformação dos corpos se efetua, em parte a partir de imposições explícitas e, em parte a partir de toda a edificação simbólica da visão do corpo biológico (BOURDIEU, 2002). Ele produz “habitus”² automaticamente diferenciados e diferenciadores (BOURDIEU, 2002). As tarefas de masculinização do corpo masculino e de feminilização do corpo feminino exigem gastos consideráveis de tempo e esforços para determinarem uma somatização da relação de dominação, assim naturalizada (BOURDIEU, 2002).

O “habitus”, de acordo com Marchi Júnior (2004), funciona como esquema de ação, de reflexão, de percepção incorporado no corpo e na mente, de forma durável e com contorno de disposições permanentes por meio de posturas, gestos, formas de enxergar o mundo, de categorizar a si próprio e seus pares por meio de suas próprias classificações. É algo assimilado e decorrente das estruturas sociais e históricas (MARCHI JÚNIOR, 2004).

Desde a primeira infância, já é ensinado aos sujeitos quais são as suas devidas posições no mundo e como a sociedade espera que eles se comportem, sob pena de receberem muitas repressões, a primeira delas na própria casa em que moram, pois, o temor pela desobediência das divisões sexuais se torna um dos maiores pavores do patriarca (SILVA, 2017).

Para Saffioti (2004), o “habitus” é o estímulo de uma verdadeira máquina simbólica que vai colocando seus símbolos e suas marcas distintivas nos corpos e nas estruturas. Tanto homens quanto mulheres são influenciados por essa visão do mundo de dominação masculina (BOURDIEU, 2002). A maioria delas, socializadas na ordem patriarcal, carregam em si a ideologia dominante de gênero (SAFFIOTI, 2004).

² O habitus, que é princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é produto de toda a história individual, bem como através das experiências formadoras da primeira infância, de toda história coletiva da família e da classe; em particular, das experiências em que se exprime o declínio da trajetória de toda uma linhagem e que podem tomar a forma visível e brutal de uma falência ou, ao contrário, manifestar-se apenas como regressões insensíveis (BOURDIEU, 2003, p.131).

Dessa forma, o corpo é percebido a partir dos mecanismos de percepção da ordem masculina (SAFFIOTI, 2004). O uso do corpo fica limitado a uma ideia que impõe o que é permitido ou não para ele (SAFFIOTI, 2004). Por isso, há uma tendência, no uso legítimo do corpo, a excluir do universo do aceitável tudo aquilo que caracteriza pertencer ao outro gênero (SAFFIOTI, 2004). Esse processo de imputação, para além de gerar modificações nos comportamentos e nos corpos, realiza uma transformação profunda e duradoura nos cérebros (BOURDIEU, 2002).

3.2 Patriarcado e machismo

A família, de acordo com Narvaz e Koller (2006), não é algo biológico, algo dado ou natural, mas produto de construções históricas que buscavam organizar os indivíduos. Pressionados pelas necessidades materiais de sobrevivência e de reprodução da espécie, os humanos criaram diversas formas de relação com a natureza e entre si (NARVAZ; KOLLER, 2006). As diferentes maneiras de organização familiar foram, portanto, produzidas ao longo da história. Uma delas foi a família patriarcal, centrada na figura masculina (NARVAZ; KOLLER, 2006). Houve, e ainda há, outras configurações de famílias, entre elas as lideradas por mulheres, como as matrilineares, as matrifocais³ e as matrilocais⁴, todas centradas na figura e na descendência feminina (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Dessa forma, para Muraro (1997), as organizações nem sempre foram patriarcais. Estudos antropológicos apontam que, no começo da história humana, as primeiras sociedades eram tribais, coletivistas, nômades e matrilineares (MURARO, 1997). Tais sociedades (consideradas “primitivas”) estruturavam-se principalmente em torno da figura da mãe, a partir da descendência feminina, visto que desconheciam a contribuição masculina na reprodução (MURARO, 1997). As relações sexuais não eram monogâmicas (MURARO, 1997). Já em relação aos papéis sociais de homens e mulheres, eles não eram determinados de maneira rígida, eram definidos de forma bastante igualitária (MURARO, 1997). Todos os participantes comprometiam-se com a coleta de frutas e de raízes, alimentos dos quais sobreviviam, bem como a todos cabia

³ **Família Matrifocal:** Que está centrado na mãe ou na figura materna, estando o pai ou a figura paternal ausente ou sendo pouco relevante.

⁴ **Família Matrilocal:** Diz-se do tipo de casamento em que o marido é obrigado a morar com a família da esposa. Relacionado com **matrilocalidade**, com o modo de vida em que o casal recém-casado decide ir viver com a família da esposa.

o zelo pelas crianças do grupo (MURARO, 1997). Tempos depois, com a descoberta da caça, da agricultura e do fogo, as comunidades passaram a viver em um território (MURARO, 1997). Aos homens (geralmente) cabia a caça, e às mulheres (predominantemente) cabia o cultivo da terra e o cuidado com as crianças (MURARO, 1997). Uma vez conhecida a presença do homem na reprodução e, mais tarde, constituída a propriedade privada, as relações passaram a ser majoritariamente monogâmicas, a fim de assegurar herança aos filhos legítimos (MURARO, 1997). O corpo e a sexualidade das mulheres passaram a ser controlados, criando-se então a família monogâmica, a divisão sexual e a divisão social do trabalho entre homens e mulheres (MURARO, 1997). Institui-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no domínio do homem sobre as mulheres (MURARO, 1997).

Segundo Saffioti (1979), foi nesse contexto que a cultura humana passou de matricêntrica a patriarcal, naturalizando processos socioculturais. Diante disso, quando se declara que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico para abrir caminho para que o homem ocupe o espaço público, tem-se uma naturalização de um resultado histórico (SAFFIOTI, 1979). Então, este se torna um caminho mais curto e fácil para legitimar a “superioridade” dos homens sobre as mulheres (SAFFIOTI, 1979).

Sendo assim, ao analisar as origens do patriarcado, Xavier (1998) revela que a associação entre famílias e patriarcado alude à origem do termo “família”, proveniente do vocábulo latino “famulus”, que significa “escravo doméstico”. Essa nova configuração social, a família, firmou-se enquanto instituição na Roma Antiga (XAVIER, 1998). A família romana era centrada no homem, sendo as mulheres, em regra, meras auxiliares (XAVIER, 1998). O patriarca tinha sob seu domínio a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além de ter o direito de morte e de vida sobre todos eles (XAVIER, 1998). A autoridade do patriarca sobre os filhos imperava até mesmo diante da autoridade do Estado e ela duraria até a morte do chefe da família, que poderia, inclusive, tornar seu filho em escravo e vendê-lo (XAVIER, 1998).

Para Scott (1995), é importante destacar que o patriarcado não caracteriza o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é um modo de organização social na qual as relações são gerenciadas por dois fundamentos básicos: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e; os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos (SCOTT, 1995). A

supremacia masculina propagada pelos valores do patriarcado estabeleceu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; instituiu o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, designou papéis sociais e sexuais nos quais o masculino tem prerrogativas e vantagens (SCOTT, 1995).

Dessa maneira, percebe-se que, ao longo do tempo, as sociedades foram forjadas no patriarcalismo, no qual os homens dominavam as principais instituições e subordinavam as mulheres a suas regras (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Além disso, elas foram criadas para serem manipuladas pelos homens, valorizando mais o casamento que as suas próprias realizações pessoais (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022).

Nessa perspectiva, Cruz e Palmeira (2009) descrevem que as relações sociais se estabeleceram de forma desigual entre os gêneros, pois são produtos de um sistema patriarcal. As mulheres quase sempre desempenharam papéis secundários em relação aos homens em diversas áreas das sociedades como trabalhos, estudos e nos esportes (CRUZ; PALMEIRA, 2009). Havia um privilégio masculino que foi construído culturalmente a partir das diferentes formas de educar homens e mulheres, proporcionando habilidades e competências próprias para cada gênero (CRUZ; PALMEIRA, 2009).

Sendo assim, Pateman (1993) expõe que, na modernidade, a sociedade civil como um todo é patriarcal. O domínio natural dos homens sobre as mulheres engloba todos os aspectos da vida civil (PATEMAN, 1993). Elas estão submetidas a eles tanto na esfera privada quanto na pública (PATEMAN, 1993). Existe um patriarcado moderno, contratual, que edifica a sociedade civil capitalista (PATEMAN, 1993). O patriarcado moderno atual mudou sua configuração, mas manteve as premissas do pensamento patriarcal tradicional (PATEMAN, 1993).

Dessa maneira, para Arrazola e Rocha (1996), quando a sociedade determina que os homens controlem o governo, o mercado e a atividade pública e que as mulheres sejam subordinadas a eles, dividindo-os nos espaços público e privado, está contribuindo para a construção de uma ideologia do machismo.

O machismo, de acordo com Cortes et al. (2015), é identificado pelo senso comum como a cultura de superioridade, praticado pelo homem no que se refere ao seu modo de agir e pensar de maneira a subjugar o sexo feminino no entendimento de inferioridade. Isso acontece, principalmente, com as mulheres que estão sob seus

domínios, subordinadas pelo vínculo funcional, matrimonial ou parental (CORTES ET AL, 2015).

Para Barbano e Cruz (2015), o termo machismo é uma denominação dos antropólogos modernos, que tem como significado a opressão sexista masculina, suas origens remontam à sociedade burguesa gerada após o fim da Idade Média e, é um produto da decadência da Moral Tradicional. Ele denota a supremacia masculina em todos os campos: social; físico e; psicológico, assim, isso justificaria o fato de o homem ter o poder para maltratar uma mulher (BARBANO E CRUZ, 2015).

Sendo assim, Lisboa (2016) salienta sobre o caso de uma adolescente de 16 anos que sofreu estupro coletivo, em uma comunidade na zona oeste do Rio de Janeiro/RJ, no mês de maio de 2016. Na ocasião, as mídias de massa reportaram os discursos da jovem e de sua advogada, que disseram que o delegado (Alessandro Thiers – titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática e responsável pelo caso) havia colocado a culpa na vítima pela violência que sofrera (LISBOA, 2016).

Entretanto, as práticas machistas estão tão enraizadas em nossa sociedade, que as mulheres, muitas vezes, também as utilizam (OLIVEIRA; MAIO, 2016). Em uma matéria veiculada pelo site UOL, em 2016, uma juíza espanhola – María del Carmen Molina Mansília - perguntou várias para uma mulher vítima de estupro (grávida de 4 meses) se ela havia tentado fechar as pernas para impedir a violência. Segundo a reportagem, a vítima compareceu à audiência para solicitar que seu suposto agressor não se aproximasse mais dela (OLIVEIRA; MAIO, 2016). Ela ainda afirmou que o homem havia abusado dela sexual e psicologicamente, diversas vezes (OLIVEIRA; MAIO, 2016).

Nesse sentido, é necessário preocupar-se com as práticas machistas, levando em consideração que elas são danosas tanto para as mulheres quanto para os homens, podendo causar prejuízos, tais como humilhação, violência, preconceito e discriminação para ambos os gêneros (OLIVEIRA; MAIO, 2016).

Diante disso, Nogueira (2006) atenta para o fato de que com a inserção das mulheres no mercado de trabalho e com as lutas sociais em prol da equidade de gênero, a discriminação sexual contra elas deveria desaparecer, já que homens e mulheres estavam cada vez mais ligados por um determinado padrão de sociedade. Porém, mesmo com vários anos de reivindicações feministas, torna-se evidente que o acesso das mulheres a posições de liderança ou de poder, nas inúmeras organizações, ainda

não é um fato e a possibilidade de mudança nesse sentido, não é garantida (NOGUEIRA, 2006). Assim, é necessário, ainda, muita luta para reduzir a inferiorização do gênero feminino, ou o machismo (NOGUEIRA, 2006).

Além disso, nota-se que em determinadas áreas o machismo parece ser mais evidente, como é o caso do jornalismo esportivo (RAMIRES, 2020). Já que, de acordo com Ramires (2020), se por um lado a quantidade de jornalistas mulheres tem aumentado bastante no Brasil, desde a década de 1990, por outro lado, a cobertura esportiva, ainda é pequena, especialmente no futebol, por ser considerado um tradicional reduto masculino.

Em um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), em 2017, havia 477 jornalistas mulheres atuando por 271 veículos diferentes, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre (RAMIRES, 2020). Dessas profissionais de imprensa, apenas 4,6% delas tinham o esporte como principal pauta jornalística (RAMIRES, 2020). Além disso, a pesquisa também revelou que existia uma barreira que impedia a ascensão profissional das mulheres (RAMIRES, 2020).

Ainda segundo o estudo realizado pela ABRAJI, das 477 jornalistas consultadas, 83,6% delas já passaram por algum tipo de violência psicológica, 65,7% já tiveram sua competência questionada e 64% já sofreram abuso de poder de patrões ou fontes de informação (RAMIRES, 2020). Elas relataram, também, diversos casos de assédio e machismo, como o caso da repórter de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que ao perguntar para o técnico do Sport Club Internacional-RS sobre a atuação do time, ouviu dele que não falaria com ela, por esta ser mulher e por ela, de repente, nunca ter jogado futebol (RAMIRES, 2020).

Também em Porto Alegre, um torcedor do Internacional agrediu fisicamente e insultou a repórter Renata Medeiros, da Rádio Gaúcha, chamando-a de “puta” e pedindo para que ela saísse do campo de jogo, em uma partida contra o time do Grêmio-RS (RAMIRES, 2020). Além disso, no Rio de Janeiro, em uma partida do Vasco de Gama-RJ contra o Universidad do Chile, pela Libertadores, em 2018, a jornalista Bruna Dealtry, do canal de televisão Esporte Interativo, foi beijada, à força, por um torcedor, durante a transmissão do jogo (RAMIRES, 2020).

Por outro lado, ao buscar a igualdade de gênero, a Rede Globo, em 2022, teve a sua primeira narradora da história, em jogos de Copa do Mundo de futebol masculino (RD1-TERRA, 2022). Renata Silveira se tornou a primeira mulher a narrar, em TV

aberta, uma Copa masculina (RD1-TERRA, 2022). Porém, ela relatou que, por ser mulher, precisa, sempre, estudar um pouco mais para não cometer erros (RD1-TERRA, 2022). A narradora também explicou que as críticas são muito mais pesadas para as mulheres (RD1-TERRA, 2022).

Diante disso, percebe-se que esses casos não são isolados (RD1-TERRA, 2022). O machismo está muito presente na cultura futebolística (RD1-TERRA, 2022). Ele produz um efeito discursivo de que a mulher não está capacitada para debater questões técnicas de um esporte amplamente propagado (RD1-TERRA, 2022). Além disso, o futebol, por ser um espaço de dominação masculina (BOURDIEU, 2002), também expõe as jornalistas esportivas a todos os tipos de assédio (RD1-TERRA, 2022).

3.3 Violência simbólica

A lógica da dominação masculina, de acordo com Bourdieu (2002), perpetua-se e é operacionalizada a partir de processos de violência simbólica. Esse tipo de violência não resultará, necessariamente, violência física, mas provoca efeitos duradouros nos dominados, tais como ausência de confiança, baixa autoestima, obediência irracional ao dominante e até a perda da subjetividade (BOURDIEU, 2002).

A violência simbólica, segundo Silva (2017), pode operar de forma silenciosa por meio de olhares discriminatórios, quando não há, por exemplo, reconhecimento do espaço da mulher no mundo social, como ser humano de direitos iguais, ou quando ocorre a desvalorização da fala feminina. A própria invisibilidade e silenciamento da mulher gerada a partir de inúmeras práticas são formas de violência simbólica (BOURDIEU, 2002).

Tais atitudes, vão balizando o comportamento da mulher e moldando a sua visão de mundo, apontando o que ela pode considerar como práticas legítimas dos homens e da sociedade como um todo (SILVA, 2017). Progressivamente, a força simbólica introduz nos indivíduos os símbolos, os signos e as práticas injustas, mas estes não são percebidos como tal, pois já estão internalizados (SILVA, 2017).

Quando as mulheres passam a reproduzir os valores e pensamentos da violência simbólica, Bourdieu (2002) afirma tratar-se de uma “adesão dóxica”, que é o resultado da incorporação desta relação de poder, ou seja, há a crença de que isso é natural e de que não se deve pensar sobre essa dominação masculina.

Dessa forma, Bourdieu (2002) revela que na violência simbólica, as crenças dominantes incorporadas pelos indivíduos não são questionadas, pois são produtos de uma relação de poder. A violência simbólica se estabelece por intermédio da aceitação que o dominado não pode deixar de conceder o poder ao dominante (BOURDIEU, 2002).

Sendo assim, tudo isso faz parte de dispositivos de poder. Quando se pensa em poder, de acordo com Brígido (2013), imagina-se automaticamente em quem o possui, o mantém e o exerce. Ele é conferido a uma pessoa ou a um grupo de indivíduos que realizam uma determinada influência sobre os outros (BRÍGIDO, 2013). Imagina-se também em força moral ou física, posse, domínio, o que geralmente remete a ideia de poder político (BRÍGIDO, 2013). Entretanto, o poder não se limita apenas ao meio político, pelo contrário, sempre esteve presente nas relações humanas (BRÍGIDO, 2013).

Nessa perspectiva, Foucault (2004) revela que o poder não pode ser visto e localizado em uma instituição determinada ou no Estado. Ele não é considerado como algo que a pessoa cede a um governante, mas sim, como algo que acontece como uma relação de forças (FOUCAULT, 2004). Assim, o poder está em todas as partes. Todos os indivíduos estão ligados por relações de poder.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2004, p. 193).

Para Bourdieu (2002), tais atos retomam a ideia de força simbólica, que é uma forma de poder que atua sobre os corpos, diretamente, e como por magia, sem haver ameaça física, mas essa magia só age com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na área mais profunda dos corpos. Se ela pode realizar com um gasto extremamente pequeno de energia, apenas o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de incorporação efetuou naqueles ou naquelas que, em função desse trabalho, se veem por elas capturados (BOURDIEU, 2002).

Dessa maneira, Silva (2017) descreve que a força simbólica é tão silenciosa que Bourdieu a compara a “magia”. A facilidade de eternização da ordem acontece ao longo do processo histórico de incorporação destes signos nos agentes, que se transmite de geração para geração, tanto pelos dominantes como pelos dominados, sem grandes questionamentos diretos (SILVA, 2017). A dominação masculina (BOURDIEU, 2002) torna-se o produto de um trabalho incansável de reprodução de estigmas tendo como principal vetor os homens com o uso de violência simbólica (BOURDIEU, 2002).

Segundo Bourdieu (2002), a dominação masculina não é o efeito simples e direto da ação exercida por um grupo de indivíduos sobre outros, mas o efeito indireto de um conjunto de ações que se produzem na estrutura do campo por meio do qual se efetua a dominação frente aos demais. Tal dominação não é explícita, e sim oculta, a tal ponto que muitas das vezes os que a sofrem não a percebem (BOURDIEU, 2002).

3.4 Violência simbólica no campo esportivo

A “dominação masculina” também foi levada para os eventos esportivos, na antiguidade, as mulheres eram proibidas de participar dos Jogos Olímpicos, na Grécia, como atletas e como espectadoras, o caminho percorrido por elas, nos esportes, foi longo (CIDADE; ROCHA, 2004). A presença dos homens nas atividades esportivas era dominante em relação as mulheres (CIDADE; ROCHA, 2004). Entretanto, a participação feminina nos esportes foi variando de cultura para cultura e de época para época, no decorrer do tempo (CIDADE; ROCHA, 2004).

Segundo Goellner (2005), somente a partir do início do século XX que as mulheres começaram a entrar mais nesse espaço tido como essencialmente masculino. Um dos fatores para tal conquista foi a inserção feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna, apesar de ter se consolidado de maneira turbulenta, proporcionou certa visibilidade à imagem da mulher atleta (GOELLNER, 2005). Elas tiveram “permissão” para participarem dos Jogos, apenas em sua segunda edição, em 1900, Paris, França (GOELLNER, 2005). No entanto, houve protestos de alguns dos idealizadores das Olimpíadas, pois estes queriam organizar as competições, direcionando as mulheres a apenas assistirem aos jogos e não participando deles (GOELLNER, 2005).

Considerado o “pai” das Olimpíadas modernas, Charles Freddye Pierre, conhecido como Barão de Coubertin, foi um dos que defendiam a ideia de que a

introdução das mulheres nos esportes competitivos poderia vulgarizar esses espaços repletos de honras e conquistas (GOELLNER, 2005). Para Coubertin (1938), ao tentarem praticar os esportes, as mulheres se tornariam imitações imperfeitas. Dessa forma, elas logo compreenderiam que essa tentativa de se inserir nos esportes não seria proveitosa nem para o encanto feminino e nem para a saúde delas (COUBERTIN, 1938). Por outro lado, elas deveriam apoiar os prazeres esportivos de seus maridos, além de serem mães que conduziriam de forma inteligente as práticas físicas de seus filhos (COUBERTIN, 1938).

Por trás dessas interdições, existia a crença de que o esforço físico, o suor excessivo, as emoções fortes, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a leveza das roupas e a seminudez prejudicariam a imagem ideal do ser feminino (GOELLNER, 2005). Além disso, poderia desestabilizar um espaço moldado e mantido sob o domínio dos homens, cuja justificativa para a sua solidificação, apoiada na biologia do corpo e do sexo, seria a de atestar a superioridade deles em relação a elas (GOELLNER, 2005).

Dessa maneira, a habilidade esportiva, segundo Adelman (2003), confrontaria a subordinação feminina tradicional existente na sociedade patriarcal, pois, o esporte forneceria a possibilidade de igualar as relações entre os sexos. Afinal, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, a prática esportiva feminina desmontaria as teorias sustentadas em bases biológicas e se constituiria em uma ameaça ao mito da fragilidade das mulheres (ADELMAN, 2003).

Entretanto, vale ressaltar que no começo do século XX, havia um consenso de que o fortalecimento do corpo feminino seria importante para a condução de uma boa maternidade, já que existia a crença de que mães fortes faziam povos fortes (THARDIÉRE, 1940). Entretanto, não era qualquer atividade que era recomendada às mulheres e o futebol, considerado como muito violento para a constituição corporal feminina, era um dos esportes que não deveriam ser praticados por elas (THARDIÉRE, 1940).

Já para Fernandez (2010), o “Projeto de Eugenia”⁵, baseado nas teorias de Darwin e confirmado por médicos-higienistas, lançava a ideia de que somente os melhores deveriam se reproduzir. Neste cenário, a saúde e a aparência do corpo feminino teriam grande importância (FERNANDEZ, 2010). Então, as mulheres, em

⁵ <https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarcado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/>

especial as brancas, das burguesias, deveriam praticar atividades físicas em seus cotidianos, tornando-as aptas à função reprodutora (FERNANDEZ, 2010). Acreditava-se, no início do século XX, que a ginástica, realizada de forma adequada, fortaleceria o corpo feminino, pois era a mulher que conceberia os filhos da pátria, o adequado soldado e o refinado e civilizado cidadão (FERNANDEZ, 2010).

Para Lovisolo, Soares e Bartholo (2006), o futebol e as forças armadas eram instituições pelas quais os homens eram testados para se afirmarem socialmente em suas masculinidades. Muitos compreendiam que essas instituições levariam os homens a se tornarem disciplinados, fortes, persistentes, valorosos e capazes de agir em conjunto (LOVISOLO; SOARES; BARTHOLO, 2006). Esses qualificativos estruturavam um ideal social de masculinidade (LOVISOLO; SOARES; BARTHOLO, 2006). Por outro lado, alguns qualificativos também eram utilizados para o ideal social formativo das mulheres como: beleza, dedicação, feminilidade, vaidade e delicadeza (LOVISOLO; SOARES; BARTHOLO, 2006). Assim, o futebol e as forças armadas seriam responsáveis por retirar os meninos do universo acolhedor da vida privada onde dominava a proteção e o afeto das mulheres que, de alguma forma, atingiam o ideal de masculinidade (LOVISOLO; SOARES; BARTHOLO, 2006).

No Brasil, os discursos que excluía as mulheres do futebol, no início do século XX, eram predominantes, mesmo diante de ações de modernidade que tentavam se opor a determinados preconceitos com relação a expansão da participação feminina em diferentes instâncias sociais (GOELLNER, 2005). As cidades ferviam perante a inevitável urbanização, houve um crescimento em todos os espaços de circulação pública (GOELLNER, 2005). Foi exatamente nesse período que começaram a multiplicar as agremiações, as federações, os clubes recreativos, os campeonatos e as exibições atléticas (GOELLNER, 2005).

Nessa época, as famílias, em geral, as da burguesia, tinham o temor à desmoralização feminina diante da espetacularização do corpo das mulheres que participavam de alguns eventos esportivos (GOELLNER, 2005). A prática esportiva, o desnudamento do corpo, o cuidado com a aparência e o uso dos artifícios estéticos eram vistos como motivadores da modernização, assim como também eram vistos de forma negativa, relacionados a uma natureza vulgar que se aproximavam aos universos da desonra e da prostituição (GOELLNER, 2005).

Mais além, Sevcenko (1992) revela que ocorreu uma influência do esporte no processo de modernização das sociedades urbanas brasileiras e que isso gerou um impacto no comportamento feminino. Em um mundo até então dominado pelos homens, as moças se mostraram entusiasmadas aos hábitos modernos e desportivos (SEVCENKO, 1992). Os tecidos leves, transparentes e colantes, a renúncia aos adereços, o rosto ao natural e os cabelos cortados bem curtos, davam às meninas uma intolerável feição masculina, selvagem, aventureira e agressiva (SEVCENKO, 1992).

O conflito existente entre distintas concepções acerca da relação entre mulheres e esportes fez com que houvesse, por parte de determinados grupos da sociedade brasileira, um movimento de exclusão à participação feminina em determinadas modalidades esportivas (GOELLNER, 2005). Como produto desse movimento, em 1941, o General Newton Cavalcanti divulgou ao Conselho Nacional de Desportos (CND), subsídios para a criação de um documento que sancionou a proibição das mulheres a algumas modalidades esportivas (GOELLNER, 2005).

Nessa perspectiva, para Franzini (2005), havia uma suposta preocupação com o bem-estar físico feminino, dessa forma, buscava-se conter a subversão dos comportamentos que estavam ocorrendo: as mulheres abandonando seus papéis domésticos naturais para invadir os espaços tipicamente masculinos. Consequentemente, em abril de 1941, foi estabelecido o Decreto-lei 3.199, criado pelo CND, que indicou, em seu artigo 54, a vedação às práticas desportivas incompatíveis com a natureza das mulheres, cabendo ao Conselho às instruções necessárias para isso (FRANZINI, 2005).

Já em 1965, o Conselho Nacional de Desportos aprovou a Deliberação número 7 que, em seu artigo 2º, indicava que as mulheres estavam proibidas de praticar lutas de qualquer natureza, polo aquático, futebol, futebol de praia, futebol de salão, rugby, baseball e halterofilismo (GOELLNER, 2005).

Essas atitudes e leis, de acordo com Campos (2010), contribuíram para a construção de uma imagem do futebol ligada a um jogo essencialmente masculino, pois atacava a participação feminina e criava o pensamento de que o esporte não seria adequado às mulheres. O futebol não um espaço apenas esportivo, mas também sociocultural, os valores nele depositados estabelecem limites que, embora nem sempre evidentes, devem ser fixados para a manutenção da lógica das distinções entre os gêneros (CAMPOS, 2010).

Deste modo, durante o processo de construção de uma história ocidental dos esportes, foram indicadas as mulheres atividades físicas que reforçassem características estéticas, femininas e de eugeniação (GOELLNER, 2005). As mulheres, por conta do desconhecimento e ocultamento em que estão fundamentadas as relações sociais de desigualdade entre os sexos, subordinam-se às normas que julgam o que deve ser o corpo, não apenas na sua composição perceptível, mas também na sua atitude, na sua apresentação (BOURDIEU, 2002).

Por fim, de acordo com Salvini, Souza e Marchi Júnior (2012), mesmo diante de tantas pesquisas e discussões, ainda há uma identidade ambígua no futebol feminino brasileiro que foi construída sob dois espectros: um que procura atender as necessidades físicas do jogo, pois, as mulheres devem provar que também possuem habilidades que correspondam as prerrogativas do futebol; e o segundo que consiste em mostrar que mesmo tendo habilidades esportivas de um esporte pré-determinado como masculino, as jogadoras conservam certos atributos de feminilidade em conformidade com o entendimento cultural e social edificado ao longo dos tempos.

4 COMPREENDENDO O FUTEBOL E FEMINISMOS EM JOGO

Esta seção tem o objetivo de compreender as questões que compõem o futebol, para isso as subseções expostas a seguir buscam revelar a história do futebol no mundo e no Brasil, evidenciar as relações entre o futebol e a sociabilidade, além de compreender as relações entre Futebol e Gênero, a partir de temas como O Mundo do Futebol como Eminentemente Masculino, O Futebol Feminino nos Clubes de Futebol e Futebol e Feminismos. Por último, haverá uma abordagem relacionada aos meios de comunicação, que será a subseção A relação entre as mídias esportivas e o futebol feminino.

4.1 O Futebol

Na Antiga China, a aproximadamente 2.600 anos a.c., havia um ritual de guerra denominado de Tsü Tsü (MÓSCA, 2006). Após os combates, a tribo vencedora realizava um jogo de futebol, utilizando como bola a cabeça do líder inimigo e dos guerreiros mais virtuosos, pois, havia a crença de que pelos pés, que são a base do corpo, eles assimilariam tudo aquilo que estivesse presente na cabeça valorosa dos escolhidos: força, valentia, inteligência, liderança e habilidade (MÓSCA, 2006). Tempos depois, este jogo também esteve presente na Europa Medieval e ao longo do século X, na Inglaterra (MÓSCA, 2006).

No Japão antigo, o Kemari se iniciou por volta de 2.600 anos a.c. e, é praticado ainda hoje (MÓSCA, 2006). Trata-se de controlar a bola, manipulando-a com grande delicadeza, elegância e plasticidade (MÓSCA, 2006). É um exercício realizado em um cerimonial, que festeja o autocontrole, a autoaprendizagem, a automeditação e o autoconhecimento, preparatório para a disciplina do saber e da escola (MÓSCA, 2006).

Já na América pré-hispânica, uma espécie de futebol, denominada de Tlachtli, surgiu entre 1.200 e 1.600 a.c., era visto como um espetáculo do sagrado, pois correspondia a atualização do combate cosmológico essencial para a supervivência da humanidade (MÓSCA, 2006). Jogava-se com uma resistente bola de borracha, o jogo simbolizava uma guerra eterna entre a escuridão e a luz (MÓSCA, 2006). No fim do jogo, um participante era decapitado e seu corpo era arrastado em volta do campo, com o propósito de divinizar o local por meio do sangue (MÓSCA, 2006).

O Epyskiros, praticado na Grécia, a partir do século IV a.c., e o Harpastum, jogado em Roma, a partir do século I a.c., eram exercícios realizados com uma bola de couro cru, que deveria ser conduzida, com os pés, até a área defendida pelo time adversário (MÓSCA, 2006). Eram as aristocracias locais que realizavam esses jogos, mas podiam ser praticados pelo povo nos dias de festas em homenagens ao Deus do vinho, Baco (MÓSCA, 2006).

O Calcio, como até hoje é chamado o futebol italiano, é uma forma antiga do esporte e um ritual de lazer praticado pela nobreza da Itália, na Idade Média, século XIV (MÓSCA, 2006). O campo de jogo tinha 180 metros de comprimento por 120 metros de largura, com balizas de madeira nas linhas de fundo e equipes formadas com 25 a 30 nobres cada uma (MÓSCA, 2006). O objetivo da prática era fazer com que a bola de couro, cheia de ar, passasse por sobre a trave do oponente. (MÓSCA, 2006) No século XVII, o jogo já era bem mais agressivo e popular, sendo praticado na Inglaterra nos festejos da terça-feira gorda de carnaval (MÓSCA, 2006).

Tempos depois, em uma área correspondente ao México, surgiu uma forma avançada e profana do Tlachtli, denominada de Carrera de Bola, que era utilizada para resolução de conflitos militares, econômicos e políticos que aparecessem entre os senhorios, principalmente no Estado de Chihuahua, localizado no norte da região (MÓSCA, 2006).

Para Murray (2000), o futebol era, acima de tudo, um jogo popular, e inicialmente referia-se a qualquer prática de chutar bola. Porém, jamais foi um jogo exclusivo do povo, já que entre os aficionados por futebol, estavam os clérigos anônimos e outros dignatários locais, além disso, homens tão famosos quanto os reis de Inglaterra, Escócia e França também eram apaixonados pelo jogo (MURRAY, 2000).

Diante disso, nota-se que o futebol já era praticado há milhares de anos e em diferentes lugares do planeta (LEAL, 2001). Entretanto, foi na Inglaterra que o futebol passou a se desenvolver rapidamente e, em 26 de outubro de 1863, na Freemason Tavern, Great Queen Street, em Londres, fundaram a Federação Inglesa de Futebol (English Foot Ball Association) (LEAL, 2001). Da Inglaterra, o esporte foi conduzido para outros países, como Itália e Dinamarca. Na América do Sul, o primeiro clube a ser fundado foi o Buenos Aires Football Club (B.A.F.C.), em 1867, na Argentina (LEAL, 2001).

Em relação à Inglaterra, com o processo de industrialização, ou seja, a passagem de uma sociedade agrária para industrial, urbana e capitalista, parte de um sistema liberal, as fábricas, por exemplo, tornaram-se locais nos quais era possível administrar o prazer lúdico e efetuar o controle civilizatório sobre o tempo livre (MURRAY, 2000). Esse cenário fez parte da regulamentação do futebol, elaborada pelas altas classes (MURRAY, 2000). Assim, com a esportivização do futebol, o jogo deixou de ser uma atividade lúdica difusa para englobar valores marcantes da Inglaterra do século XIX (MURRAY, 2000).

Sendo assim, com o objetivo de uniformizar as regras, foi fundada em 1883 a International Football Association Board (IFAB), que é o órgão que regulamenta as regras do futebol (LEAL, 2001). Como consequência, o esporte passou a ser jogado profissionalmente, na Inglaterra, em 1888 (LEAL, 2001). Posteriormente, em 1904, fundaram a Fédération Internationale de Football Association (FIFA), que adotou as regras estabelecidas pela IFAB (LEAL, 2001). As fundadoras da FIFA foram as Associações da Dinamarca, Bélgica, França, Holanda, Suíça e Espanha (LEAL, 2001).

A FIFA não apenas ajudou as Federações mais poderosas a popularizarem o futebol, como também elaborou programas de aperfeiçoamento em todos os níveis, nas Federações dos continentes asiático, africano e oceânico (LEAL, 2001). Além disso, também criou a Copa do Mundo de Futebol, que é realizada a cada 4 (quatro) anos e que atrai a atenção de grande parte da população mundial (LEAL, 2001).

Já em relação a origem do futebol no Brasil, percebe-se que o esporte foi trazido por Charles Muller, brasileiro descendente de ingleses, nascido em São Paulo, em 1874 (LEAL, 2001). Em 1884, com dez anos de idade, Muller foi estudar na Inglaterra e ingressou na Banister Court School, em Southampton, no sul do país, onde conheceu e praticou o foot-ball quando jogou no time do Condado de Hampshire (LEAL, 2001). Em 1894, retornou ao Brasil, trazendo na bagagem as duas primeiras bolas de futebol, uma delas, por ainda conter pelos no couro, foi apelidada de “Peluda”, chuteiras e uniformes (LEAL, 2001). O primeiro jogo organizado e jogado por Charles Muller, foi realizado no São Paulo Athletic Club, clube de ingleses fundado em 1888, que tinha como esporte principal o críquete (LEAL, 2001). A inserção do futebol no Brasil foi reforçada, em 1897, com a formação do Nobiling Team, equipe criada por Hans Nobiling, que era imigrante alemão (LEAL, 2001). Após o desaparecimento do

Nobiling Team, alemães fundaram o Sport Club Germânia, que daria origem, em 1899, ao Sport Club Internacional de Porto Alegre (LEAL, 2001).

Nessa época, o futebol era praticado apenas por brancos e priorizava passes altos e longos, à frente, disputas vigorosas, dribles e chutes de bico (LEAL, 2001). Chegou ao Rio de Janeiro por meio dos irmãos Cox, em 1900, e em seguida na Bahia (LEAL, 2001). Em 1901, foi fundada a Liga Paulista de Football (LEAL, 2001). Em 1902, no Rio de Janeiro, surgiu o primeiro clube a utilizar o esporte a partir do nome, o Fluminense Foot Ball Club (LEAL, 2001). O primeiro jogo internacional foi com resultado negativo, com a partida terminando em 6x0 para os ingleses do navio South Africa, já a primeira vitória ocorreu em 1911, em São Paulo, quando o Sport Club Americano derrotou por 3x0 um combinado uruguaio, sendo considerado um grande feito, pelo fato de que o Uruguai e a Argentina serem adversários que impunham sérias derrotas aos times brasileiros (LEAL, 2001).

Nas partidas amistosas e campeonatos, os jogadores eram membros da elite, com muitos projetos de estudos no país e no exterior (LEAL, 2001). Eles auxiliavam os pais e família na administração dos negócios, e por isso, tinham pouco tempo para praticar e treinar (LEAL, 2001). Esses pioneiros de classes altas, jogavam em uma disputa viril, de chutões e de passes longos para o ataque (LEAL, 2001). Já os jovens de classe média e baixa, eram movidos pela profunda paixão ao esporte, praticava-se o futebol nas ruas, quintais e em todos os espaços livres dos subúrbios das grandes cidades (LEAL, 2001). Devido aos locais reduzidos e campos irregulares, os praticantes utilizavam domínios e passes mais curtos e precisos, assim como condução, dribles e fintas (LEAL, 2001). As bolas tinham diferentes pesos e medidas, poderiam ser de bexigas, meias, frutas, ou qualquer coisa arredondada. Sendo assim, desenvolveu-se a partir dos jogos em terrenos baldios e campos de várzea, uma forma toda particular de jogar futebol (LEAL, 2001). Assim, a inteligência ao praticar o esporte logo proporcionou ao Brasil uma evolução dos Sistemas de jogo, das Táticas e das Estratégias (LEAL, 2001).

Dessa forma, os jogadores brasileiros passaram a entrar em campo pelo talento, e não mais devido ao sobrenome (FRANZINI, 2005). Nesse sentido, com popularização do futebol, a aristocracia deixou de ir aos estádios (FRANZINI, 2005). O público frequentador era o das classes médias e baixas, além, também, das mulheres dessas classes que passaram a acompanhar o esporte mais de perto (FRANZINI, 2005).

O elitismo e os modos mais contidos nas torcidas deram lugar à alegria e a vibração dos populares nas arquibancadas (FRANZINI, 2005).

4.2 Futebol e sociabilidade

O futebol, segundo DaMatta (1994), é um magnífico código de integração social, pois permite que uma coletividade enormemente segregada internamente afirme-se como uma coletividade capaz de agir de modo coordenado. O esporte é uma organização coletiva com a qual os indivíduos podem se identificar abertamente e se deleitar dos benefícios que são proporcionados, e isso muito raro no cotidiano brasileiro (DAMATTA, 1994).

Nesse sentido, o simbolismo do futebol proporciona à sociedade brasileira a vivência de justiça e igualdade social (DAMATTA, 1994). As regras são para todos (embora algumas entidades tentem interferir nas regras e regulamentos), elas servem para os times de expressão e para os times comuns, para brancos e negros, para ricos e pobres (DAMATTA, 1994). Assim, o esporte nos dá uma grande lição de democracia, pois as normas do jogo são transparentes e universais, devendo ser respeitada por todos, as regras não podem ser mudadas por quem está vencendo, nem por quem está perdendo, isso conduz a uma alternância entre ganhadores e perdedores que, projetada na vida social, é o fundamento da mais autêntica experiência democrática (DAMATTA, 1994).

Dessa forma, esse mundo simbólico do futebol, de acordo com Gastaldo (2006), pode ser visto como um relevante elemento da cultura brasileira na atualidade. Apesar das questionáveis inferências das organizações que regulamentam a prática deste esporte (clubes, federações, tribunais de justiça desportiva...) com as esferas da mídia, da política e da economia, existe um grande espaço de apropriação destes fatos sociais na vida da população (GASTALDO, 2006). Por exemplo, muitos torcedores não possuem nada de seus “clubes”, camisa oficial, carteira de sócio, cadeira cativa, eles possuem apenas o vínculo afetivo voluntário (GASTALDO, 2006). Ligar-se a um “clube de coração” é uma decisão importante, constantemente mediada por relações familiares, e que inclui o torcedor em uma complexa rede de classificações, que determina adversários e aliados imediatamente, exprimindo formas identitárias em nível local, regional, nacional e internacional (GASTALDO, 2006). A cada rodada de

uma competição, as relações de força entre os times se alternam, motivando um esquema de sociabilidade cotidiana, marcada por um forte viés de gênero (GASTALDO, 2006).

Sobre a sociabilidade, Simmel (1983) a definiu como uma maneira lúdica de socialização. Ela é uma forma de interação na qual os indivíduos se apresentam simultaneamente descomprometidos e interessados, liberando suas atuações no sentido de evitar qualquer evidência de um interesse objetivo nos temas tratados, como por exemplo em conversas que ocorrem em festas (SIMMEL, 1983). Nesse contexto, pode-se comparar a noção de sociabilidade de Simmel à definição de “jogo” mostrada por Huizinga:

[...] o jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana” (HUIZINGA, 1971, p. 33).

Notadamente, os dois conceitos não se equivalem nos mínimos detalhes, mas ao fazer a relação entre eles, percebe-se que a sociabilidade é uma espécie de “jogo da vida social” (GASTALDO, 2006, P. 3), um momento lúdico (do latim ludus: jogo), de prazer, diferente das coisas sérias da vida cotidiana, este delicado refúgio das adversidades do mundo da economia, do trabalho e da política. Dessa forma, Schutz (1962) destaca que esses fenômenos são vivenciados pelos indivíduos no dia a dia, eles estipulam um “campo finito de significação”.

Pelas características deste tipo de interação, ao menos no Brasil, um outro termo pode ser descrito nesse processo: o papel de gênero masculino (GASTALDO, 2006). Embora tenha ocorrido, nos últimos anos, um considerável aumento da participação feminina no mundo do futebol (representado não somente na audiência midiática e nos estádios, mas dentro de campo, como no êxito internacional conseguido pela seleção brasileira de futebol feminino), o universo deste esporte ainda continua sendo um território hegemonicamente masculino (GASTALDO, 2006).

Tradicionalmente, a participação em competições, jogos e desafios é uma característica do papel de gênero masculino nas mais variadas culturas (GASTALDO, 2006). Desde comunidades tribais ao redor do mundo, em sociedades urbanas modernas e em grupos rurais, grande parte dos significados articulados ao “ser homem” estão ligados com aceitar os desafios apresentados por outros homens (GASTALDO,

2006). Eventualmente, estes desafios tomam a forma clara da ofensa à honra, caso em que se apresenta necessário o recurso à ação oposta em público (GASTALDO, 2006). Outras vezes, procura-se reagir ao desafio ou provocação em graus mais simbólicos, respostas verbais, sarcasmos, ironias ofensas ou réplicas afiadas (GASTALDO, 2006). Em muitas situações, a regra é manter o bom humor e, mesmo na derrota, suportar com paciência as alfinetadas dos oponentes, dando respostas afiadas e divertidas (GASTALDO, 2006). Esta sociabilidade marcadamente masculina é denominada de “Homossociabilidade”, que é a forma lúdica de interação entre indivíduos de um mesmo sexo, no caso, de homens. Entretanto, a sociabilidade masculina pode derivar para formas bastante agressivas de interação, que estão em uma linha tênue do que pode ser chamado de “brincadeira” e que Radcliffe-Brown (1959) denominou de “relações jocosas⁶” (GASTALDO, 2006).

A socialização marcada pela mediação de um evento esportivo se apresenta de modo notável para esta forma de interação competitiva, que poderia ser chamada de “relação jocosa futebolística”, de que a “gozeira”, “flauta” ou “sacanagem” interminável de parte a parte entre torcidas adversárias (GASTALDO, 2006). Geralmente, a relação jocosa toma uma forma performática e teatral, para revelar pública e humoradamente o posicionamento dos participantes à situação (GASTALDO, 2006).

Em termos de interação, a sociabilidade dos homens, no Brasil, tem na tematização do esporte um porto seguro (GASTALDO, 2006). Muitas das vezes, basta um homem qualquer perguntar ao outro qual é o time dele para iniciar uma conversa que pode se prolongar indefinidamente, sem que em qualquer instante se corra o risco de um constrangimento ou indiscrição (GASTALDO, 2006). Junte-se a esse tema, envolvente sem ser comprometedor, o intenso fluxo de informações decorrente da tematização jornalística dos editoriais de esportes e tem-se o assunto ideal para a sociabilidade masculina, no país (GASTALDO, 2006). Como exemplos, basta pensar nos relatos clínicos detalhados da recuperação dos jogadores, as verdadeiras “novelas” envolvendo os boatos de compra e venda de atletas e as especulações sobre resultados

⁶ Uma peculiar combinação de amizade e antagonismo. O comportamento é tal que em qualquer outro contexto social ele expressaria e geraria hostilidade; mas tal atitude não é a sério e não deve ser levada a sério. Há uma pretensão de hostilidade e uma real amizade. Posto de outro modo, é uma relação de desrespeito consentido (RADCLIFFE-BROWN, 1959).

e tabelas que são veiculadas diariamente em noticiários de todo o Brasil (GASTALDO, 2006).

Dessa maneira, é importante destacar que o universo simbólico do futebol supera amplamente os fatos sociais que acontecem nos estádios, nas arquibancadas e nos campos, mas que se propaga pelas páginas dos periódicos todos os dias, que ocupa horas de programação e canais inteiros de televisão e rádio e, muito além do tempo de jogo, apresenta-se nas interações sociais do dia a dia, na sociabilidade descomprometida que, alinhando o “outro”, qualquer outro, a um dos “lados”, disponibiliza possibilidade de interação, jocosa ou solidária, suavizando a dificuldade das relações sérias, legais, profissionais ou familiares: fenômeno instigante e que exige compreensão (GASTALDO, 2006).

4.3 O mundo do futebol como eminentemente masculino

O esporte mostra-se como um dos fenômenos culturais mais relevantes da contemporaneidade dada a sua dimensão e multiplicidade (GOELLNER, 2007). Seja na perspectiva do alto rendimento, do lazer ou da sua expressão no contexto escolar, sua prática apresenta-se como um espaço fértil para a produção de corpos e subjetividades (GOELLNER, 2007). Como qualquer outra prática social, é também um lugar que produz e propaga representações de masculinidades e feminilidades que são inscritas nos corpos, marcando a pele e as formas de viver de homens e mulheres (ADELMAN, 2007). Tais marcas criam efeitos e, não raras vezes, são protestadas para justificar a inserção, adesão e permanência masculinas e femininas em diferentes práticas esportivas e corporais (GOELLNER, 2007).

Diante disso, nota-se que o uso que as mulheres faziam de seu próprio corpo no decorrer das práticas físicas, incluindo o futebol, era contestado (FRANZINI, 2005). Segundo os pensamentos machistas e moralistas, as funções naturais, especialmente a maternidade, e o bem-estar poderiam ser lesados devido à subversão de papéis (FRANZINI, 2005). Nesse sentido, a obrigação da mulher era de contribuir com o fortalecimento do país e aprimoramento da raça, gerando filhos saudáveis, e para isso deveria cuidar de sua própria saúde, eliminando a prática de determinados esportes, como o futebol, por exemplo (FRANZINI, 2005).

Dessa forma, torna-se evidente que o universo do futebol, desde a sua origem, caracteriza-se como um espaço eminentemente masculino, como esse espaço não é apenas esportivo, mas também sociocultural, os princípios nele introduzidos e dele derivados determinam limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser enxergados para a perfeita manutenção da “lógica”, ou da “ordem”, que se atribui ao jogo e que nele se aguarda ver ratificada (FRANZINI, 2005). A inserção das mulheres em campo perturbaria tal ordem, e as reações daí decorrentes revelam muito bem as relações de gênero existentes em cada sociedade: quanto mais sexista, ou machista, ela for, mais exacerbadas as suas reproduções (FRANZINI, 2005).

A virilidade virtuosa do esporte é usualmente destacada pela sentença “futebol é coisa para macho” (ou, em uma versão menos rude, “coisa para homem”), bem como em piadas reveladoras de vivo preconceito (FRANZINI, 2005). Assim, o jornalista Sérgio Cabral revelou uma fala do comentarista e ex-técnico da seleção brasileira masculina de futebol, João Saldanha, que perguntado sobre o que achava sobre o futebol feminino, respondeu que era contra, e justificou: “Imagina, o cara tem um filho, aí o filho arranja uma namorada, apresenta a namorada ao sogro e o sogro pergunta a ela: 'O que você faz, minha filha?' E a mocinha responde: 'Sou zagueiro do Bangu'. Quer dizer, não pega bem, não é?” (FRANZINI, 2005, p. 316). Mesmo diante de algumas tentativas oficiais de incentivo ao futebol feminino, elas acabavam esbarrando no machismo característico da cultura brasileira, que consideravam o esporte como uma prática viril e violenta (FRANZINI, 2005).

Nessa perspectiva, no Brasil, o futebol era apontado como inapropriado às mulheres, devido ao seu vigor e violência (FRANZINI, 2005). Assim, o “futebol de moças” não foi tão bem aceito como na Europa, entre o final da década de 1910 e início dos anos de 1920 (FRANZINI, 2005). Na Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial, enquanto os homens estavam em combates, as mulheres foram obrigadas a assumir papéis predominantemente masculinos, e por consequência montaram times e promoveram jogos beneficentes para adquirir fundos para os soldados das batalhas (FRANZINI, 2005). Com o término da guerra, elas voltaram as suas funções sociais tradicionais e ficaram novamente limitadas a torcerem nas arquibancadas (FRANZINI, 2005). Nesse mesmo período, na França, para evitar conflitos com os homens, as jogadoras criaram regras próprias para continuarem praticando o futebol, mas isso durou até o ano de 1926, quando tiveram o mesmo destino das inglesas (FRANZINI, 2005).

Segundo Mourão e Morel (2005), devido a pouca habilidade que as jogadoras possuíam, os espectadores consideravam o futebol das mulheres como uma caricatura e um divertimento, despertando a curiosidade do público. Dessa forma, os eventos de futebol feminino contribuíram para o processo de inserção da mulher na esfera pública, ajudando a legitimar a presença delas no esporte (MOURÃO; MOREL, 2005). Mas, a ideia de superioridade do sexo masculino sobre o feminino, baseada em características biológicas, resultou em alterações legislativas, no início dos anos de 1940, no Brasil, que excluía as mulheres de praticarem diversas atividades esportivas, inclusive o futebol (MOURÃO; MOREL, 2005).

No entanto, para Goellner (2005), mesmo diante da interdição brasileira, do decreto-lei n. 3.199, de 1941, várias mulheres, não se importando com as convenções sociais e morais, aderiram às práticas esportivas movidas pelo encanto e desafio que elas representavam, o que resultou no crescimento da participação feminina no esporte e a emergência de algumas competições de grande dimensão destinadas exclusivamente às mulheres, principalmente a partir de 1979, quando se revogou o decreto-lei.

Ainda assim, a presença da mulher no esporte passou a representar ameaça e complementaridade, ameaça porque atraiu a atenção para as mulheres em um mundo dominado por valores masculinos e, também, por colocar em dúvida as características tidas como femininas (GOELLNER, 2005). Complementaridade porque equiparou homens e mulheres em hábitos sociais e atitudes, o que simboliza um universo moderno e civilizado (GOELLNER, 2005).

No entanto, Souza e Knijnik (2007) revelam que as jogadoras de futebol ainda sofrem muito preconceito e discriminação no Brasil, por atuarem em um universo dominado por homens. Dessa forma, Freitas (2008) ilustra isso ao citar que a seleção brasileira feminina de futebol tem se saído muito bem nas competições organizadas pela FIFA, mas que isso não colabora para a melhora no tratamento de imprensa, torcida e dirigentes.

Além de todo o preconceito com as mulheres, o futebol também não costuma ser tolerante com os homossexuais (SOUZA; KNIJNIK, 2007). Pois, há uma expectativa de gênero e performance de masculinidade no universo desse esporte no Brasil. Sobre isso, Camargo (2014) destaca que existe uma ortodoxia arraigada ao

padrão hegemônico de masculinidade no futebol, excluindo a possibilidade de jogadores se assumirem perante a sociedade fora da heteronormatividade.

Diante disso, por diversas vezes, os corpos passam por um processo de silenciamento, aprende-se o silêncio para utilizar no social sobre todas as questões que não podem ser retomadas ou problematizadas, pelo motivo de que um discurso dominante a subjugou como algo impróprio de se falar ou questionar (GOELLNER, 2005). Michel Foucault, falando sobre os modos de interdição e exclusão da fala, afirma que: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Dessa forma, nota-se que, no futebol masculino brasileiro, nenhum jogador profissional assume ser gay ou bissexual (SIMÃO, 2019). Pois, o padrão hegemônico de masculinidade, nesta modalidade esportiva, impõe um discurso dominante (SIMÃO, 2019). O primeiro, que já jogou a série A, a assumir a bissexualidade, mesmo assim já havia se aposentado, foi Richarlyson Barbosa Felisbino, atual comentarista da Rede Globo (SIMÃO, 2019). O ex-atleta só revelou a sua orientação sexual em junho de 2022 (SIMÃO, 2019). Ao longo de sua carreira, passou por diversos preconceitos das mídias, das torcidas e dos jogadores, por conta de não se encaixar aos padrões heteronormativos (SIMÃO, 2019). Apesar de ter conquistado diversos campeonatos e convocações para a seleção brasileira, muitos clubes não queriam contratá-lo por causa da repercussão “negativa”, com a torcida (entende-se, parte de torcedores homofóbicos), que poderia provocar (SIMÃO, 2019). Diante disso, Richarlyson foi contratado para jogar no Guarani, em 2017, e disputar a série B do Campeonato Brasileiro (SIMÃO, 2019). Não satisfeitos com isso, torcedores do clube arremessaram bombas no Centro de Treinamento (CT) da equipe (SIMÃO, 2019).

4.4 O futebol feminino nos clubes de futebol

O futebol feminino passou a ser permitido após a revogação do Decreto-Lei, implementado pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), que proibia à prática de determinados esportes às mulheres (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). No entanto, os valores culturais incorporados e reproduzidos, sobre a perda ou a redução da

feminilidade das mulheres praticantes de futebol, permaneceram (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Nesse sentido, para Almeida (2019), mesmo com a revogação das restrições sobre práticas esportivas às mulheres, o futebol feminino permaneceu marginalizado, pois, os jogos não poderiam ocorrer em campos oficiais, nem podiam ser apitados por árbitros federados. A liberação ampla, mas não irrestrita, veio somente em 1983, com a regulamentação do Futebol Feminino, uma exigência da Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA) (ALMEIDA, 2019).

Em consequência a essa ação, surgiram novas perspectivas para o futebol feminino brasileiro (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Já no começo da década de 1980 surgiram vários times femininos, alguns clubes criaram suas equipes e algumas competições femininas ganharam visibilidade no calendário esportivo nacional (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). De acordo com Salvini e Marchi Júnior (2013), com o aumento da participação feminina nos clubes de futebol, algumas reportagens sobre o assunto foram realizadas nos principais meios de comunicação. Nessa época, a revista Placar (uma das mais antigas e importantes revistas que abordam o futebol) fez menções à permissibilidade da prática, ao escrever sobre o Esporte Clube Radar, apontado como o melhor time de futebol feminino que já existiu, em relação a representatividade, além disso, esse periódico ainda atrelou as jogadoras à normatividade de gênero (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Sendo assim, ao analisar a história do Esporte Clube Radar, nota-se que ele era um clube de praia, que jogava em Copacabana, foi fundado em 1932 e somente em 1981 criou a equipe feminina (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Inicialmente jogavam na praia, depois na quadra e, por último, no campo, onde teve maior êxito (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). O clube foi Hexacampeão (1983, 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988) da antiga Taça Brasil de Futebol Feminino, também foi Hexacampeão (1983, 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988) do Campeonato Carioca de Futebol Feminino e em 1989 conquistou o Torneio Brasileiro de Clubes (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). O Radar foi fundado pelo empresário Eurico Lira, grande incentivador da modalidade (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Já na década de 1990, segundo Carmona e Poll (2006), a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) começou a apoiar o futebol feminino e colocou o mesmo regulamento, nas competições nacionais, que era utilizado para o futebol masculino.

No entanto, no início desse período, os campeonatos regionais e estaduais reduziram de forma drástica (CARMONA; POLL, 2006). Entre os anos de 1991 e 1994 não aconteceram campeonatos nacionais e as equipes existentes participavam de competições de pequeno porte (CARMONA; POLL, 2006).

Em 1991, a FIFA realizou a primeira Copa do Mundo de futebol feminino, na China (VALPORTO, 2006). Como não existiam muitos clubes estruturados em atividade, no Brasil, a CBF convocou jogadoras do já extinto Esporte Clube Radar para representar a equipe que defenderia a pátria (VALPORTO, 2006). Em sua estreia na Copa, a seleção brasileira venceu o Japão (1x0), depois sofreu duas derrotas (0x5 para os EUA e 0x2 para a Suécia) e foi eliminada na primeira fase, terminando em 9º lugar na classificação geral (VALPORTO, 2006).

No Brasil, o Campeonato Nacional só voltou a ser disputado em 1994 (CARMONA; POLL, 2006). Essa versão do Campeonato Brasileiro de futebol feminino aconteceu entre os anos de 1994 até 2001 e teve os seguintes campeões: o Vasco (1994, 1995 e 1998), o SAAD (1996), o São Paulo (1997), a Portuguesa (1999 e 2000) e o Santa Isabel (2001) (CARMONA; POLL, 2006). Dessa forma, observa-se que todos os campeões representavam equipes de São Paulo e Rio de Janeiro (CARMONA; POLL, 2006). Assim, a partir de 2008, o grande destaque do futebol nacional foi o Santos, que apresentou uma estrutura que mais se aproximou do profissionalismo que existia no futebol masculino (CARMONA; POLL, 2006).

No ano de 1995, ocorreu a segunda Copa do Mundo de Futebol Feminino, realizada na Suécia (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). A seleção brasileira venceu o país sede na estreia, pelo placar de 1x0, depois perdeu para o Japão (1x2) e para a Alemanha (1x6) e foi eliminado, novamente, na primeira fase da competição (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). A revista Placar, em agosto de 1995, abordou a eliminação da equipe nacional como consequência da falta de organização e evidenciou o amadorismo da modalidade (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Diante de todos esses obstáculos envolvendo o futebol feminino, a Confederação Sul-americana de Futebol (CONMEBOL) aprovou em 2016, no estatuto, alterações para tentar promover a equidade de gênero (ALMEIDA, 2019). Os clubes de futebol masculino, para disputar a Copa Sul-americana ou a Libertadores da América, deveriam criar equipes femininas de futebol até o ano de 2019, ou deveriam

associar-se a outro clube que tivesse essa categoria atuante em torneios oficiais, além de uma equipe de base, dessa categoria, em mesma situação (ALMEIDA, 2019).

A ação com as novas regras aos clubes futebol, que ocorreu em janeiro de 2017, foi estabelecida em comum acordo com as associações nacionais filiadas, entre elas a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que encaminhou o Diretor de futebol Feminino, Marco Aurélio Cunha, como representante. Na mesma data, também foi apresentada, pela CONMEBOL, o Regulamento do Programa de Evolução, com a finalidade de possibilitar o crescimento de todas as categorias de futebol membros dessa instituição (ALMEIDA, 2019). A providência previu o destino de 20% do fundo do programa à criação e manutenção de campeonatos de futebol feminino, de abrangência internacional e nacional (ALMEIDA, 2019).

Dessa forma, a partir de 2019, o futebol feminino seguiu de forma mais ousada no Brasil: todos os clubes da série A do Campeonato Brasileiro foram obrigados, pela CBF, a terem uma equipe feminina adulta e uma de base e que disputassem campeonatos oficiais (EL PAÍS, 2019). A medida faz parte de um documento, denominado Licenciamento de Clubes, que regula a temporada de competições profissionais no país, e segue a diretriz da CONMEBOL, que utiliza a mesma regra para os clubes participantes da Copa Libertadores da América e da Copa Sul-americana (EL PAÍS, 2019). Ao mesmo tempo em que busca alavancar a visibilidade do futebol feminino, trazendo os clubes mais tradicionais do país para a categoria, a medida também estabelece o desafio de tornar rentável um departamento de futebol dos clubes que, até então, tem mais déficits do que lucros (EL PAÍS, 2019). Foram criadas duas divisões adultas, a Primeira Divisão com 16 times e a Segunda Divisão com 36 equipes, e uma de base (EL PAÍS, 2019).

4.5 Futebol e feminismos

O futebol é o esporte mais praticado no Brasil, de acordo com uma pesquisa realizada pelo site Brasil 247, em matéria publicada em 21 de dezembro de 2022, havia cerca de 30,4 milhões de praticantes, além disso, também é o esporte mais assistido e o mais procurado nas mídias, sendo assim, ele faz parte da cultura nacional. Entretanto, ao desvelar sobre a história do futebol feminino no Brasil, percebe-se que ele é muito mais do que lembrar gols, jogos, vitórias, personagens e lances marcantes (OLIVEIRA, 2020). É evidenciar os descasos, as barreiras quebradas e as resistências (OLIVEIRA,

2020). É recordar períodos de preconceito, proibição e amadorismo (OLIVEIRA, 2020). Além disso, é observar as discrepâncias que ocorrem entre o futebol feminino e masculino, a partir dos tratamentos dados a ambas as modalidades (OLIVEIRA, 2020).

Diante desses cenários de desigualdades entre homens e mulheres e da importância do futebol para a cultura brasileira, dos Anjos et al (2018) descreve sobre uma iniciativa de empoderamento feminino por meio deste esporte, concretizada em ações criadas pelo Guerreiras Project (GP). Iniciado em 2010, este coletivo é formado por ativistas, acadêmicos/as, atletas e artistas que desenvolvem pesquisas, oficinas, exposições e performance buscando estimular a equidade de gênero e empoderar mulheres no futebol e fora dele (DOS ANJOS ET AL, 2018).

A atitude do grupo Guerreiras Project, inspirada nos movimentos feministas, não se limita apenas a reivindicar melhorias estruturais para a prática do futebol feminino, mas também busca aproximar o tema aos diversos públicos (DOS ANJOS ET AL, 2018). A intensão seria de refletir sobre as desigualdades de gêneros existentes na sociedade contemporânea e de criar formas para superá-las (DOS ANJOS ET AL, 2018).

Nesse sentido, de acordo com Hall (1996), os movimentos feministas, em suas agendas políticas, sempre pautaram temas relacionados à exploração e ao controle exercidos nos corpos das mulheres. Porém, pouca atenção foi dada às estruturas físicas das atletas, tampouco foi realçada a importância da atividade esportiva para o empoderamento das mulheres. Assim, para Dunning e Maguire (1997), as práticas esportivas são espaços importantes para reflexões sobre as desigualdades de gêneros, acima de tudo por serem contextos que, tal qual o mundo do trabalho, expressaram, ensinaram e perpetuaram valores patriarcais.

Ao refletir sobre empoderamento, Horochovski e Meirelles (2007) revelam que empoderar é o modo como indivíduos, comunidades e organizações adquirem instrumentos que lhes permitam ter visibilidade, voz, capacidade e influência de ação e decisão. Dessa forma, o empoderamento não é algo que se tem de modo absoluto, mas que apresenta distintos níveis constantemente alcançados dentro de um contexto de menores e maiores imposições sociais que são confrontadas cotidianamente (HOROCHOVSKI E MEIRELLES, 2007). Consequentemente, o empoderamento não é algo que é passivamente adquirido, é uma “vitória” constante (HOROCHOVSKI E MEIRELLES, 2007). Relaciona-se, então, com pensamentos como autonomia,

emancipação, libertação e conquista de liberdade (HOROCHOVSKI E MEIRELLES, 2007).

Esses entendimentos são contemplados pelo Guerreiras Project (GP), que se ocupa dos feminismos para estimular as diversas ações que coloca em exposição, cujo foco é utilizar o futebol como instrumento para analisar questões relacionadas às desigualdades de gênero evidenciadas em temas como a empregabilidade, a violência doméstica, a sub-representação das mulheres na mídia, o assédio sexual, as desigualdades de acesso e permanência nos esportes, entre outras (DOS ANJOS ET AL, 2018).

A idealizadora do Guerreiras Project é a norte-americana Caitlin Davis Fisher, atleta do futebol feminino nos Estados Unidos, mudou-se para o Brasil, em 2004, para jogar na equipe do Santos Futebol Clube. Ela nasceu em Cambridge, Massachusetts, e aos seis começou a jogar futebol (DOS ANJOS ET AL, 2018). Após jogar a liga universitária, a liga semiprofissional e a liga profissional nos Estados Unidos, foi para equipe Santista (SP) aos 22 anos de idade (DOS ANJOS ET AL, 2018). Em sua primeira entrevista, no Brasil, expôs sobre o preconceito que ela e as outras jogadoras estavam sofrendo, na equipe paulista, por praticarem futebol (DOS ANJOS ET AL, 2018). Dessa forma, o nome Guerreiras Project foi uma homenagem para as atletas brasileiras que lutam diariamente para serem aceitas e apoiadas nesse esporte, que é tradicionalmente, masculino (DOS ANJOS ET AL, 2018).

Outra atleta a levantar a bandeira do feminismo no futebol é Marta Vieira da Silva, jogadora que coleciona recordes mundiais, tornando-se a primeira atleta a marcar gols em cinco edições de Olimpíadas, ela também já foi agraciada com seis bolas de ouro (2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2018), sendo cinco de forma consecutiva (somente ela conseguiu ganhar 5 bolas de ouro dessa forma) (GAZETAWEB, 2021). Além do mais, Marta é também a maior artilheira da história da seleção brasileira, com 117 gols (até o final do ano de 2021), superando Pelé, considerado o Rei do Futebol, que fez 95 gols (GAZETAWEB, 2021).

Em Copas do Mundo, Marta também bateu recorde, ela foi a jogadora que marcou mais gols, entre homens e mulheres, com 17 em 19 partidas de cinco mundiais (BBC NEWS-BRASIL, 2021). Por toda a sua trajetória e títulos, ela é um ícone do futebol mundial, não só dentro de campo, mas também fora dele, ao se expor em

debates sobre desigualdades de gênero no esporte e na sociedade (BBC NEWS-BRASIL, 2021).

Sendo assim, mesmo diante de tantas conquistas, Marta continua insatisfeita com o tratamento desigual dado as atletas mulheres em relação aos atletas homens, dessa forma, ela se mostra resistente a receber patrocínios de marcas esportivas e, ao mesmo tempo, utiliza as chuteiras com o símbolo “Go equal” (BBC NEWS-BRASIL, 2021). Este símbolo é de uma campanha que solicita pagamento igualitário entre o masculino e o feminino nos esportes (BBC NEWS-BRASIL, 2021). Ao longo dos anos, a revista France Football divulgou os rankings das jogadoras mais bem pagas do mundo, entre elas estava Marta, e evidenciou-se as desigualdades salariais, pois, um ano de ganhos financeiros dela era equivalente a alguns dias de pagamento para destaques do futebol masculino (BBC NEWS-BRASIL, 2021).

Sobre o assunto, em sentido oposto, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, criticou uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do ano de 2020, que comparava a desigualdade salarial entre a jogadora Marta Vieira e o jogador Neymar Júnior (UOL, 2021). Ele criticou o banco de questões do exame, lamentando que ela tenha sido elaborada em governos anteriores (UOL, 2021). Ele também afirmou que o futebol feminino ainda não é uma realidade no país e que não tem como comparar a mulher praticando o esporte com o homem realizando a mesma atividade e ainda classificou a questão do vestibular como ridícula (UOL, 2021). O líder brasileiro alegou que a diferença salarial está relacionada à iniciativa privada e não ao machismo (UOL, 2021).

Sobre esse pensamento do presidente Bolsonaro, Oliveira (2020) revela que existem, geralmente, quatro argumentos que são muito utilizados por pessoas que apoiam essa fala, são eles: 1) falta de interesse do público na modalidade; 2) diferenças de lucro das competições masculinas e femininas; 3) pouca atenção da mídia aos jogos femininos e; 4) diferença da qualidade do jogo entre homens e mulheres.

Em relação a desigualdade salarial entre jogadoras e jogadores. Para Oliveira (2020), não é apenas no universo do futebol que isso ocorre, e nem mesmo do esporte. Mas, em geral, de acordo com dados do Fórum Econômico Mundial, as mulheres ganham 32% menos do que os homens para realizar a mesma função, O estudo anual recolheu dados de 156 países, em 2021 (UOL ECONOMIA, 2022).

Diante disso, de acordo com Oliveira (2020), ao verificar os salários de jogadoras e jogadores de destaque no futebol mundial, nota-se que as desigualdades são enormes. Dessa forma, a norueguesa Ada Hegerberg, futebolista com maior salário do mundo e considerada a melhor de 2018, ganhava 208 vezes menos que o jogador argentino Messi, o mais bem pago do futebol masculino (OLIVEIRA, 2020). Na realidade, a situação é bem pior, pois, somando os vencimentos das cinco jogadoras mais bem pagas do mundo, não chegam ao valor recebido por apenas um jogador do top 10 masculino (OLIVEIRA, 2020).

Entretanto, em termos de seleções, em 18 de maio de 2022, a Federação de Futebol dos Estados Unidos anunciou um acordo histórico com as associações de atletas para formalizar a igualdade salarial entre as seleções masculina e feminina (REVISTA EXAME, 2022). Assim, ela equiparou as premiações da Copa do Mundo de ambas as equipes (REVISTA EXAME, 2022). Seguindo o mesmo caminho dos Estados Unidos, o País de Gales, em janeiro de 2023, também equiparou as premiações das seleções feminina e masculina (TRIBUNA EXPRESSO, 2023).

Além disso, o futebol feminino também conseguiu avanços em relação a maternidade das atletas (LEI EM CAMPO UOL, 2022). Na Inglaterra, atletas da Super Liga (primeira divisão) e da segunda divisão, em 2022, conquistaram o direito à licença maternidade (LEI EM CAMPO UOL, 2022). Para isso, foram realizadas discussões entre a Associação de Futebol da Inglaterra e a Associação de Futebolistas Profissionais para aprovarem o acordo relativo à licença, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do futebol feminino (LEI EM CAMPO UOL, 2022). Pois, geralmente, as jogadoras tinham que escolher entre a maternidade e a carreira esportiva (LEI EM CAMPO UOL, 2022).

Os debates sobre o direito a maternidade no futebol aumentaram bastante nos últimos anos, principalmente após algumas estrelas dos esportes, como a futebolista Alex Morgan e a tenista Serena Williams, passarem a protestar publicamente a favor da licença (LEI EM CAMPO UOL, 2022). Sendo que as duas atletas estadunidenses interromperam temporariamente as suas carreiras esportivas para serem mães (LEI EM CAMPO UOL, 2022).

No Brasil, apesar de haver o reconhecimento à licença maternidade na Constituição Federal (CF), a lei Pelé (Lei 9.615) – responsável pelas normas e diretrizes do esporte em território nacional – não aborda nada sobre o tema (LEI EM CAMPO

UOL, 2022). Porém, como qualquer espécie de trabalho, as mulheres têm direito a licença maternidade, garantido pelo artigo 7º, XVIII, da CF/1988 e artigos 391 e 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (LEI EM CAMPO UOL, 2022).

Entretanto, mesmo diante de debates e leis, as jogadoras sempre têm o temor de ter a carreira esportiva encerrada por causa da maternidade (EL PAÍS DEPORTES, 2019). Como foi o caso da lateral Tamires Cássia Dias Gomes, atleta da seleção brasileira, que descobriu a gravidez aos 21 anos de idade, em 2009, quando se preparava para conciliar os estudos com o futebol, nos Estados Unidos (EL PAÍS DEPORTES, 2019). Ela revelou que chorou durante três dias seguidos, achando que o futebol havia acabado para ela (EL PAÍS DEPORTES, 2019). A jogadora ficou afastada dos campos por quase quatro anos para cuidar do filho, Bernardo, já que para ela seria impossível viver a maternidade e ter uma rotina de treinos ao mesmo tempo (EL PAÍS DEPORTES, 2019). Vale ressaltar que a atleta é casada e conheceu o marido, César, em 2003, no clube Juventus, da Mooca, onde ele era jogador da equipe masculina (EL PAÍS DEPORTES, 2019).

Durante o período de inatividade, Tamires, ainda tentou retornar em 2010, aceitando um convite do Clube Atlético Mineiro, mas, como o marido dela teria que trabalhar longe, então, ela interrompeu a volta aos gramados e só retornou aos treinos em 2013 (REVISTA CLAUDIA, 2019). Em 2015, a atleta ganhou a medalha de ouro nos Jogos Panamericanos e depois recebeu uma proposta do Fortuna Hjørring, clube da Dinamarca (REVISTA CLAUDIA, 2019). Diante do sucesso esportivo conseguido pela jogadora, o marido decidiu abandonar o futebol para acompanhá-la (REVISTA CLAUDIA, 2019).

Outra brasileira a ter filho, no futebol feminino, é Cristiane Rozeira, atacante do Santos, ex-jogadora da Seleção e maior artilheira dos Jogos Olímpicos (FUTEBOL TERRA, 2022). A companheira dela é a advogada Ana Paula Garcia. As duas se casaram em agosto de 2020 e logo anunciaram a gravidez (FUTEBOL TERRA, 2022). Ana gestou o bebê a partir de um óvulo da atleta, para que esta não interrompesse a carreira no futebol (FUTEBOL TERRA, 2022). Aliás, aquele momento seria o mais propício para se realizar o procedimento de coleta de óvulos, pois a jogadora estava afastada dos campos, por conta da Pandemia de Covid-19, e porque tinha que seguir prescrições de hormônios que poderiam atrapalhá-la nos exames antidopings

(FUTEBOL TERRA, 2022). Assim, Bento nasceu no dia 26 de abril de 2021 (FUTEBOL TERRA, 2022).

4.6 A relação entre as mídias esportivas e o futebol feminino

Os registros da prática do futebol feminino, entre as décadas de 1940 e 1980, pela mídia, quando ainda vigorava a proibição, são escassos (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). O periódico *Jornal dos Sports*, da cidade do Rio de Janeiro, apoiou a entrada das mulheres no futebol, com editoriais, coberturas de campeonatos e jogos avulsos, chegando até mesmo a patrocinar alguns eventos, na década de 1940 (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Já na década de 1970, o *Jornal O Globo* noticiou o primeiro Campeonato de Futebol Feminino, ocorrido na Itália (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Na televisão, as primeiras transmissões de partidas de futebol de mulheres só começaram a acontecer na década de 1990, no canal aberto TV Bandeirantes, com o incentivo do narrador Luciano do Valle (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Desde então, esta emissora transmite, de forma não recorrente, campeonatos e jogos femininos (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020).

Diante disso, é importante, também, destacar que existiu um hiato de 61 anos entre a estreia dos homens na Copa do Mundo de futebol para a iniciação das mulheres na competição do Mundial (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Isso ocorreu, mesmo diante do fato de que, neste período, houve uma tentativa de criar uma narrativa de que a identidade nacional estava ligada ao futebol, de que o Brasil é o país do futebol (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020).

A Copa do Mundo de Futebol Feminino é realizada desde 1991 e a seleção brasileira esteve em todas as edições, obtendo resultados expressivos como o terceiro lugar, em 1999, e o vice-campeonato, em 2007, mas o tema é pouco abordado pela mídia esportiva brasileira (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Na história das Copas Femininas, há registros de transmissão de algumas partidas na programação do canal fechado ESPN Brasil, em 2003, e no canal aberto da TV Bandeirantes, em 2007 (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020). Em 2015, a Copa foi transmitida pelo canal público TV Brasil, pela TV Bandeirantes e pelo canal fechado SPORTV, mesmo assim, a cobertura foi apenas parcial (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020).

Diante disso, Ferreira et al. (2018) revelam que há uma falta de comprometimento da mídia em divulgar mais sobre o futebol feminino e em promover os campeonatos locais. Além disso, ao se comparar os discursos produzidos, pela mídia esportiva, em relação ao futebol masculino e ao futebol feminino, parece haver dois caminhos distintos: o primeiro o do esporte natural e masculinizado e o segundo, o do esporte feminino, com um tratamento de modelos de beleza e de objetos de desejo (DEL PRIORE, 2000).

Dessa forma, ao analisar o futebol feminino, percebe-se que as mídias de comunicação são exemplos de instituições que atuam no sentido de veicular representações sobre as mulheres no esporte (RIHAN, 2017). Representações essas que ora favorecem o corpo estético e belo, ora invisibilizam as atletas que não se encaixam em determinados padrões de feminilidade (RIHAN, 2017). Quando o assunto é esporte feminino, não são escassos os discursos midiáticos que propagam a beleza e os corpos das atletas (RIHAN, 2017).

Dessa maneira, a partir da veiculação de representações, e juntamente com a própria vivência cotidiana, os meios de comunicação nos ajudam a compreender o universo em que vivemos, ainda que, por meio de estereótipos (GASTALDO, 2013). Já que tudo isso faz parte do sistema de produção discursiva das sociedades capitalistas e, como tal, são condutores de representações sociais acerca da sociedade à qual se dirigem e na qual foram produzidos (GASTALDO, 2013).

Para Martins e Moraes (2007), seria ingênuo supor que a mídia projetasse as mulheres, em seu envolvimento com o futebol, de forma parecida ao tratamento dado aos homens. Afinal, o esporte no Brasil, por meio das mídias, é predominantemente voltado ao público masculino e branco (MARTINS E MORAES, 2007).

Diante disso, nota-se que os veículos de comunicação influenciam o campo social, contribuindo para a produção e a reprodução de formas de se observar e pensar as mulheres no futebol (PONTES; PEREIRA; FREITAS JÚNIOR, 2019). Dentre esses meios de comunicação, a Revista Placar tornou-se um importante agente no campo jornalístico esportivo brasileiro, já que neste ramo, é a revista mais antiga que ainda circula no Brasil (PONTES; PEREIRA; FREITAS JÚNIOR, 2019). É um periódico de abrangência nacional e foi uma das mídias que mais publicou matérias sobre o futebol feminino a partir da década de 1980 (PONTES; PEREIRA; FREITAS JÚNIOR, 2019).

No entanto, a Revista Placar demorou mais de uma década para estampar uma capa com o futebol feminino, uma vez que ela foi criada em 1970 (LEAL; MESQUITA, 2021). Em sua origem, ainda em caráter experimental, a Editora Abril expôs seis edições da

revista, entre 3 de fevereiro e 13 de março (LEAL; MESQUITA, 2021). Com uma resposta positiva do público, ela foi oficializada em 20 de março de 1970, com 40 páginas de 31 centímetros de altura por 23 centímetros de largura (LEAL; MESQUITA, 2021). Multicolorida, revolucionária para época, a Placar inovaria o noticiário esportivo do país, pelas reportagens de impacto, longevidade e criatividade (LEAL; MESQUITA, 2021). O lançamento oficial da revista ocorreu dias após à publicação do Decreto-lei nº 1.077, que legalizava a censura prévia, assinado pelo presidente do governo militar da época, Emílio Garrastazu Médici (LEAL; MESQUITA, 2021). Embora o periódico semanal tivesse como foco o esporte, e o futebol como principal notícia, interessava bastante ao líder brasileiro na presidência (LEAL; MESQUITA, 2021).

É neste contexto de censura que a Revista Placar assume a áurea daquela que iria se tornar uma de suas marcas mais importantes: o cunho jornalístico combativo (LEAL; MESQUITA, 2021). Desde as primeiras edições, era possível notar que o teor das reportagens confrontava as diretrizes governamentais que foram dadas à imprensa (LEAL; MESQUITA, 2021). Dessa forma, o periódico noticiou sobre a interferência de Médici na seleção brasileira de futebol masculino, que culminou na demissão do técnico da equipe, João Saldanha (LEAL; MESQUITA, 2021).

Para além do jornalismo combativo, historicamente, a Revista Placar foi e continua sendo um periódico direcionado para o público masculino (LEAL; MESQUITA, 2021). Segundo informações da Editora Abril, publicados em junho de 2020, 90% de leitores da revista é composta por homens e os outros 10%, mulheres (LEAL; MESQUITA, 2021). Ainda de acordo com a fonte, a revista tem circulação nacional e, na época da divulgação, possuía 2.537.000 leitores ativos em todas as plataformas, que englobavam a revista física e a versão digital (LEAL; MESQUITA, 2021).

Além disso, sempre existiu uma enorme discrepância em quantidade de notícias sobre o futebol feminino em relação ao masculino, na Revista Placar (LEAL; MESQUITA, 2021). Ao analisar as publicações entre os anos de 2011 e 2019, período em que envolveu as últimas três Copas do Mundo de futebol feminino, a revista publicou 1.429 conteúdos, sendo que em apenas 46 (3,22%) eram sobre o futebol de mulheres, contribuindo, assim, para um silenciamento da modalidade (LEAL; MESQUITA, 2021).

Dessa forma, ao pesquisar sobre a cobertura da Revista Placar sobre o futebol feminino, ao longo dos anos, Leal e Mesquita (2021) apontam para quatro momentos temporais dessa relação: 1) o esforço para mostrar as atletas em poses ou ações que lembrem a normatividade de gênero, na década de 1980; 2) a dicotomia na divulgação de

notícias e imagens de mulheres atletas e de modelos que praticavam futebol, na década de 1990; 3) a expectativa pela profissionalização do futebol feminino, entre 2000 e 2010; e 4) o aparecimento de uma nova tendência nas reportagens, com maior disposição às notícias sobre questões técnicas em contraste as de cunho pejorativos e sexuais, entre 2011 e 2019 (LEAL; MESQUITA, 2021).

Em relação a década de 1980, Salvini e Marchi Júnior (2013) revelam que, embora não fossem feitos de forma explícita, a Revista Placar sempre trazia elementos que ligavam o futebol à “perda” da feminilidade. Além disso, a revista demorou alguns anos para publicar sobre o futebol feminino no Brasil e quando o fez, buscou nas jogadoras elementos que as ligassem à feminilidade (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Na metade da década seguinte, a Revista Placar seria anunciada por uma maciça campanha publicitária, assim, na edição 1.102, de 1995, ela trouxe inovações no formato, no projeto gráfico, no logotipo e, principalmente, no conteúdo (SALDANHA; GOELLNER, 2013). Dessa forma, o então diretor da revista, Juca Kfourri, publicou em sua coluna que o periódico tinha a intenção de criar conteúdos sobre futebol e comportamento como nunca havia sido feito, nem no Brasil nem no mundo (SALDANHA; GOELLNER, 2013).

Esse período ocorreu na fase temática intitulada “Futebol, Sexo e Rock & Roll”, no qual a revista abordou outros conteúdos para atrair o interesse do público masculino e adolescente (SALDANHA; GOELLNER, 2013). Dessa maneira, além de reportagens sobre o futebol masculino, a Placar também publicava ensaios fotográficos sensuais, matérias sobre comportamento sexual, seções de moda, traduções de músicas estrangeiras, entre outras (SALDANHA; GOELLNER, 2013).

Essa época, também, foi marcada pela demissão de Juca Kfourri, a partir de uma solicitação do presidente da CBF, Ricardo Teixeira, desafeto do diretor (LEAL; MESQUITA, 2021). Diante disso, quem assumiu a direção da Placar foi o jornalista Marcelo Duarte, ciente de que seria uma revista voltada para um público masculino adolescente e adulto (jovem) (LEAL; MESQUITA, 2021). Assim, o periódico se tornaria uma versão masculina da Capricho (revista voltada para o público jovem feminino de muito sucesso da Editora Abril) (LEAL; MESQUITA, 2021).

Além disso, essa fase, que iniciou em 1995 e terminou em 1999, teve, em quatro edições, mulheres como destaques nas capas (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Porém, ao analisar o corpo da matéria, percebe-se que havia um padrão na escolha das mulheres que representariam as jogadoras de futebol, todas elas eram brancas, magras, com roupas que

evidenciavam suas curvas e jovens, com a média de idade de 20,8 anos (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Sendo que uma delas tinha apenas 17 anos (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022).

Nessa época, as capas e reportagens sobre o futebol feminino baseavam-se, principalmente, no senso estético, visto que a edição número 1.106, de agosto de 1995, não retratava jogadoras profissionais de futebol em sua capa, e sim modelos que posaram para um ensaio fotográfico, fortalecendo o estereótipo sexual sobre o corpo feminino (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Além de tudo, a partir da exploração do corpo da mulher, havia a tentativa de tornar o esporte menos masculinizado, buscando transformar as personagens em musas (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022).

Nessa perspectiva, percebe-se que o viés jornalístico, em diversos momentos, pode ser traduzido pelo olhar masculino, no qual o sexismo e a objetificação se unem à cultura popular (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Dessa forma, há uma associação entre a representação feminina e o voyeurismo (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Pois, reduzir as mulheres a seus corpos era um reflexo da época. Além disso, a linguagem das matérias, em uma tentativa de aproximação com o leitor, possuía uma série de adjetivos direcionados às personagens (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022).

Já na década de 2000, havia uma expectativa pela profissionalização do futebol feminino (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). No entanto, o que se viu foi a ausência de um calendário para os campeonatos e a falta de comprometimento dos clubes em manter as jogadoras durante um ano inteiro (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013). Assim, esse período, nas páginas da Placar, foi marcado por eventos esportivos internacionais, que retrataram a realidade da modalidade, no Brasil: pouco investimento e esperança por resultado (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Nos primeiros anos da década de 2010, a Revista Placar flertou com o passado (LEAL; MESQUITA, 2021). Trocadilhos machistas e imagens de mulheres como objetos sexualizados foram, novamente, apresentados aos leitores (LEAL; MESQUITA, 2021). Somente a partir de abril de 2013, com a venda da revista para a Editora Caras, é que o periódico passou a abordar apenas notícias sobre os aspectos técnicos das jogadoras (LEAL; MESQUITA, 2021). Após 15 edições, a Placar, retornou para a Editora Abril, em 2016 (LEAL; MESQUITA, 2021). Desta época até os dias atuais, a revista deixou de lado qualquer vestígio de objetificação das mulheres (LEAL; MESQUITA, 2021). Além disso,

a Placar ainda publicou um pedido de perdão, por seu passado machista (LEAL; MESQUITA, 2021).

Isso aconteceu na edição 1.453, de julho de 2019, a Placar, sob o título “A busca pela igualdade” publicou um pedido de desculpas histórico pela trajetória machista do periódico ao divulgar, não só o futebol feminino, mas as mulheres no esporte como um todo.

Placar é uma revista de futebol, não há dúvida. Mas ajustes são necessários. Um deles é o espaço que a mulher ocupa em nossas páginas. Nas décadas de 1980 e 1990, olhávamos o futebol feminino com uma visão equivocada, quase objetificando as mulheres jogadoras. Pedimos perdão por aquele período de ignorância e buscamos evoluir. Hoje não somos uma revista do dia a dia, realizamos edições especiais – e esta que chega a suas mãos é uma delas (PLACAR, 2019, ed. 1453, p.4).

A ideia de pedir desculpas partiu do diretor Ricardo Corrêa, após ler no portal UOL uma notícia sobre a sua revista. Na manchete publicada pelo Blog Dibradoras, tinha a seguinte mensagem: “O futebol já foi visto assim – o que diriam dessas imagens hoje?” (LEAL; MESQUITA, 2021, p. 103). A foto principal era a capa da edição 1.106, de agosto de 1995, em que modelos estavam de costas, com uniformes sensuais, provocativos, de cores que lembravam aos da Seleção Brasileira (LEAL; MESQUITA, 2021).

Diante dessa nova fase da Placar e com o sucesso da Copa do Mundo de futebol feminino, que teve recordes de audiências nas televisões do Brasil e do mundo, ocorreu um interesse progressivo da revista pela modalidade (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). A ponto de, em novembro de 2019, pela primeira vez na história, a Placar destinar uma edição inteira ao futebol praticado por mulheres (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Além disso, Marta, a maior vencedora de Bolas de Ouro, ganhou uma capa inteiramente sua, sendo a primeira mulher negra a estampar sozinha uma capa da Placar (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022).

5 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo desta dissertação é caracterizado por uma investigação qualitativa, focada na descrição e análise e na interpretação e discussão das informações recolhidas no desenrolar do processo investigatório. De acordo com Negrine (2010), nas pesquisas de caráter qualitativo não existe a preocupação de generalizar os achados, elas são empregadas principalmente na área da educação e nas ciências sociais. A pesquisa qualitativa se destaca por trabalhar com informações e não com dados numéricos como na pesquisa quantitativa. Nesse sentido, para Barbour (2009), esse tipo de pesquisa procura abordar o estudo em um mundo “exterior” e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios.

Dessa forma, para Bryman e Bell (2015), a pesquisa de caráter qualitativo incorpora uma visão da realidade social como uma particularidade emergente em incessante mudança na criação dos indivíduos. Nota-se ainda que a pesquisa qualitativa “proporciona uma lente geral de orientação para questões sobre os estudos de gênero, classe e etnia (ou outras questões de grupos marginalizados” (CRESWELL, 2010, p. 91).

Portanto, no intuito de atingir o objetivo geral deste trabalho que é compreender como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas e qual a sua relação com a dominação masculina, foi utilizado o direcionamento metodológico da Revisão Crítica (RC), que é um tipo específico de revisão de literatura, complementado pelos desígnios da Análise de Conteúdo (AC). Assim, a realização deste estudo desvelou como se deu a cobertura midiática do futebol feminino, na Revista Placar, desde a década de 1980 até os dias atuais. Já que, para Mancini e Sampaio (2006), as revisões de literatura são identificadas pela síntese e análise das informações disponibilizadas por todas as criações relevantes publicadas sobre um determinado objeto, de forma a resumir o corpo de conhecimento e buscar concluir o assunto de interesse.

Há diversos modelos de revisão de literatura, cada qual acompanhando ou não uma particularidade metodológica (GABRIEL ET AL., 2020). Dentre estes está a Revisão Crítica (RC), também denominada como estudos passivos (sintetizam produções sobre um assunto), ou estudos opinativos (analisam e evidência existente sobre um assunto), por meio do qual os autores condensam e analisam as informações disponibilizadas na literatura (GABRIEL ET AL., 2020).

Em complemento e esse direcionamento metodológico, abraçou-se os desígnios da Análise de Conteúdo (AC), pois estes norteiam os pesquisadores no processo analítico dos diferentes tipos de discursos existentes. A AC pode ser definida como um conjunto de dispositivos metodológicos de análise das comunicações, que busca obter, por intermédio de processos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou quantitativos) disponíveis de implicações sobre os conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas (GABRIEL ET AL., 2020).

5.1 O corpus da pesquisa

O *corpus* da pesquisa foi composto por um conjunto de documentos submetidos aos procedimentos de análise, que inseriam matérias que mencionavam em algum momento a relação entre a feminilidade e o futebol feminino, sob a ótica da dominação masculina (BOURDIEU, 2002). Com esse propósito, foram utilizadas, como fontes analíticas, reportagens da Revista Placar, artigos publicados em periódicos brasileiros e dissertações, todos estes relacionados a mencionada revista esportiva. Para isso, foram realizadas buscas no Google Acadêmico, no Scientific Electronic Library Online (SCIELO), no Books Google e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, o estudo da Revista Placar justifica-se por se tratar de uma das principais revistas esportivas do Brasil.

Os documentos foram selecionados com base no objetivo previamente estabelecido, qual seja, analisar os textos publicados para compreender como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas e qual a sua relação com a dominação masculina. Levando-se em consideração a regra da pertinência, apontada por Bardin (1977), na qual as publicações selecionadas devem transmitir a informação de acordo com a proposta de estudo.

5.2 Delimitação dos objetos

Os objetos analisados, para a presente pesquisa, foram as mídias esportivas, especificamente a Revista Placar, que tratavam, de alguma forma, sobre as feminilidades

em suas páginas. Além disso, outras categorias também foram analisadas, como a Dominação masculina, as Masculinidades e a Violência Simbólica.

5.3 Método de análise

A AC, de acordo com Bardin (1977), pode ser utilizada por vários campos do conhecimento – historiadores, sociólogos, psicólogos, publicistas, literários, entre outros que queiram examinar um tipo de mensagem e realizar um tipo de interpretação. Para cada modelo de texto, o instrumento metodológico da AC tem a maleabilidade de ser ajustado, não existe algo pronto, ele deve ser moldado aos vários casos existentes (BARDIN, 1977). No entanto, é fundamental considerar alguns princípios.

Dessa forma, é importante entender, inicialmente, as bases teóricas sobre a AC. Assim, Franco (2008) aponta que o ponto de partida da AC é a mensagem, seja ela figurativa, verbal (escrita ou oral), silenciosa, gestual, documental ou diretamente provocada. Uma mensagem exprime determinadas representações sociais, as quais são edificadas social/historicamente, influenciando no cotidiano dos indivíduos e na comunicação de expressões comportamentais ou verbais, saturadas de componentes subjetivos, cognitivos, afetivos, valorativos e que podem ser modificados historicamente (FRANCO, 2008). Nessa perspectiva, torna-se relevante considerar o contexto do emissor da mensagem, ou seja, as condições culturais, econômicas, sociais e o aspecto histórico (FRANCO, 2008). Outro ponto importante na AC é a relevância teórica presente nas descobertas, portanto, a informação da pesquisa deve estar ligada a outros dados/características do emissor e essas ligações devem ser subsidiadas por uma teoria (FRANCO, 2008). Franco (2008) entende que toda a AC deve envolver comparações contextuais.

Na AC, deve-se considerar uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, pois ela se constrói na realidade, estabelecendo representações sociais em distintos momentos históricos e realizando interação entre pensamento, linguagem e ação (FRANCO, 2008). Dessa maneira, considera-se o que está oculto na mensagem e não somente o que observável ou explícito (FRANCO, 2008). A metodologia apoia-se na hermenêutica, buscando a complexidade da diferença entre sentido e significado (FRANCO, 2008). Sendo assim, a semântica torna-se essencial na AC, não apenas para o estudo da língua, mas, sobretudo para uma análise, descrição e interpretação do

sentido que as pessoas às mensagens, sejam elas verbais ou não verbais (FRANCO, 2008).

Outra característica importante é o rigor em uma análise crítica e reflexiva, ao utilizar técnicas que rompam com a familiaridade do pesquisador frente ao objeto de análise (FRANCO, 2008). Diante disso, Bardin (1977) aponta que empregar as técnicas rigorosamente é dizer não à leitura simples do real, que é sempre sedutora e forjada por conceitos operatórios. Assim, o refinamento durante a aplicação do método possibilita analisar efetivamente se as hipóteses que surgem na leitura flutuante, em um primeiro momento, serão validadas na fase final (FRANCO, 2008). Para isso, é necessário enriquecer a leitura e desvendar conteúdos que confirmam ou não as hipóteses (FRANCO, 2008).

Para Franco (2008), a AC oscila em dois polos: 1) o desejo do rigor e a relevância da descoberta; e 2) a adivinhação, que transcende as aparências. Para ser utilizada em todas as formas de comunicação, é importante que se revele suas funções: heurística, sendo o enriquecimento da investigação do material analisado, elevando as chances de chegar próximo das descobertas; e a administração da prova, sendo a elaboração de hipóteses em forma de questões ou afirmações provisórias (FRANCO, 2008).

Realizada a apropriação das bases teóricas que transpassam a AC, pode-se entender sua definição: “[...] é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem” (FRANCO, 2008, p. 23). A AC é um conjunto de procedimentos que procura construir técnicas parciais e complementares, realizando uma sistematização do conteúdo, com a colaboração de indicadores passíveis ou não de serem quantificados (FRANCO, 2008). Isso possibilita fazer deduções lógicas sobre a mensagem, levando em consideração o contexto do emissor (FRANCO, 2008).

Nesse sentido, este estudo utilizou os instrumentos referentes às diferentes etapas que constituem a organização analítica da AC, estruturada em torno de três etapas cronológicas: a pré-análise, a exploração do material e os tratamentos dos resultados, as inferências e as interpretações.

5.3.1 Pré-análise

Na pré-análise, realizou-se as primeiras buscas, com a escolha de artigos científicos, dissertações, revistas e textos jornalísticos, estabelecendo um primeiro contato com o material analisado a partir da etapa da leitura flutuante. Em seguida, ocorreu a formulação das hipóteses de acordo com o objetivo proposto no estudo, e por fim, foram elaborados os indicadores a serem confirmados ou infirmados na interpretação final.

a) Leitura Flutuante

Com o objetivo de conhecer o texto, estabelece-se o primeiro contato com o material. Segundo Franco (2008, p.52), “[...] deixando-se invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas [...]”. Progressivamente, em virtude das hipóteses e teorias que vão surgindo, a leitura torna-se mais precisa.

Na leitura flutuante, foi necessário selecionar o *corpus* a ser analisado. Para tanto, os artigos, dissertações, teses e matérias midiáticas, sobre futebol feminino na Revista Placar, foram buscadas em veículos digitais. Sendo assim, a Revista Placar foi o objeto de análise, por ser um agente que dispõe de um alto capital simbólico, como já citado na introdução deste estudo.

b) Formulação das Hipóteses

A hipótese pode ser entendida como uma afirmação ou uma questão, a qual será confirmada ou invalidada após os procedimentos metodológicos. “Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros” (BARDIN, 2008, p. 92). Embora essa etapa não seja obrigatória para os procedimentos investigativos, pois pode ser elaborada uma análise “às cegas”, isto é, sem pensamentos pré-concebidos, efetuou-se duas hipóteses a partir da leitura flutuante. A primeira delas foi constituída com base na frequência (quantitativa) com que os textos sobre futebol feminino foram publicados na revista

Placar. Já a outra hipótese está relacionada aos conteúdos (qualitativa) sobre futebol feminino que foram encontrados nas mídias esportivas.

A primeira hipótese indica que existe uma baixa frequência de publicações sobre o futebol feminino na revista Placar, evidenciando um universo dominado pelo masculino. A segunda aponta que o conteúdo dos textos publicados nas mídias esportivas associa as jogadoras de futebol a elementos ligados a questões de gênero, revelando determinados padrões de feminilidade que as atletas deveriam apresentar. Essas hipóteses foram elaboradas com o intuito de demonstrar conteúdos aparentes e ocultos nas mensagens e posteriormente elas foram colocadas à prova.

5.3.2 Exploração do Material

Nesta fase, efetuou-se a administração sistemática das posições tomadas na pré-análise. De acordo com Bardin (1977), isso constitui o processo de codificação e enumeração dos dados empíricos encontrados na fase anterior. Depois foi realizada a categorização dos elementos do corpus da pesquisa.

a) Codificação e Enumeração

A codificação constitui-se em uma transformação, que acontece com a aplicação de algumas regras aos dados encontrados nos textos. Essa parte permitiu – a partir do recorte, da agregação e da enumeração – encontrar a representação, o significado e a expressão do conteúdo da mensagem. Depois, perceberam-se as características dos textos, as quais serviram de índices norteadores.

b) Categorias de Análise

Nessa seção serão expostas as categorias de análise que nortearam a categorização do corpus de pesquisa.

Quadro 1: Categorias de Análise.

Categorias de Análise	
Categoria	Definição
Dominação Masculina	A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 2012, p. 33).
Feminilidade	A feminilidade não está vinculada a órgãos sexuais, mas sim à interação e à construção do indivíduo com a feminilidade. A “feminilidade designam as características e as qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres” (MOLINIER E WELZER-LANG, 2009, p.101).
Masculinidade	Connell conceitua masculinidade como sendo “ao mesmo tempo uma posição nas relações de gênero, quer dizer, as práticas através das quais homens e mulheres se apoderam dessa posição no gênero e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (2003, p.71).
Violência simbólica	É uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos (BOURDIEU, 2002, p. 50).

Fonte: Elaborado pelo autor

Criar categorias foi um processo que compreendeu dois momentos: o de isolar elementos (inventário) e o de dividir os elementos, buscando organizar as mensagens (classificação). Vale ressaltar que não há uma fórmula pronta e acabada na elaboração das categorias. “Em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado em seus conhecimentos e guiado por sua competência, sensibilidade e intuição” (FRANCO, 2008, p. 60).

5.3.3 Tratamentos dos Resultados, as Inferências e as Interpretações

A finalidade da AC, segundo Pereira (2018), é produzir inferências sobre os elementos básicos da comunicação: a fonte emissora, processo codificador que resulta em uma mensagem; o receptor ou detector da mensagem; e o processo decodificador. Dessa maneira, foi fundamental trabalhar com vestígios, inferindo conhecimentos que transcendiam o conteúdo das mensagens e que evidenciaram outras condições (PEREIRA, 2018). Isto é, a inferência possibilitou a passagem da descrição dos elementos que compõem os textos para a interpretação (PEREIRA, 2018).

Para Bardin (1977), produzir inferências na AC é levantar suposições a respeito de uma mensagem, já que a análise do conteúdo constitui um relevante instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), ainda que o inverso – anunciar os efeitos a partir de fatores conhecidos – ainda esteja ao alcance das nossas capacidades.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse capítulo serão apresentados o corpus e a análise do corpus da pesquisa bem como os documentos utilizados. Para isso, foram utilizadas matérias da Revista Placar, a partir de toda a edição do periódico e não apenas em determinadas seções, disponibilizadas por alguns sites, de acordo com o quadro 2. Além disso, foi realizada uma assinatura com a Editora Abril, para se ter acesso aos conteúdos do periódico nos anos de 2020, 2021, 2022 e início de 2023. Dessa maneira, buscou-se alinhar os pensamentos expostos no referencial teórico com as notícias da Placar. Tudo isso para tentar alcançar os objetivos geral e específicos.

Quadro 2: Sites sobre a Revista Placar.

Sites analisados	
Site:	Link do site:
Editora Abril	https://placar.abril.com.br/
Ludopédio	https://ludopedio.org.br/biblioteca-categoria/revistas/?pagina=6
Issuu	https://issuu.com/placar
Books.Google	https://books.google.com.br/books/about/Placar_Magazine.html?id=L5CwOs59tV8C&redir_esc=y

Fonte: Autor

Além disso, antes de apresentar o corpus da pesquisa, torna-se importante mostrar as diferentes fases da revista. Já que ao longo dos anos a Placar se tornou um expoente referencial para diversas áreas de conhecimento, como para professores de Educação Física, jornalistas, sociólogos, historiadores, entre outros. a Placar passou por várias mudanças em sua história, como pode ser observado na Quadro 3. Vale destacar que a produção do Quadro foi inspirada na “tabela 2” do artigo intitulado “A singularidade da cinquentenária Placar: para o contexto histórico do jornalismo esportivo no Brasil”, dos autores: Daniel Leal e Giovana Borges Mesquita.

Quadro 3: Fases da Placar.

Fase da Revista	Período	Frequência	Editora
Fase Inicial	1970 a 1984 (ed. 1 a 725)	Semanal	Abril
Placar Todos os Esportes	De abril a novembro de 1984 (ed. 726 a 755)	Semanal	Abril
Sem Fase Temática	1984 a 1988 (ed. 756 a 951)	Semanal	Abril
Placar Mais	Setembro de 1988 a abril de 1989 (ed. 952 a 982)	Semanal	Abril
Sem Fase Temática	Maio de 1989 a agosto de 1990 (ed. 983 a 1.051)	Semanal	Abril
Fase de Retomada (pós-encerramento)	Outubro de 1990 a março de 1995 (ed. 1.052 a 1.101)	Mensal	Abril
Futebol, Sexo e Rock & Roll	Abril de 1995 a fevereiro de 1999 (ed. 1.102 a 1.148)	Mensal	Abril
Sem Fase Temática	Março de 1999 a março de 2001 (ed. 1.149 a 1.173)	Mensal	Abril
Placar Semanal	Abril de 2001 a fevereiro de 2002 (ed. 1.174 a 1.219)	Semanal	Abril
Sem Fase Temática	Março de 2002 a junho de 2015 (ed. 1.220 a 1.403)	Mensal	Abril
Placar Caras	Julho de 2015 a setembro de 2016 (ed. 1.404 a 1.418)	Mensal	Caras
Sem Fase Temática	Outubro de 2016 a fevereiro de 2023 (ed. 1.419 a 1.496)	Mensal	Abril
Sem Fase Temática	Março de 2023 (ed. 1.497 a...) a...	Mensal	Score

Fonte: Autor

Sendo assim, diante desse quadro 3, percebe-se que a Placar mudou, novamente, de Editora. Pois, a partir de março de 2023, foi a Score que assumiu o editorial do lendário periódico esportivo. Anteriormente, de julho de 2015 a setembro de 2016, foi a Editora Caras que ficou responsável pelo veículo de comunicação. Em todos os outros anos, a revista pertenceu a Editora Abril.

6.1 Apresentação do Corpus da Pesquisa de acordo com as Categorias de Análise

A seguir será destacado o corpus produzido de acordo com as categorias do quadro 1(Categorias de Análise).

6.1.1 Categorias: Feminilidades e Masculinidades

Neste momento, buscou-se evidenciar o que é tido como feminino, ou seja, quais características estão “ligadas” ao ser feminino e quais estão atreladas à masculinidade. Esta categoria evidenciada terá a junção das categorias Feminilidade e Masculinidade, já que para Scharagrodsky (2004, 2007), tais temas de análise não possuem existência independentes uma da outra.

Tema: Feminilidade evidenciada na Revista Placar: marcação social e cultural sobre o corpo da mulher

A Revista Placar, durante muitos anos, dedicou-se a construir uma imagem da mulher ideal, em suas páginas, a partir da aparência física e dos cuidados com o corpo. Para isso, utilizou em suas capas e reportagens, mulheres magras e jovens para representarem a feminilidade. Pois, para Beraldo (2014), o conceito de feminilidade foi estabelecido e edificado de maneira arbitrária e hegemônica no interior de uma sociedade patriarcal.

Dessa maneira, tem-se que as construções sobre o que é ser mulher, são produzidas a partir do corpo biológico (SANTOS; SILVA NETO; Ávila, 2016). Quando os indivíduos nascem, as sociedades os vestem de acordo com as suas identidades sexuais (SANTOS; SILVA NETO; Ávila, 2016). Há uma imposição de uma classificação binária e universal, que indicam quais são os papéis e funções de cada sexo (SANTOS; SILVA NETO; Ávila, 2016). Nesse sentido, nota-se que o feminino é visto como um conjunto de características identificadas pela cultura como adequadas e essenciais às mulheres (SANTOS; SILVA NETO; Ávila, 2016).

Para os meios de comunicação, a mulher, para ser feminina, tinha que buscar a construção de um corpo “perfeito” e ser influenciada por padrões estéticos das indústrias

da moda e dos cosméticos (SANTOS; SILVA NETO; Ávila, 2016). Diante disso, a Revista Placar, na edição 593, de setembro de 1981, publicou uma reportagem sobre um time feminino formado por grandes estrelas da televisão, que é o “Soccer Sex Stars”. Sobre essa equipe de atrizes, percebe-se que a matéria da revista aborda muito mais uma preocupação com os padrões de feminilidade de uma sociedade patriarcal do que com os aspectos técnicos, ao expor que a centroavante Leiloca lamentava que o jogo não poderia ser interrompido para retocar a maquiagem e, também, ao descrever as atletas com seus calções justos e suas camisetas leves e adoravelmente decotadas.

Dessa forma, observa-se que, em algumas edições da Revista Placar, havia uma preocupação em normatizar sobre o que é parecer/ser mulher, a partir de uma prática esportiva. Como na edição 738, de julho de 1984, onde as mulheres tiveram pela primeira vez uma capa sobre o futebol feminino. A manchete era: “3.000 times e 45.000 mulheres em campo” e tinha a foto da jogadora Vandira, do já extinto Pinheiros-PR, de costas, trajando a camisa do clube e uma calcinha branca, no vestiário. Nesse sentido, nota-se que a exposição da atleta, na foto, é de um perfil normativo estigmatizado de gênero da época, que se preocupava em primeiro plano com a sensualização da mulher (LEAL; MESQUITA, 2021).

Além disso, nessa mesma edição, o periódico ainda publicou uma matéria intitulada “O charme vai a campo”, onde descreveu que se existem inúmeras zagueiras de cara feia por todo o Brasil, também há jogadoras e até times de beleza indiscutíveis. A matéria cita, ainda, o time do Internacional, de Porto Alegre/RS, como o campeão nacional da beleza. Sendo um campeão com uma estrela ainda mais bela, que seria a ponta direita Bel, de apenas 18 anos de idade, “com seus olhos verdes, cabelos loiros escorridos, pernas lindas, presença exigida pelos promotores, dos eventos, em qualquer jogo do Internacional” (PLACAR, 1984, p. 24). Por se encaixar nos padrões estéticos da época, a atleta colorada, ainda, apareceu em diversas outras edições da Placar.

A necessidade de atrelar a feminilidade normatizada ao mundo do futebol, também, estava na escolha das palavras tanto na chamada quanto no corpo da reportagem. Em “o charme vai a campo” ou em “a graciosa realidade” fica nítida a intenção de expor um texto que remete à graça e a sedução feminina a esse novo espaço esportivo. Nesse sentido, Goellner (2003) revela que para a construção dos corpos femininos, alguns atributos como sensualidade, graciosidade, harmonia das formas, delicadeza e beleza são utilizados.

Ainda na edição 738, a Placar mostrou uma imagem da jogadora Vandira, volante do Pinheiros-PR, e a descreveu como uma “esbelta morena-jambo” que usava maquiagem e um notável brinco em uma das orelhas. Diante disso, nota-se a preocupação da revista em realçar a “feminilidade” das atletas de um esporte, tradicionalmente, dominado por homens. Nessa mesma perspectiva, meses antes, na edição 727, de 27 de abril de 1984, o periódico publicou uma reportagem descrevendo a jogadora Suzy como uma das mais bonitas do time. Ela jogava no Ísis Pop, equipe feminina de futebol, de São Paulo.

Na década seguinte, na edição 1.119, de setembro de 1996, a Revista Placar evidenciou que as vestimentas femininas são importantes instrumentos da feminilidade. Já que na matéria “Bem agarradinho”, o periódico descreveu que as jogadoras de basquete, da Austrália, ao adotar um uniforme colado ao corpo, não pareceriam mais com os homens. Além disso, a reportagem, também, informa que um pouco de “sex appeal” (poder de atração, charme e sensualidade) é bom para o esporte. Afinal, havia um pensamento sobre uma suposta “natureza” ou “essência” feminina (ISSE, 2003).

Em relação ao uniforme colado, percebe-se a busca pela sensualização das atletas, pois, vestir-se e movimentar-se sedutoramente, fazem parte dos símbolos que representam feminilidade. Dessa forma, Bourdieu (2003) revelou que a roupa foi um dos primeiros produtos a denunciar a acomodação do corpo feminino aos padrões definidos por uma estética de feminilidade. Ele denominou isso como a arte “se fazer pequena”, pois desde a moda de classe até a moda atual, as vestimentas fazem com que as mulheres realizem gestos delicados e curtos, devido ao desconforto que as peças femininas ainda costumam provocar.

Diante de tudo isso, nota-se que havia, na sociedade, uma ideia de uma natureza feminina, imutável, distinta e responsável pelas peculiaridades que a caracterizam (ARAÚJO, 2021). As noções de feminilidade se apresentavam como reflexos automáticos e naturais das particularidades biológicas, elas responsabilizam os aparelhos reprodutivos e os hormônios a forma de pensar, sentir e agir das mulheres (ARAÚJO, 2021). Pois, as crenças tradicionais e os discursos médicos sem fundamentos científicos reforçavam tais noções (ARAÚJO, 2021).

Tema: A Feminilidade da mulher sob o olhar da Masculinidade (Hegemônica), nas páginas da Placar

Nos termos do sistema patriarcal de gênero, ações de masculinidades impulsionaram sua existência hegemônica com suporte em situações históricas e específicas (CONNELL, 1987). A masculinidade hegemônica se apresentava a partir de diversas práticas que inseriam a dominação dos homens sobre as mulheres, ao mesmo tempo em que perpetuavam essa dominação (CONNELL, 1987). Consequentemente, a particularidade mais importante da masculinidade hegemônica é que ela é heterossexual (CONNELL, 1987).

Diante disso, tem-se que a Revista Placar, historicamente, esteve voltada para um público que representa a masculinidade hegemônica. Dessa forma, após observar diversas imagens sensuais das atletas que ilustraram as páginas da Placar, nota-se uma recorrente objetificação do corpo feminino, a partir da lógica da masculinidade hegemônica, para se vender revistas. Sendo assim, Connell e Messerschmidt (2013) afirmam que as representações midiáticas da masculinidade possuem interesses nos esportes comerciais, sendo os corpos das atletas fundamentais para isso.

Nesse sentido, percebe-se que o viés jornalístico, em diversos momentos, pode ser traduzido pelo olhar masculino, no qual o sexismo e a objetificação se unem à cultura popular (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Dessa forma, há uma associação entre a representação feminina e o voyeurismo (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022). Nessa perspectiva, Bourdieu (2002) revela que as mulheres são vistas como objetos simbólicos, sendo analisadas, primeiramente, pelo, e para o olhar dos outros, enquanto figuras atraentes e disponíveis.

Sendo assim, a Revista Placar, ao retratar outros esportes em suas páginas, publicava matérias que evidenciavam mais os corpos das mulheres do que as práticas físicas expostas nos títulos. Como na edição 539, de 29 de agosto de 1980, onde o periódico apresentou uma reportagem intitulada “Surf é isso!”, em que se apresentava mais sobre as mulheres do que sobre os surfistas. A matéria descreveu sobre o “exército de gatinhas” na areia e “gatinhas com suas tangas invisíveis”. Além disso, vale ressaltar que nas duas páginas da reportagem sobre surf, há apenas uma foto de um surfista em ação, enquanto as mulheres na areia apareceram em seis registros. Tudo isso para tentar alcançar o seu público-alvo de leitores, o masculino (hegemônico).

Nessa perspectiva de espetacularização do corpo feminino, a Placar criou uma seção denominada “Esporte Total”, onde deveria divulgar matérias sobre outras modalidades esportivas, não apenas o futebol. Entretanto, os outros esportes eram retratados de forma erotizada. Assim, as mulheres apresentadas eram atletas, ou pessoas das mais diversas profissões que gostavam de praticar alguma atividade física.

Diante disso, na edição 962, de 11 de novembro de 1988, a reportagem buscou destacar a calcinha das atletas do tênis. Já na edição 979, de 17 de março de 1989, a atriz Zilda Maio aparece em uma matéria intitulada “Nadando sem nada, com tudo em cima”, onde ela aparece, sem roupa, em uma piscina. Dessa forma, para tentar agradar ao leitor masculino, a revista procurou espetacularizar os corpos das mulheres. Pois, a partir da exploração do corpo da mulher, tentava-se deixar os esportes menos masculinizados. Para isso, buscava-se transformar as personagens em musas (CONCEIÇÃO JOANNA, 2022).

Nesse contexto, por ser uma revista voltada para o público masculino heteronormativo, a Placar criou, ao longo dos anos, diversas seções que exploravam os corpos das mulheres. Dessa forma, surgiu a seção “A garota do Placar”, que na edição de 4 de agosto, de 1989, teve como “objeto de desejo” do público masculino (leitores da revista), a paraense Maria Aparecida Rebelo Santos, de 24 anos. Descrita, na reportagem, como modelo e praticante de musculação e esqui aquático, ela revelou que depois que desfilou nua em uma Escola de Samba, de São Paulo, não parou mais de receber convites para participar de programas de televisão e de comerciais.

Já na edição de 29 de setembro de 1989, a exposição na seção “A garota do Placar” ficou por conta da modelo Solange Mello, de 20 anos, praticante de ginástica aeróbica. Ela foi descrita, ainda, como bela e simpática. Pois, na construção dos corpos femininos, alguns atributos como sensualidade, graciosidade, harmonia das formas, delicadeza e beleza são utilizados (GOELLNER, 2003).

Outra seção que explorava o corpo feminino era a “TV Show”. Nessa perspectiva, em 15 de junho de 1990, a modelo e atriz Mariette, de 23 anos, posou nua para essa seção da Placar. Entretanto, a matéria a descrevia como uma privilegiada por namorar o jogador de futebol, Edivaldo. Dessa forma, como ela não entendia nada sobre o esporte, tinha a honra de ter um comentarista em casa. Por fim, a matéria revelou que seria melhor ainda para ele, assistir aos jogos ao lado dela.

Já na edição de 3 de agosto, de 1990, a “musa”, seminua, da “TV Show”, foi a modelo carioca, Jaqueline Sampaio, de 19 anos. Intitulada “Vem Kafka Comigo!” (devido

ao nome do programa de televisão em que ela trabalhava, a Placar utilizou como referência uma parte da letra de uma música chamada “Uma barata chamada Kafka”, do grupo musical “Inimigos do Rei”), a matéria desvelou que ela trabalhou no humorístico “Cabaré do Barata”, da TV Manchete, depois foi trabalhar nas passarelas e nas revistas de moda japonesas. Diante disso, nota-se que essas seções costumavam apresentar mulheres nuas ou seminuas, seguidas de descrições jocosas, para provocar o leitor homem, heterossexual.

Em abril de 1995, a Revista Placar seria anunciada por uma maciça campanha publicitária. Dessa forma, a edição 1.102 trouxe inovações no formato, no projeto gráfico, no logotipo e, principalmente, no conteúdo. Esse período ocorreu na fase temática intitulada “Futebol, Sexo e Rock & Roll”, no qual a revista abordou diversos conteúdos para atrair o interesse do público masculino e adolescente. Nessa perspectiva, além de reportagens sobre o futebol masculino, a Placar também publicou ensaios fotográficos sensuais, matérias sobre comportamento sexual, seções de moda, traduções de músicas estrangeiras, entre outras (SALDANHA E GOELLNER, 2013).

Diante disso, a Placar criou seções com o objetivo, apenas, de espetacularizar o corpo das mulheres. Nesse contexto, utilizando-se de uma linguagem machista e cheia de trocadilhos, as seções “deusa” e “as leitoras mais gostosas” estampavam famosas e pessoas comuns em suas páginas, sempre em poses sensuais, nuas ou seminuas.

Assim, na edição 1.126 de abril de 1997, Viviane Brunieri, ex-namorada do ex-jogador Ronaldo Nazário, ilustrou a seção “deusa”. Já em relação a seção “As leitoras mais gostosas”, eram os leitores que votavam nas candidatas que apareciam nas edições da Placar. Depois, a vencedora aparecia em várias fotos, como “A leitora mais gostosa”, de determinado ano.

Além disso, a Revista Placar também explorava a imagem da mulher em uma seção denominada “sexo”. Dessa forma, na edição 1.119, de setembro, de 1996, o periódico publicou uma reportagem sobre Strip-tease. Nela, a atriz e stripper Malu Bailo apareceu em um ensaio, onde se despiu em uma sequência de fotos. A revista ainda descreveu que nada superava a arte de tirar a roupa aos poucos, de forma bem sensual.

Diante de toda essa espetacularização do corpo feminino, observa-se que na edição 1.106, de agosto de 1995, a Revista Placar estampou uma capa com modelos utilizando trajes curtos que lembravam as cores da seleção brasileira. Com o título “Futebol feminino” e subtítulo “As garotas batem um bolão (e até trocam as camisas

depois do jogo!)”, a edição, buscando alcançar o público masculino, expôs uma imagem que pouco lembrava a realidade dos campos de futebol.

Nessa perspectiva de abordar a feminilidade como objeto de desejo, para agradar a masculinidade heteronormativa, a edição da Placar número 1.125, de março, de 1997, publicou mais uma capa com quatro modelos, todas de top, calcinha, meião e chuteiras. As palavras utilizadas para descrevê-las foi: “Gostasas”, “Haja coração” e “Quem são as deusas do futebol feminino”. Dessa forma, nota-se o caráter machista direcionado ao seu público-alvo. Pois, para Bourdieu (2002), o corpo feminino é percebido a partir dos mecanismos de percepção da ordem masculina.

Nessa perspectiva, Oliveira e Maldonado (2020) escrevem sobre a espetacularização do corpo feminino, pois, ao apresentá-lo de forma sensual, impõem-se a ele uma denotação de um modelo e a uma peça de domínio público, que os indivíduos podem observar e comentar. Abordando-se dessa forma, algumas mídias e empresas conseguiram despertar atenção e aumentar lucro em torno do corpo das mulheres, isso inclui jogadoras federadas que se encaixam em determinados padrões estéticos (OLIVEIRA; MALDONADO, 2020).

Assim, em relação a edição 1.106, havia uma reportagem intitulada “Homens, chegamos!” que, apesar de revelar alguns dados sobre quantidades de equipes e jogadoras do futebol feminino, foi descrita de modo informal em alguns trechos como “perninhas de fora” e “top nos seios”, além disso, evidenciava modelos em fotos, com roupas curtas, que se abraçavam e se divertiam segurando uma bola.

Posteriormente, a edição continuou explorando a sensualidade do corpo feminino. Com a foto de modelos se despindo e com o título “O melhor do jogo”, a revista descreve que estava realizando o sonho dos leitores, que sempre imaginavam como seria se, ao final do jogo, as jogadoras fizessem igual aos homens e trocassem as camisas entre elas. Essa tentativa, da Revista Placar, de agradar o leitor homem (de masculinidade hegemônica), faz parte de um processo de eternização que Bourdieu (2002) aponta como dominação masculina.

Já na edição 1.126, de abril de 1997. A Revista Placar escreveu uma matéria sobre a parceria de Romário e Ronaldo no ataque da seleção brasileira, narrando a qualidade dos dois atletas. Em seguida, com o título “Quem é de quem” (p.34), a reportagem provoca os leitores a saberem sobre as “conquistas amorosas” de cada um dos jogadores. As mulheres apareciam em fotos, geralmente seminuas, com as opções: Ronaldinho ou

Romário. Pois, de acordo com Connell (1997), a masculinidade hegemônica é heterossexual e se apresenta a partir de práticas de dominação dos homens sobre as mulheres.

Diante disso, evidencia-se que por ser um espaço voltado para a masculinidade hegemônica, a Placar, além de espetacularizar os corpos femininos, também traz aspectos de virilidade dos atletas masculinos. Ligando-os às “musas” (que são expostas pela revista como objetos de desejo dos leitores) a partir de suas “conquistas” amorosas. Pois, é exigido ao homem o dever de ratificar constantemente sua virilidade (BOURDIEU, 2002).

Entretanto, a dominação masculina, de acordo com Bourdieu (2002), ao mesmo tempo em que apresenta privilégios aos homens, proporciona igualmente um peso grande a eles. Eles se tornam reféns da própria construção social. É exigido ao homem o dever de ratificar constantemente sua virilidade.

Por outro lado, para Goellner (2005), não há dúvidas de que essa espetacularização do corpo feminino não se encontra apenas nos lugares onde acontece a prática esportiva. Ela também pode ser vista em outros espaços sociais e, ainda, em distintas instâncias culturais como propagandas, revistas, programas televisivos e filmes (GOELLNER, 2005). Nesses e em outros locais é possível observar um processo educativo a produzir a espetacularização tanto de quem vê, quanto de quem é ou sente-se o próprio espetáculo (GOELLNER, 2005).

Dessa maneira, ainda na década de 1990, nota-se que a espetacularização do corpo feminino nas páginas da Revista Placar, também, podia ser vista nas publicidades, principalmente a partir da edição de abril de 1995, quando a revista surgiu com o projeto “Futebol, Sexo e Rock & Roll”. Assim como em uma campanha publicitária de uma empresa que vendia jeans, nas edições 1.102, 1.103 e 1.107, de 1995. Entretanto, as roupas quase não aparecem nas imagens.

Por outro lado, a partir da década de 2000, havia uma expectativa pela profissionalização do futebol feminino, no Brasil. Então, a Revista Placar passou a publicar mais reportagens relacionadas aos aspectos técnicos das jogadoras. Entretanto, o início da década de 2010, de acordo com Leal e Mesquita (2021), soou como uma entrada no túnel do tempo em direção ao retrocesso vivenciado pelo futebol feminino. Com trocadilhos machistas e temáticas que lembravam notícias preconceituosas de décadas anteriores, o periódico retornou diversas vezes ao passado.

Sendo assim, em julho de 2011, a Placar voltou a estigmatizar o futebol feminino, expondo a modalidade como um objeto sexualizado. Com o título “Pelada na várzea alemã” e subtítulo “Anfitriã do mundial, seleção da Alemanha tira a camisa (e todo o resto) e nem leva amarelo”, a matéria descreve que “como boas anfitriãs, as alemãs trataram de mostrar um pouco mais do que bola no pé” (PLACAR, ed. 1356, 2011).

Diante disso, por ser uma revista voltada para o público masculino heteronormativo, percebe-se que, durante um longo tempo, o periódico tratou a feminilidade como um padrão de beleza, as mulheres eram vistas como objetos de desejo. Entretanto, apesar de não as retratar mais dessa maneira, a Revista Placar ainda continua sendo um periódico direcionado para o público masculino. Segundo informações da Editora Abril, publicados em junho de 2020, 90% de leitores da revista é composta por homens e os outros 10%, mulheres (LEAL; MESQUITA, 2021). Ainda de acordo com a fonte, a revista tem circulação nacional e, na época da divulgação, possuía 2.537.000 leitores ativos em todas as plataformas, que englobavam a revista física e a versão digital (LEAL; MESQUITA, 2021).

Tema: Feminilidade e futebol, na Revista Placar: aspectos técnicos e as conquistas femininas em um universo masculino

Ao analisar a Revista Placar, da década 1980 até março de 2023, torna-se evidente que nas primeiras duas décadas havia uma preocupação maior em evidenciar os aspectos estéticos das mulheres do que as conquistas femininas, nos esportes. Além disso, as jogadoras profissionais, de futebol, que não se encaixavam em um padrão de beleza imposto pela sociedade, eram constantemente associadas ao homossexualismo. Por outro lado, também havia reportagens que tratavam o futebol feminino a partir, apenas, da parte esportiva.

Nesse sentido, a partir da década de 2000, ocorreu uma expectativa pela profissionalização do futebol feminino, no Brasil. Entretanto, isso não ocorreu de forma eficiente e a modalidade se concentrou mais em competições internacionais. Esse, foi também um período de redução no número de inserções de matérias sobre o jogo de mulheres, na Revista Placar. Entretanto, posteriormente, a partir da década de 2010, é que o periódico passou a abordar somente os aspectos técnicos e as conquistas das mulheres no mundo do futebol.

Assim, nas poucas notícias da década de 1980 que tratavam da parte esportiva, sobre o futebol feminino, em 1º de fevereiro de 1985, na edição número 767 a Revista Placar publicou uma matéria, intitulada “As Invencíveis”, sobre o Esporte Clube Radar. Nela, evidenciava-se os feitos da equipe, que era bicampeã carioca e vencedora do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Além disso, o Radar ainda disputaria, no Rio de Janeiro, o Campeonato Mundial de Clubes de Futebol Feminino, que reunia os times do Ajax Soccer Club, campeão da Califórnia, o Frankfurt, da Alemanha Ocidental, e as seleções da Argentina, Chile e Suriname. Em seguida, o periódico ainda revelou aspectos como altura, peso, idade e características de jogo das atletas do Radar.

A matéria apresentou também, o preparo físico das atletas, reforçando que estavam treinando em regime de concentração há um ano na Casa do Marinheiro, e faziam a preparação para os jogos, enfrentando antes, a equipe dos marujos. Ficou evidente nessa edição da Placar que a atenção estava totalmente voltada para as habilidades das jogadoras em detrimento aos atributos físicos na conotação estética ou feminina (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Figura 1: As jogadoras do Radar.

AS INVENCÍVEIS

O Radar, um time que se perdeu dois jogos na vida, quer agora ser campeão do mundo



As onze feras que vestem a camisa do Radar

Elas medem entre 1,50 e 1,79 m, pesam um mínimo de 41 kg e um máximo de 72, calçam chuteiras que vão do número 33 ao 39 e têm entre 38 e 44 de busto. Com essas medidas, o bicampeio quer ganhar o mundo

Margarete Maria Pioresan, a Meg, goleira, é um dos destaques do time. Natural do Paraná, descendente de italianos, tem 28 anos, 1,73 m, 63 kg, calça 38, busto 44. Treina cerca de 6 horas diárias e está sempre preocupada em aperfeiçoar-se nas saídas de gol em bolas cruzadas, porque sabe que os times europeus jogam nessa base. Goleira da Seleção Brasileira de handebol (campeã sul-americana), Meg é bicampeã carioca e bicampeã brasileira pelo Radar. Recebe salários de 150 000 cruzeiros.

Rosa Maria Gomes de Lima é mineira de Contagem, tem 20 anos, 1,60 m, 35 kg, busto 42, calça 36 e joga na lateral-direita, embora já tenha passado por diversas posições. Começou no Eldorado, de Contagem, passou pelo Benfica e Cruzeiro, de Minas, e chegou ao Radar em julho de 1983, conquistando o bi carioca e o bi brasileiro. Do time do Radar, é sem dúvida a de porte mais atlético e elegante, com estilo definido, boa no pique e no apoio. Pela ala direita, surgem os ataques mais perigosos do time. Recebe 70 000 cruzeiros mensais.

Rosemary Ozana Roseendo, Mary, zagueira-central, é carioca, tem 20 anos, 1,65 m, 39 kg, calça 36 e tem 44 de busto. Começou a jogar futebol no próprio clube e conquistou dois títulos cariocas e dois brasileiros. A segurança em seu setor faz do Radar um time quase imbatível. Mary não é muito técnica, mas joga sempre com seriedade, sem enfiar as jogadas, procurando ser o mais objetiva possível. Atualmente, recebe do clube um salário de 100 000 cruzeiros.

Jurema Henrique da Silva, 31 anos, carioca, 1,79 m, 72 kg, chuteiras 39, busto 44, é uma das jogadoras mais experientes do time. Funciona como líder e, ao lado de Mary, forma uma zaga eficiente, de jogo simples. Por ser a mais velha, comanda o time em campo. Pelo Radar, foi bi carioca e bi brasileira, recebendo um salário de 100 000 cruzeiros.

Eliani Paschoal da Silva, carioca, 22 anos, 1,60 m, 50 kg, 36 de chuteiras e 42 de busto, joga na lateral-esquerda e gosta de apoiar o ataque, o que, aliás, é uma característica de toda a defesa do Radar. Tem bom domínio de bola, passada segura e, como líder, ex-craque do Flamengo, costuma penetrar em diagonal, com boa velocidade, para tentar o chute a gol. Pelo Radar, conquistou o bi brasileiro. Recebe 100 000 cruzeiros mensais.

Rosângela dos Santos Rocha, Danda, é uma caboga-de-dere com muito fôlego e disposição. Tem 22 anos, é carioca, pesa 49 kg, tem 1,58 m, calça chuteiras 35 e tem 42 de busto. Embora de porte físico pequeno, é muito eficiente na proteção à zaga e corre o campo todo, facilitando o trabalho de Mary e Jurema. Campeã carioca e brasileira duas vezes pelo Radar, recebe 100 000 cruzeiros de salários.

Centira Sampaio Pereira, conhecida como Coelha, é uma das estrelas do time. Joga na meia-direita, tem 20 anos, 50 kg, 1,56 m de altura, calça chuteiras 35 e tem 42 de busto. Começou jogando no Madureira, esteve pouco tempo no Flamengo, de onde saiu para o Radar. É extremamente técnica e uma das poucas que lançam no time. Conquistou o bicampeato carioca e o bi brasileiro sempre jogando nessa posição e por sua categoria e importância para o time — marcou 34 gols em 1984 — recebe salários de 150 000 cruzeiros.

Aparecida dos Santos, Aninha, é a jogadora mais jovem do time: 18 anos, 1,60 m, 53 kg, chuteiras 35, busto 42. Joga na meia-esquerda e, junto com Centira, forma a espinha dorsal do time. Como Centira, Aninha tem grande habilidade e acha sempre uma brecha para lançar uma companheira bem colocada. Sob o chute a gol, mas se preocupa mais em arrastar. Como é muito nova, promete ser no futuro uma das maiores craques do time, pelo senso de colocação em campo e visão de jogo. Como várias outras, recebe salários de 70 000 cruzeiros.

Mirlza Martins da Silva, ponta-de-lança, recebeu o apelido de **Pezinha** por acaso. Aos 21 anos, 49 kg, 1,58 m, chuteiras 36 e busto 38, ela é a grande estrela da equipe. Toca de primeira, lança com absoluta precisão e, pela ponta-direita, consegue enfiar suas marcações, levando a bola sempre adentro da área. Começou jogando na América, mas logo se transferiu para o Radar e aí conquistou o bi carioca e o bi brasileiro. Atualmente, recebe salários de 150 000 cruzeiros.

Maria Lúcia Alves Teixeira, centroavante, 24 anos, 1,50 m, 41 kg, chuteiras 33 e busto 40, é a menorzinha do time, mas se sobressai pela velocidade e dribble curto. Junto com Eliani, compõe muito bem o lado esquerdo do ataque, fazendo com perfeição o overlapping. Começou jogando no Bangs e foi campeã carioca pelo Radar em 1984, já que em 1983 foi vice pelo Bangs. Conquistou também o título brasileiro do ano passado e recebe 100 000 cruzeiros de salários.

Eliza Firmino Nogueira, Elzinha, ponta-esquerda, 26 anos, 1,50 m, 41 kg, chuteiras 33 e busto 40, é a menorzinha do time, mas se sobressai pela velocidade e dribble curto. Junto com Eliani, compõe muito bem o lado esquerdo do ataque, fazendo com perfeição o overlapping. Começou jogando no Bangs e foi campeã carioca pelo Radar em 1984, já que em 1983 foi vice pelo Bangs. Conquistou também o título brasileiro do ano passado e recebe 100 000 cruzeiros de salários.

Fonte: Placar, ed. 767 de fev. de 1985

Nessa perspectiva, a Revista Placar publicou, na edição número 1.084 de junho de 1993, uma reportagem intitulada “O Império do gol nascente”, onde descreve que a imagem da mulher ligada ao futebol é normal no Japão, lá não existe o pensamento de que jogar bola é coisa de homem. No país asiático, havia 789 equipes femininas e 15.063 atletas nas categorias amadora, infantil, mirim, juvenil e principal. Também era comum

observar outdoors, nas estações de metrô, com a imagem da modelo e atriz Kikuchi Momoko posando de goleira para anunciar os mais diversos produtos.

Figura 2: Outdoor no Japão.



Fonte: Placar, ed. 1.084 de jun. de 1993

Nessa mesma edição, de junho de 1993, a Placar expôs uma matéria sobre a organização da Copa do Mundo de Futebol Masculino, que aconteceria no ano seguinte, nos Estados Unidos. Ela tinha o título “Uma tentativa milionária”, e revelava que os EUA gastaram uma grande fortuna para tentar fazer com que a Copa de 1994 fosse a melhor de todos os tempos. Além disso, eles também queriam deixar um legado para que o futebol (soccer) conquistasse as pessoas do país e que fosse mais praticado.

Porém, a reportagem acaba evidenciando que o orgulho americano, no futebol, está na equipe feminina, campeã mundial da Copa de 1991, disputada na China. Com o subtítulo “Os craques de saias”, o periódico desvela que ao contrário do que ocorre em muitos países, nos EUA, o futebol era praticado pelas classes mais ricas. Dessa forma, mulheres que moravam em algumas das mansões, localizadas em bairros nobres de Nova Iorque, disputavam e ganhavam campeonatos de futebol.

Em outubro de 2003, na edição 1.263, a Revista Placar chamou a atenção do público para os aspectos técnicos de uma jogadora alagoana, de 17 anos, que vinha se destacando com a camisa da seleção brasileira, o nome dela: Marta. Naquele momento, ela estava começando a conquistar o seu espaço em um ambiente dominado por homens. Assim, na reportagem, apesar de estar apenas iniciando a carreira profissional, já havia feito sucesso na disputa do Pan-americano (2003), de Santo Domingo, República Dominicana, conquistando o ouro e sendo a goleadora da equipe brasileira, com seis gols.

Segundo a matéria, a atleta ainda recebeu uma menção no site da Copa do Mundo como uma promessa que estaria surgindo no futebol feminino. Atualmente, ela é vencedora de 6 bolas de ouro (premiação anual concedida aos melhores jogadores de futebol do mundo).

Em setembro de 2007, na edição 1.310, a Revista Placar publicou, na seção Planeta Bola, uma matéria sobre a Copa do Mundo de Futebol Feminino. Nela, o periódico descreveu que as estrelas do esporte não seriam Ronaldinhos, Zidanes, Maxis e Cannavaros, mas sim as mulheres, principalmente as da seleção brasileira. Intitulada “A Copa do Mundo é delas”, a reportagem lamenta que ninguém teria o horário de trabalho alterado para acompanhar os jogos do Brasil, como ocorre na competição masculina. Pois, se isso ocorresse, poderia, de acordo com Gollner (2005) representar uma ameaça a um universo dominado pelos homens, como é o futebol. Além disso, o periódico também depositou bastante confiança na equipe, principalmente na jogadora Marta, que era considerada a melhor do planeta.

Em novembro de 2019, na edição 1.457, a Revista Placar publicou uma edição histórica. Nela, o periódico divulgou um “dossiê” sobre o futebol feminino. Além disso, ela foi inteiramente dedicada à modalidade. Como se tratava de uma edição especial, a Placar convidou veículos de comunicação especializados em futebol feminino para produzir algumas reportagens. Dessa forma, o portal “Elas no ataque”, que cobriu a Copa do Mundo de 2019, na França, foi um dos colaboradores, escrevendo uma reportagem que divulgava as melhores jogadoras brasileiras e estrangeiras.

Figura 3: “Dossiê” sobre o futebol feminino.



Fonte: Placar, ed. 1.457 de nov. de 2019

Já a edição 1.496, de fevereiro de 2023, da Revista Placar, elegeu as melhores jogadoras do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, de 2022 vencido pelo Corinthians. Com o título “As craques do Brasileirão Feminino”, a matéria destacou doze jogadoras de diversas posições e uma como a revelação da competição. Além disso, a reportagem descreveu as características e as virtudes técnicas de cada uma das atletas. Vale ressaltar, que a eleição foi realizada pela equipe de jornalistas da revista.

A Revista Placar, na edição 1.494, de dezembro de 2022, destacou uma importante conquista para as mulheres que foi a presença de um trio feminino para apitar uma partida de futebol, na Copa do Mundo de Futebol Masculino, no Catar. Demorou 92 anos, desde a primeira Copa, e metade dos jogos da competição, no país árabe, para que a FIFA escalasse mulheres na arbitragem. Fato histórico, em um universo dominado pelos homens. O trio apitou a partida Alemanha x Costa Rica. A árbitra da partida foi a francesa Stéphanie Frappart, suas auxiliares foram a brasileira Neuza Back e a mexicana Karen Díaz. A matéria ainda afirmou que a noite no Estádio Al Bayt foi eternizada. Pois, “a inclusão feminina em um esporte tão masculino virou urgência devido ao questionamento quanto ao modo pelo qual a FIFA administra o esporte...e a postura oficialmente misógina do país sede do Mundial...” (p.42).

Outra conquista importante, relacionada ao mundo do futebol, aconteceu nas narrações esportivas. O canal, fechado, Fox Sports levou uma equipe com mais de cem profissionais para realizar a cobertura da Copa do Mundo de 2018, na Rússia, nela havia três mulheres para narrar as partidas de futebol masculino. Assim, a Revista Placar, em sua versão on-line, de 16 de junho de 2018, desvelou que as narradoras Renata Silveira, Isabelly Moraes e Manuela Avena seriam as primeiras mulheres a narrar jogos de Copa do Mundo, em TV brasileira. Posteriormente, em 2022, Renata Silveira se tornou também a primeira a narrar, em TV aberta (Rede Globo), uma partida de Copa do Mundo.

Dessa forma, nota-se que, ao longo do tempo, as mulheres tiveram uma ascensão no meio social, especificamente no futebol, elas tiveram mais autonomia em relação aos seus próprios corpos, tornaram-se mais independentes. Essa mudança passou a ocorrer porque a dominação masculina (BOURDIEU, 2002) não se impõe mais de maneira indiscutível. Em razão, sobretudo do esforço crítico do movimento feminista, que conseguiu romper, em determinadas áreas, o círculo do reforço generalizado. Sendo assim, a Revista Placar acabou se adaptando e rompendo com esse círculo.

Tema: Feminilidade do Homem ou Masculinidade Subalterna: a homossexualidade nas páginas da Placar

Os estudos sobre homens e masculinidades alcançaram papéis essenciais para balizar as dimensões relacionais de gênero e aprofundar a teoria feminista, ao buscarem destacar a diversidade dos “modelos masculinos” (ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998). Diante disso, surgiram os conceitos de masculinidade hegemônica e de masculinidade subalterna (ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998).

Sendo assim, na busca para se estruturar uma masculinidade socialmente valorizada, determinados grupos masculinos rejeitam outras versões de homens, transformando-as em duvidosas e desprezíveis (SIQUEIRA E ANDRADE, 2012). Dessa forma, o homem homossexual passa a ser visto como o oposto do que se projetou sobre o gênero masculino, é um homem que têm uma masculinidade subalterna, é um homem com características negativas perante a sociedade (SIQUEIRA E ANDRADE, 2012).

Entretanto, Veiga (2012) assinala que todos as pessoas possuem em seu interior os princípios femininos e masculinos. Assim, os conceitos de feminilidade e masculinidade, por se tratar de construções culturais, históricas, sociais e geograficamente contextualizáveis, são absorvidos pela sociedade e esta cria expectativas em relações aos comportamentos ligados a feminilidade, associando-os exclusivamente às mulheres (VEIGA, 2012).

Afinal, de acordo com Beauvoir (1980), a feminilidade não está ligada a órgãos sexuais, mas sim ao convívio e à idealização do indivíduo com a feminilidade. Diante disso, Butler (2015) aponta que há uma maneira política de ser mulher e pergunta o que é ser mulher, o que engloba esse local como “o corpo feminino”? Pois, para Miranda e Oliveira (2016), a feminilidade, assim como a masculinidade, é uma categoria ficcional.

Sendo assim, ao tratar do homem homossexual, a Placar, apesar de ter sido considerada, durante um longo período, uma revista machista e voltada para o público masculino (hegemônico), denunciou, em diversos momentos, situações de homofobia no futebol. Diferentemente do que acontecia com as mulheres no futebol, já que, a revista, geralmente, realizava reportagens sobre homossexualismo com as jogadoras que não se encaixavam em padrão estético de beleza.

Entretanto, em relação aos homens, a revista, as vezes, divulgava situações nos esportes que faziam alusão ao homossexualismo e faziam piadas com isso. Dessa forma, na edição 713, de 20 de janeiro de 1984, a Revista Placar, na seção “Imagens de Placar”, narrou o momento que um jogador da equipe do Francana se preparava para receber a bola de um companheiro, no entanto, o periódico deu mais ênfase, em tom jocoso, a marcação que o adversário (do time do São José) realizava. Assim, o título da reportagem foi: “Atacado pela retaguarda”.

Em outra edição, número 1.141, de julho de 1998, a Revista Placar também realizou uma piada nesse sentido. Durante o alongamento realizado pela seleção brasileira para enfrentar a equipe do Chile, na Copa do Mundo de futebol masculino, de 1998, que aconteceu na França, o jogador Leonardo afastou as pernas e desceu o tronco em direção ao chão, para a frente, deixando os glúteos para o alto. Daí, o periódico descreveu que o lateral brasileiro estava preocupado com o homem que viria de trás. Por fim, a edição revelou, em tom jocoso, que o Brasil venceu, de quatro. Vale destacar, que essa matéria, intitulada “Um paparazzo na França”, foi escrita pelo comediante Cláudio Besserman Vianna, mais conhecido como Bussunda.

Sobre as reportagens que denunciavam o preconceito contra os homossexuais no futebol, a revista mostrou que, por ser um esporte dominado pela masculinidade hegemônica, o futebol tem uma homofobia muito enraizada em seu ambiente. Nesse sentido, a Placar, na edição 1.310, de setembro de 2007, publicou uma reportagem na seção “Aquecimento”, que mostrou todo o preconceito de um dirigente do Palmeiras-SP em relação ao homossexualismo dos jogadores de futebol. O cartola, José Cirillo Junior, estava em um programa de TV, o “Debate bola”, da “Record”, comandado pelo apresentador Milton Neves, que por anos foi colunista da Placar, quando deu a entender que o jogador Richarlyson, do São Paulo, era gay. Diante disso, o atleta, que não havia se revelado homossexual, processou o dirigente alviverde. Entretanto, para a surpresa de todos, perdeu a ação. Pois, o magistrado, Manoel Maximiano Junqueira Filho, não só tentou arquivar a denúncia como escreveu um despacho machista, afirmando que o futebol não é lugar para pessoas que gostam de dividir a cama com pessoas do mesmo sexo.

Dessa forma, por não apresentar um perfil heteronormativo, o jogador Richarlyson foi alvo de preconceitos quanto a sua sexualidade. Mesmo dizendo que era heterossexual e que estava noivo, da estudante de Educação Física, Letícia Carlos, sofreu, inclusive, com a torcida do São Paulo, time em que jogava. Pois, ao entrar em

campo, era o único jogador que não tinha o nome gritado (PLACAR, dezembro de 2007). Vale destacar, também, a chamada da capa, que descreve o futebolista como o mais polêmico do Brasil.

Figura 4: Richarlyson e a noiva, Letícia.



Fonte: Placar, ed. 1.313 de dez. de 2007

Em uma edição on-line da Revista Placar, disponibilizada ao público (mesmo sem assinatura), de 09 de novembro de 2021, divulgou uma matéria relacionada à feminilidade de um jogador australiano, Josh Cavallo, que assumiu ser gay. O atleta mencionou, na reportagem, que escondia a orientação sexual porque tinha vergonha e porque tinha medo de não se tornar um jogador de futebol profissional, por causa desse fato. Sobre isso, Foucault (1999) afirma que não se pode dizer tudo. Pois, o que se aprende é o silêncio, diante de um discurso dominante. Dessa forma, Cavallo só se pronunciou, sobre sua orientação sexual, em outubro de 2021, em redes sociais, e logo recebeu mensagens de apoio de jogadores, torcedores e clubes de futebol do mundo inteiro. O futebolista revelou, ainda, o temor em disputar uma Copa no Catar, pois, neste país, a homossexualidade é considerada ilegal e passível de pena de morte.

Entretanto, em uma edição on-line da Revista Placar, disponibilizada ao público (mesmo sem assinatura), de 23 de setembro de 2021, descreveu sobre a importância de atos no futebol para combater a homofobia. Dessa forma, a reportagem menciona que o esporte mais popular do planeta tem uma responsabilidade social enorme sobre o assunto. Assim, torna-se relevante realizar manifestações de apoio aos direitos das Lésbicas, Gays,

Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e + (LGBTQIAP+) no Brasil e no mundo, já que o futebol é um esporte, historicamente, machista.

Sobre isso, a Revista Placar revelou que o debate sobre os símbolos contra a homofobia começou na Eurocopa, quando o goleiro alemão Manuel Neuer, capitão de sua seleção, entrou em campo com uma braçadeira nas cores do arco-íris. Em oposição à liberdade individual, a União das Federações Europeias de Futebol (UEFA) investigou o posicionamento do atleta. Diante da repercussão, acabou inocentado e liberado para utilizar o item.

Figura 5: Apoio ao direito LGBTQIAP+.



Fonte: Placar, ed. on-line de 23 de set. de 2021

Por fim, em relação ao futebol brasileiro, nota-se que nenhum jogador profissional assume ser gay ou bissexual. Pois, há uma expectativa de gênero e performance de masculinidade no universo desse esporte no Brasil. Sobre isso, Camargo (2014) destaca que existe uma ortodoxia arraigada ao padrão hegemônico de masculinidade no futebol, excluindo a possibilidade de jogadores se assumirem perante a sociedade fora da heteronormatividade.

6.1.2 Categorias: Dominação Masculina e Violência Simbólica

Neste ponto, também há a junção de duas categorias de análise: Dominação Masculina e Violência Simbólica. Afinal, para Bourdieu (2002), a lógica da dominação masculina se propaga e é operacionalizada a partir de mecanismos de violência simbólica, sendo assim, elas estão interligadas.

Tema: Violência Simbólica como mecanismo de Dominação Masculina

A violência simbólica, de acordo com Leal (2020), evidencia como os detentores de poder buscam estabilizar o status quo a partir de mecanismos que circundam os dominados sem que estes tenham consciência de seu consentimento. Uma operação em que a linguagem e seu poder performativo se mostram mais robustos e eficazes que o uso da força explícita. Já que para Bourdieu (2002), a violência simbólica acontece com a cumplicidade tácita dos que sofrem com ela e, também, com frequência dos que a exercem, na proporção em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la.

Sendo assim, Bourdieu (2002) revela que a dominação masculina seria uma forma particular de violência simbólica, de um poder que apresenta significações como legítimas, de forma a ocultar as relações de força que estruturam a própria força. Enquanto ao homem é consentido o desenvolvimento do seu capital cultural, a mulher lhe cabe concepções invisíveis, que buscam naturalizar aparências (roupas adequadas, comportamento, melhor porte) e obrigações marcadas pelo interesse masculino.

Por outro lado, as jogadoras que não se encaixavam nos padrões de beleza impostos pela sociedade, tinham as suas feminilidades questionadas. Dessa forma, a Revista Placar, na edição 509, de fevereiro de 1980, publicou um texto que dizia que as mulheres insistiam em jogar futebol, apesar das críticas dos homens. Além disso, a reportagem descrevia que o lesbianismo não era um privilégio de mulheres que jogam bola. E, para a decepção dos torcedores, elas não trocavam as camisas depois dos jogos.

Em uma outra matéria, nessa mesma edição, intitulada “Homossexual existe em qualquer esporte”, a jogadora alemã Anne Trabant-Haarbach contou sobre as dificuldades que aconteceram para se estruturar o futebol feminino na Alemanha. A Confederação Alemã de Futebol não queria que tivesse a modalidade. Ela citou, que na época, muitos homens achavam que o lugar das mulheres era na cozinha. Evidenciando-se assim, uma situação de violência simbólica (BOURDIEU, 2002). Pois, o corpo feminino é percebido a partir dos mecanismos de percepção da ordem masculina, que produz “habitus” automaticamente diferenciados e diferenciadores (BOURDIEU, 2002).

Nessa mesma edição, de fevereiro de 1980, a Placar publicou uma reportagem com o título: “Acredite se quiser: futebol é pra mulher!”, evidenciando o espanto da revista em relação a modalidade praticada pelas mulheres na Alemanha, já que no Brasil, elas só tiveram permissão para jogar, em 1979. Diferente da realidade das brasileiras, o

futebol feminino alemão começou a ser praticado em 1968 e chegou a 1980 com 85.000 jogadoras e 2.200 clubes de futebol feminino registrados.

Diante disso, percebe-se que houve uma violência simbólica no título da reportagem, da Revista Placar, pois, colocou a informação como se fosse algo inimaginável de acontecer, por ser um ambiente dominado por homens. Além disso, a matéria ainda relacionou o homossexualismo às jogadoras de futebol, funcionando como uma verdadeira máquina simbólica que vai colocando seus símbolos e suas marcas distintivas nos corpos e nas estruturas (SAFFIOTI, 2004).

Em janeiro de 1996, na edição 1.111, a Revista Placar descreveu, na capa, a árbitra de futebol, Cleidy Ribeiro, como “A juíza mais gostosa do Brasil”. Além disso, a reportagem dessa edição, ainda, cita Cleidy como um “avião voando baixo pelo campo” e argumenta que a presença feminina na arbitragem torna o espetáculo mais bonito. Já na edição 1.119, de setembro de 1996, a Revista Placar publicou em sua capa o seguinte título: “Acredite, ela joga bola!”. Como se a modelo e atriz Susana Werner não pudesse saber jogar futebol.

Diante disso, percebe-se uma violência simbólica em ambos os casos. Pois, na reportagem sobre a árbitra Cleidy Ribeiro, o enfoque está todo voltado para os atributos físicos dela. Em nenhum momento há uma análise sobre suas qualidades profissionais. Já no caso da edição 1.119, que tem a modelo e atriz Susana Werner, na capa, a Revista Placar teve que exclamar que ela sabia jogar bola. Afinal, como ela poderia praticar um esporte tão masculinizado? Já que, naquela época, o periódico costumava relacionar a modalidade feminina à perda da feminilidade e à homossexualidade.

Diante disso, tem-se que a violência simbólica era utilizada porque a presença da mulher no esporte passou a representar ameaça e complementaridade, ameaça porque atraiu a atenção para as mulheres em um mundo dominado por valores masculinos e, também, por colocar em dúvida as características tidas como femininas. Complementaridade porque equiparou homens e mulheres em hábitos sociais e atitudes, o que simboliza um universo moderno e civilizado (GOELLNER, 2005).

Em março de 2004, o apresentador e comentarista Milton Neves, que por mais de 10 anos foi colunista da Revista Placar, escreveu, uma única vez, algo relacionado ao futebol feminino. Na edição 1.268, ele lamentou que uma mulher americana fizesse parte da lista feita por Pelé, que indicava os 100 melhores jogadores da história a pedido da FIFA. Milton perguntou: “o que ela está fazendo na lista do Rei?” (p.12). E, depois

continuou: “Ah, vai vender Avon, sô! Não pode ter uma mulher em uma relação dessas envolvendo Pelé e FIFA” (p.12). Dessa forma, o colunista deixaria claro, a partir de um texto misógino, que o futebol é um espaço dominado por homens. Diante disso, percebe-se que a violência simbólica pode operar de forma silenciosa, quando não há, por exemplo, reconhecimento do espaço da mulher no mundo social, como ser humano de direitos iguais (SILVA, 2017).

Figura 6: Os 100 de Pelé.



Fonte: Placar, ed. 1.268 de mar. de 2004

Além disso, também foi observada uma violência simbólica na edição 1.338, de janeiro de 2010, ao se comparar uma jogadora, de grande relevância internacional, a um modelo masculino. Nessa perspectiva, a Revista Placar publicou uma matéria intitulada “Uma mulher veste a 10 de Pelé”. Nela, a jogadora Marta, considerada a melhor do mundo, aparece em destaque depois de seu rápido sucesso vestindo a camisa do Santos-SP. A reportagem descreve sobre os dois gols que ela fez na estreia e sobre as 13 vitórias em 13 jogos, na disputa da Copa do Brasil de futebol feminino. Além disso, sob o comando dela, o Santos também foi campeão da Taça Libertadores da América. Dessa forma, Marta foi denominada pela revista como “Pelé de saias”.

Posteriormente, a atleta Cristiane também foi comparada a outro jogador, só que dessa vez, a referência foi feita a Ronaldo Nazário (Fenômeno). Já que na edição especial para as Olimpíadas de Londres, em 2012, a edição de julho, deste mesmo ano, publicou em sua capa a imagem da jogadora Cristiane com o título “Ronaldinha Olímpica”. Diante

disso, percebe-se que a Placar considera que as jogadoras Marta e Cristiane são agentes de um alto capital simbólico. Entretanto, geralmente, são comparadas a atletas masculinos. Sobre isso, Bourdieu explica que as classes distintas (gêneros distintos, neste caso) estão entranhadas em uma disputa simbólica, que busca impor regras no mundo social de acordo com o interesse das classes dominantes. Sendo assim, ao se destacar alguma jogadora, constantemente, ela é automaticamente comparada a algum atleta homem, pois, nesses casos, a atuação masculina seria o modelo ideal de futebol.

Diante de tudo isso, percebe-se que o universo do futebol, desde a sua origem, caracteriza-se como um espaço eminentemente masculino, pois é uma área não somente esportiva, mas também sociocultural. Assim, as jogadoras ainda sofrem muito preconceito e discriminação no Brasil, por atuarem em um universo dominado por homens (SOUZA E KNIJNIK, 2007).

Afinal, no processo de construção de uma história ocidental dos esportes, foram indicadas as mulheres atividades físicas que reforçassem características estéticas, femininas e de eugeniação. As mulheres, por conta do desconhecimento e ocultamento em que estão fundamentadas as relações sociais de desigualdade entre os sexos, subordinam-se às normas que julgam o que deve ser o corpo, não apenas na sua composição perceptível, mas também na sua atitude, na sua apresentação (BOURDIEU, 2002).

6.1.3 Categoria emergente: Erotização precoce

As categorias que surgem no decorrer da análise, de acordo com Galianzi e Moraes (2005), ou emergentes são categorias que emergem dos dados, ou seja, são novidades que aparecem a partir de leituras anteriores, bem como do confronto dos dados que se apresentam. Dessa forma, ao analisar os dados no processo de pesquisa, da Revista Placar, surgiu uma nova categoria para o estudo, que foi a erotização precoce, nas páginas do periódico.

Tema: A objetificação das adolescentes

O processo de objetificação do corpo feminino, de acordo com Bolson e Richter (2018), não ocorre apenas com as mulheres, mas, também, com as crianças e com as

adolescentes. Ao serem tratadas como coisas, ou como objetos, deixam de vivenciar suas infâncias e juventudes para agradar aos interesses masculinos, produtos de uma sociedade patriarcal (BOLSON; RICHTER, 2018).

Nesse sentido, nota-se que a Revista Placar, ao objetificar os corpos das mulheres, acabava, também, espetacularizando os corpos das adolescentes. Visto que várias garotas com menos 18 anos, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, apareciam nas edições em poses sensuais. Diante disso, nota-se que o periódico estampou fotos erotizadas, de meninas de 13 aos 17 anos, em algumas de suas edições.

Sendo assim, a edição 974, de 10 de fevereiro de 1989, da Revista Placar publicou uma reportagem intitulada “Seleção de Sereias”, que descrevia uma disputada entre duas equipes, no Campeonato Brasileiro de Polo Aquático feminino. Nessa matéria, as atletas eram chamadas de sereias e estavam sob os olhares de um grande público, que estava no local para apreciar a beleza das jogadoras. Além disso, o periódico também estampou fotos das “sereias”, sendo que três delas tinham apenas 16 anos, que eram as atletas Daniela Oliveira, Luciana Prezia e Heloísa Prestes.

Nessa perspectiva, a seção “Esporte Total”, na edição 1.051, de 10 de agosto de 1990, da Placar, publicou uma reportagem denominada “As Pranchitas vão à luta”, com as meninas do grupo musical “Energia Estelar”. Eram cinco ex-atletas que foram reprovadas para trabalhar como “paquitas” do programa infantil “Xou da Xuxa” e se juntaram para formar o grupo. Elas eram Mariana Nogueira, de 14 anos, Karen Gaspar, de 15 anos, Carolina Ribeiro, de 13 anos, Vanessa Dantas, de 15 anos, e Shirley Miranda, de 16 anos, que largaram o body-boarding, a natação e a ginástica olímpica para cantar e dançar. A matéria ainda as descreveu como “graciosas ex-atletas”. Nesse sentido, Goellner (2003) desvela que para a construção dos corpos femininos, alguns atributos como sensualidade e graça são utilizados.

Já a edição 1.048, de 20 de julho de 1990, da Revista Placar, teve como escolhida na seção “TV Show”, a garota Deise Braga, de apenas 14 anos. A matéria intitulada “Uma gata com a bola toda” mostrou a jovem em uma pose sensual e a descreveu como a “loirinha” que mais fez sucesso no quadro “Bolão do Faustão”, da Rede Globo. Depois de ter participado do programa, na televisão, ela recebeu cerca de 500 cartas de telespectadores, com diversos pedidos de namoro. Além disso, o periódico ainda desvelou que ela já foi ginasta olímpica e campeã carioca de natação.

No ano anterior, na edição 1.011, de 27 de outubro de 1989, outra jovem apareceu como destaque, nas páginas da Revista Placar. Sendo assim, foi a adolescente Denise Rossi, de apenas 16 anos, quem ilustrou a seção “Garota do Placar”. A matéria conta que a paixão da paranaense era por mergulho submarino, mas que depois de inúmeros pedidos de pessoas, que exaltavam sua beleza, resolveu posar para fotos.

Anos mais tarde, na edição 1.125, de março de 1997, a Placar detalhou o perfil de quatro jogadoras (modelos e atrizes que estamparam a capa intitulada “Gostosas”. O primeiro apresentado é o da atacante e modelo Priscilla Ribeiro, de 17 anos, jogadora do Botafogo, que integrava o elenco de apoio da novela “Malhação”, da Rede Globo. Na matéria, ainda tiveram perguntas para ela como perda da virgindade, quem ela não ficaria e para qual tipo de homem ela dificultaria (p.24).

Nessa perspectiva de divulgar jovens “musas”, a Revista Placar, na edição 1.139, de maio de 1998, expôs a imagem da leitora Liliane Miranda, de apenas 15 anos. Ela era de Pato Branco, Paraná, e havia sido eleita, pela seção “Cartas”, a musa brasileira para a Copa do Mundo de futebol masculino da França (que foi realizada nesse mesmo ano da edição da revista).

Por fim, percebe-se que a Revista Placar evidenciou as adolescentes, especialmente, nas décadas de 1980 e 1990, a partir da espetacularização de seus corpos. Dessa forma, vestia-se as meninas como se fossem mulheres, desejando-as e objetificando-as, da forma mais repugnante que se pode imaginar, tal qual o machismo faz com adultas diariamente (BOLSON; RICHTER, 2018).

7 Considerações Finais

O estudo desta dissertação teve como objetivo geral compreender como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas e qual a sua relação com a dominação masculina. Além disso, teve como pergunta de pesquisa: “Como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas e qual é a sua relação com a dominação masculina?”.

Diante disso, a presente pesquisa buscou, nas mídias esportivas e, principalmente, na Revista Placar, matérias que tivessem ligações entre o futebol e as feminilidades. Dessa forma, abordou assuntos como futebol de modelos, erotização dos corpos das mulheres, preocupações com a aparência das jogadoras de futebol, aspectos técnicos das futebolistas e preocupação com a homossexualidade das atletas.

Tudo isso, para alcançar também os objetivos específicos da pesquisa. Pois, para se compreender, por exemplo, como a feminilidade é retratada nas mídias esportivas, buscou-se reportagens que tratavam das características ligadas ao feminino e aos ideais de feminilidade. Já em relação ao segundo objetivo específico, que cuida de como a dominação masculina é refletida no futebol feminino, nota-se que as mídias esportivas abordam muito mais sobre o futebol masculino. Além disso, os investimentos e incentivos ao futebol feminino são muito inferiores ao mesmo esporte praticado por homens.

Em relação ao objetivo que trata da relação entre dominação masculina, violência simbólica e futebol feminino, tem-se a crença de que o futebol não é um espaço para mulher. Afinal, ao longo dos anos, ocorreram diversas práticas de violência simbólica contra as mulheres que, de alguma forma, estavam envolvidas nessa modalidade dominada por homens.

Por último, no objetivo específico: entender a relação entre o mundo do futebol e a dominação masculina. Observa-se que a partir de uma sociedade patriarcal, em que os homens passaram a dominar as mais diversas instituições, as mulheres ficaram subordinadas às regras impostas por eles. Havia um domínio masculino na esfera pública e governamental, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pelas tarefas domésticas. Consequentemente, verifica-se que essa dominação masculina também foi estendida aos esportes e, especificamente, ao futebol. As mulheres foram proibidas de praticarem o esporte, durante quatro décadas, no Brasil, pois havia o discurso de que a modalidade tornaria o corpo feminino masculinizado. Assim, o futebol, devido ao seu vigor e violência, foi considerado inapropriado para as mulheres.

Diante disso, tem-se que o futebol feminino, desde a revogação da lei que impedia que as mulheres praticassem o futebol até os dias atuais, sempre enfrentou barreiras e dificuldades em sua profissionalização. Mesmo após diversos debates e reflexões, percebe-se que o esporte é eminentemente masculino, pois, os investimentos e incentivos que elas recebem são absurdamente menores do que os dos atletas masculinos. Nesse sentido, nota-se que Marta, uma das melhores jogadoras da história e vencedora de seis bolas de ouro, ganhava um dos maiores salários da modalidade, entretanto, o total de seus vencimentos recebidos durante um ano de trabalho era equivalente a poucos dias de serviço dos principais atletas masculinos. Mas, as desigualdades de gêneros também são vistas em outras esferas, como por exemplo nos números de inserções sobre o esporte feminino nas mídias esportivas.

Dessa forma, foram analisadas diversas edições da Revista Placar, que cobriram um período de 1980 até o início de 2023. Daí, percebe-se que nas décadas de 1980 e 1990, as matérias que abordavam, principalmente, a feminilidade das mulheres, evidenciavam os cuidados com a aparência delas. Além disso, as reportagens ainda erotizavam os seus corpos, sendo atletas ou não, a partir de diversas seções voltadas para o público masculino (masculinidade hegemônica) como: “deusa” e “As leitoras mais gostosas”. Em alguns momentos, os aspectos técnicos também eram abordados na revista, mas, muita das vezes, misturando-se com reportagens que falavam sobre a sexualidade das atletas.

Já na década de 2000, ocorreu uma diminuição na quantidade de matérias que abordavam futebol feminino. Entretanto, reduziu-se drasticamente o percentual de reportagens com conotações sexuais, havia uma maior preocupação com os aspectos técnicos. Além disso, a Placar também evidenciou mais sobre as competições internacionais de futebol feminino, já que, não ocorreram muitos incentivos para a realização das competições nacionais.

Na década seguinte, porém, houve um grande aumento no número de reportagens com conotações sexuais. O início da década de 2010, parecia um retorno ao passado, com imagens e textos que lembravam o período de maior espetacularização dos corpos femininos. Somente a partir de 2013, após uma reformulação da Revista, é que as matérias passaram a se preocupar apenas com os aspectos técnicos. Além disso, em 2019, houve um pedido de desculpas, da Revista Placar, por seu passado machista. Diante disso, já no início da década de 2020, o periódico publicou apenas matérias que tratavam de aspectos técnicos relacionados ao futebol feminino.

Sendo assim, percebe-se que ocorreu uma profunda mudança nas abordagens feitas pela Revista Placar, ao longo de seus anos. Fruto de uma relação cultural de seus tempos. Afinal, de acordo com Bourdieu (2002), houve uma grande contribuição dos movimentos feministas para que passasse a ocorrer um questionamento sobre a dominação masculina, entendendo-a como uma construção social.

Dessa forma, nas últimas décadas, a Revista Placar também publicou, com seriedade, reportagens sobre homossexuais no futebol, não mais de forma jocosa. Pois, para Bourdieu (2002), a dominação masculina não se impõe mais de maneira indiscutível. Já que, têm-se, atualmente, algumas transformações nas relações de gênero a partir das conquistas femininas.

Por outro lado, mesmo diante de tantas fases, quase sempre partindo de uma lógica de dominação masculina, nesses anos todos de Revista Placar. Entende-se que o periódico é uma importante referência para o jornalismo esportivo no Brasil. Sendo um importante veículo de comunicação na luta por profissionalização e igualdade para o futebol feminino.

Dessa forma, entende-se que o periódico acompanhou as transformações que ocorreram na sociedade. Ele abandonou um passado sexista, onde as mulheres eram tratadas como objetos de desejo, a partir de mudanças sociais pautadas pelas lutas feministas. Assim, nos últimos anos, a Placar passou a publicar apenas matérias sobre profissionalização, aspectos técnicos e lutas por igualdade, quando abordou o futebol feminino.

Entretanto, mesmo diante dessas vitórias, o futebol feminino, na Revista Placar, ainda continua tendo um número de reportagens bem abaixo do que é publicado para o futebol masculino. Além disso, por diversas vezes, o periódico ao falar sobre as atletas, utilizam os jogadores masculinos como comparação. Dessa maneira, verifica-se que mesmo diante de tantas mudanças, nas mídias esportivas e na sociedade, ainda há muita luta a ser travada, em busca da igualdade de gênero, nessa modalidade.

Por fim, ressalta-se que esse estudo é uma contribuição para as áreas do jornalismo, pois trouxe dados e informações de noticiários esportivos, da Educação Física, pois evidenciou a inserção das mulheres nas práticas esportivas, do Direito, pois desvelou sobre as Leis e Regulamentos que excluía as mulheres de praticar determinadas modalidades, além de mostrar sobre as normas criadas para a inserção dos transgêneros no esporte, da Antropologia, pois tratou dos aspectos biológico, social e cultural da humanidade, da Comunicação Social, pois analisou, em diferentes épocas,

a relação entre os meios de comunicação e os ambientes sociais e, por último, da Sociologia, pois abordou a evolução da sociedade a partir dos estudos feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, v.12, p.445-65, 2003.

ADELMAN, M. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 1, p. 11-29, dez. 2007.

ALCADIPANI, R.; ECCEL, C. S. (Re)descobrimos as Masculinidades. In: FREITAS, M. E. de; DANTAS, M. **Diversidade Sexual e Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 51-78.

ALMEIDA, A. M. M. de. Feminilidade: caminho de subjetivação. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 38, p. 29-44, dez. 2012.

ALMEIDA, C. S. de. O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. **FuLiA / UFMG**. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 72-87, 2019.

ALMEIDA, L. F. Renata Silveira fala sobre carreira e críticas por ser narradora na Globo. **RD1-TERRA**, 2022. Disponível em: <https://rd1.com.br/renata-silveira-fala-sobre-carreira-e-criticas-por-ser-narradora-na-globo/>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

ALMEIDA, M. V. de. **Senhores de Si**. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade, Lisboa, Fim de século, 1995.

ALMEIDA, T. M. de. A “natureza feminina”: considerações sobre a idealização da mulher como cuidadora e protetora do lar. In: Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 2018, Niterói, RJ. **Anais [...]**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2018.

ALTMANN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19, n. 2, p. 491-501, maio-agosto 2011.

ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero**: Marias (e) homens na educação física. 1998. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ALVES, I. Representações de mulheres em sitcoms: neoconservadorismo (mulheres em séries, 19). In: BONNETI, A.; SOUZA, A. M. F. de L. e (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA: (Coleção Bahianas; 14) NEIM, 2011.

ALVES, R. Rainha Marta recebe mais certificado de recorde mundial pelo Guinness Book. Gazetaweb, 2021. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/esportes/rainha-marta-recebe-mais-um-certificado-de-recorde-mundial-pelo-guinness-book/>. Acesso em: 15 de abr. de 2022.

ARAÚJO, E. A. de. **Mulher e futebol**: A cobertura e a transmissão da televisão aberta brasileira da Copa do Mundo 2019.2021. 287 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2021.

ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS Editora, 1998.

ARRAZOLA, L.D.; ROCHA, I. Mulher, natureza, cultura: apontamentos para um debate. In: G. Rabay (Org.). **Mulheres e sociedade**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1996. p. 45-55.

BARBANO, L.; CRUZ, D. M. C. da. Machismo, patriarcalismo, moral e dissolução dos papéis ocupacionais. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, São Carlos, v.3, n.1, p. 159-165, 2015.

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Tradução Marcelo Figueiredo Duarte; consultoria, supervisão e revisão técnica dessa edição Leandro Miletto Tonetto. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa/coordenada por Uwe Flick). 216 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2008.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERALDO, B. O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo. In: Congresso Internacional em Comunicação e Consumo, 4, 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, SP: PPGCOM ESPM, 2014. 15 p.

BERTÉ, I. L. **Mulheres no universo cultural do boxe**: as questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de atletas no Pugilismo (2003-2016). 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

BOLSON, G. RICHTER, D. A objetificação da mulher e a erotização precoce de crianças e adolescentes meninas, análise da paródia "vai baranga" de MC Melody? **VI Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia**, p. 1 – 18, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/direitos-humanosedemocracia/article/view/10618>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. **Decreto-Lei no. 3199**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.

BRÍGIDO, E. I. Michel Foucault: uma análise do poder. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013.

BRYMAN, A.; BELL, E. **Business research methods** (4th ed). Oxford: Oxford University Press, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARGO, W. X. "Esportes, política de Estado e homofobia institucionalizada". **Pontos de Vista**, USP, 2014.

CAMPOS, M. I. **Memórias de infância de professoras da educação infantil: gênero e sexualidade**. Dourados, MS: UFGD, 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa De Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, 2010.

CARRIERI, A. P. **Masculinidades contemporâneas**. Belo Horizonte: CNPq/UFMG, 2008. (Projeto de Pesquisa).

CARMONA, L.; POLL, G. **Almanaque do futebol**. Casa da Palavra: COB. Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, D. Bolsonaro critica questão do Enem sobre Marta e diz que futebol feminino não é realidade no Brasil. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/bolsonaro-critica-questao-do-enem-sobre-marta-e-diz-que-futebol-feminino-nao-e-realidade-no-brasil.shtml>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

CHEVITARESE, L.; FONSECA, V; TRAJANO, L.; Desconstrução de identidades de gênero: uma leitura foucaultiana sobre as formas de resistência como práticas de liberdade. **Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 87-110, 2017.

CIDADE, E. R.; DA ROCHA, M. B. F. (2004, agosto). **A mulher e o esporte**: O processo civilizador e o envolvimento feminino nos esportes, 2004. Disponível em: <http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais8/Ruth%20Eug%C3%AAnia%20Cidade%20%E2%80%93%20UFPR%20.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

COCETRONE, G. Avançando no mundo, licença de atleta à maternidade segue distante no Brasil. **Lei em Campo UOL**, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-em-campo/2022/02/02/avancando-no-mundolicenca-de-atleta-a-maternidade-segue-distante-no-brasil.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

CONCEIÇÃO JOANNA, N. **A mulher nas capas da Revista Placar**: de objeto à protagonista em três décadas de análise. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2022.

CONNELL, R. W. **Gender and power**: Society, the person and sexual politics. Cambridge: Polity, 1987.

CONNEL, R.W. **Masculinidades**. México: UNAN-PUEG, 2003.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.21, n.1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CORTES, J. et al. A educação machista e seu reflexo como forma de violência institucional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL, XVII, 2015, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS. **Anais [...]**. Cruz Alta, RS: Unicruz, 2015.

COSTA, L. Maria-chuteiras x torcedoras “autênticas”. Identidade feminina e futebol. XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ, 12, 2006, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 1-11

COSTA, M. R. F.; SILVA, R. G. A Educação Física e a Co-Educação: igualdade ou diferença? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 4354, jan. 2002.

COSTA, Y. L. da; ABREU, R. de O. Mulher e futebol: desigualdade de gênero e a influência midiática. In: Congresso Internacional de História, 5, 2016. Jataí, GO. **Anais [...]**. Jataí, GO: Universidade Federal de Goiás, 2016. 17 p.

COUBERTIN, P. As mulheres e os esportes. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, v.21, p.60, 1938.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 116-131, jan./mar. 2009.

DAMATTA, R. Antropologia do óbvio. **Revista USP**. São Paulo, n. 22, p. 10-17, jun., jul. e ago. 1994.

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

DEL PRIORE, M. I. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história da transformação do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

DOS ANJOS, L. A. ET AL. Guerreiras Project: futebol e empoderamento de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.1, p. 1-16, 2018.

DUBY, G. **Idade Média, idade dos homens**: idade do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUNNING, E.; MAGUIRE, J. “As relações entre os sexos nos esportes”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 312-348, 1997.

ELIAS, N.; DUNNING, E. (Orgs.). **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1995.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.25, n.50, p. 315-328, 2005.

FERNANDES, R. I. M., JEREMIAS, I. C. Transexualidade em jogo: a compreensão de profissionais da Educação Física a respeito de atletas transgêneros nas competições esportivas oficiais. **Repositório Universitário da Ânima**, Tubarão, Santa Catarina, 2019.

FERNANDES, V. L. F. P. Relações entre ginástica e mulher brasileira: do início do século XX aos dias atuais. **EDFeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 15, n. 148, p. 120-125, septiembre de 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999. Disponível em: <https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-a-ordem-do-discurso-aula-inaugural-no-college-de-france.pdf> . Acesso em: 05 mar. 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREITAS, L. L. Cultura corporal e dominação masculina como as diferenças são construídas? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, violência e poder. **Sessão temática** – Gênero e Práticas Corporais e Esportivas. Florianópolis, 2008.

FUTEBOL feminino na Olimpíada: Marta fica sem medalha e é segunda maior artilheira da história dos Jogos. BBC NEWS BRASIL, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portugueses/geral-57950650>>. Acesso em: 17 de abr. de 2022.

GABRIEL, B. J. ET AL. Revisão crítica da literatura brasileira sobre as coberturas jornalísticas esportivas do futebol feminino. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 499-512, jul./set. 2020.

GASTALDO, E. Futebol e sociabilidade: apontamentos sobre as relações jocosas futebolísticas. **Esporte e Sociedade**, Niterói, n.3, jul./out. 2006.

GASTALDO, E. Publicidade, esporte e nacionalidade na Grã-Bretanha: representações sociais na publicidade dos Jogos Olímpicos de Sydney. In: GASTALDO, E. **Publicidade e sociedade: uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, Santa Catarina, v. 1, n. 2, p. 71-83, mar. 2010.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J. e GOELLNER, S. V. (orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 30-42.

GOELLNER, S. V. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física, v.13, n.2, mai./ago. 2007.

GOELLNER, S. V. Gênero, Educação Física e esportes. In: VOTRE, S. B. (Org.). **Imaginário e representações sociais em Educação Física, esporte e lazer**. Rio de Janeiro: UGF, 2001. p. 215-227.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista brasileira de Educação Física**. Especial, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303>. Acesso em: 28 set. 2021.

HALL, A. **Feminism and Sporting Bodies**: Essays on Theory and Practice. Illinois: Human Kinetics, 1996.

HALL, S. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, **Anais[...]**. Florianópolis: UFSC, p. 485-506, 2007.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens** - O Jogo Como Elemento da Cultura. São Paulo: Perspectiva. 1971.

ISSE, S. F. **Corpo e feminilidade**: um estudo realizado com meninas adolescentes no contexto da Educação Física escolar. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2003.

JANUÁRIO, S. B.; LIMA, C. A. R.; LEAL, D. Futebol de mulheres na agenda da mídia: uma análise temática da cobertura da Copa do Mundo de 2019 em sites jornalísticos brasileiros. **Observatorio (OBS*)**. Lisboa, v. 14, n. 4, p. 42-62, 2020.

JANUÁRIO, S. B. Marta em notícia: a (in)visibilidade do futebol feminino no Brasil. **FuLiA/UFMG**. Minas Gerais, v.2, n.1, p. 28-43, jan./abr. 2017.

JESUS, M. L.de; DEVIDE, F.P. Educação Física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. **Movimento**. Porto Alegre, v.12, n.03, p. 123-140, set/dez. 2006.

KANESIRO, M. H. “**Mídia e futebol feminino: indiferença e distorções**”. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Instituto de Biociências, Licenciatura Plena em Educação Física, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, Brasil, 2009.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

KNIJNIK, J. D.; SOUZA, J. S. S. Diferentes e desiguais: Relações de gênero na mídia esportiva brasileira; In. Antonio Carlos Simões, Jorge Dorfman Knijnik (orgs). **O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho**. São Paulo, Aleph, 2004 (p. 191-212).

KNIJNIK, J.D.; VASCONCELLOS, E.G. Sem impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil. In: COZAC, J.R. (Ed.). **Com a cabeça na ponta da chuteira: ensaios sobre a psicologia do esporte**. São Paulo: Annablume/Ceppe, 2003.

LEAL, D. F. de O.; MESQUITA, G. B. A singularidade da cinquentenária Placar para o contexto histórico do jornalismo esportivo no Brasil. **Sur le journalisme**. Brasília, v. 10, n. 2, p. 18-33, 2021.

LEAL, D. F. de O.; MESQUITA, G. B. O futebol de mulheres na revista Placar: da objetificação à redenção. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Santa Catarina, v. 18, n. 1, p. 95-108, jan./jun. 2021.

LEAL, D. F. de O. **Noticiabilidades na Placar: A mutação dos valores-notícias em três décadas de cobertura do futebol de mulheres**. 2020. Dissertação (Mestrado em

Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

LEAL, J. C. **Futebol: arte e ofício**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2001.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LISBOA, V. Advogada de vítima de estupro quer representar contra delegado na corregedoria. 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/advogada-de-vitima-estupro-quer-representar-contra-delegado-na-corregedoria>>. Acesso em: 03 de mar. de 2022.

LOURO, G. L. (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27.

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001b.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-34.

LOVISOLO H.; SOARES A.J.; BARTHOLO T. L. Feminismo, mulheres e esportes: questões metodologias, Porto Alegre. **Revista Movimento**, vol. 12/3; set/dez/2006.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Santa Catarina. 22(3): 320, p. 935- 952, set.-dez. 2014.

MAGALHÃES, J. C. **Por que os homens nunca ouvem e as mulheres não sabem estacionar?** Analisando a rede de discursos das neurociências quanto às questões de gênero em alguns artefatos culturais. 2008. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - PPGEUCFRGS, Porto Alegre, 2008.

MAGRI, D. Da proibição à obrigação, o futebol feminino desafia os clubes brasileiros em 2019. **El País**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/deportes/1555012178_170838.html>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

Mancini, M. C., & Sampaio, R. F. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 10, n. 4, dez. 2006.

MARCHI JUNIOR, W. **“Sacando” o Voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004.

MARTINS, L. T.; MORAES, L. O futebol feminino e sua inserção na mídia: a diferença que faz uma medalha de prata. **Pensar a Prática**. Goiânia, v. 10, n. 1, p. 69-81, 2007.

MATTOS, M. Z. **Aulas mistas na Educação Física: tensões e contradições**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

MEIRELES, R. Mais um país dá passo em frente pela igualdade: jogadores e jogadoras de futebol da seleção do País de Gales vão receber o mesmo salário. **TRIBUNA EXPRESSO**, 2023. Disponível em: <https://tribuna.expresso.pt/futebol-feminino/2023-01-18-Mais-um-pais-da-passo-em-frente-pela-igualdade-jogadores-e-jogadoras-de-futebol-da-selecao-do-Pais-de-Gales-vao-receber-o-mesmo-salario-89590686>. Acesso em: 20 de fev. de 2023.

MEYER, D. E. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, F. J.; GOELLNER, S. V. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

MIRANDA, M. H. G. de; OLIVEIRA, A. C. A. Os Limites das Categorias Heteronormativas no cotidiano escolar e a Pedagogia Queer: o caso do uso do banheiro. In: **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n.32 p. 350-373, 2016.

MOLINIER, P.; WELZER-LANG, D. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena; et al (orgs). **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MONEY, J.; TUCKER, P. **Os papéis sexuais**. Tradução: George Schlesinger. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MONTEIRO, M.V.P. Gênero e a naturalização das diferenças na Educação Física escolar. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 53-71, jan./jun. 2016.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2005.

MORALES, J. A história de superação de Tamires, única jogadora da seleção que é mãe. **Revista Claudia**, 2019. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/a-historia-de-superacao-de-tamires-unica-jogadora-da-selecao-que-e-mae>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

MOREIRA, N. B. ET AL. Qualidade de vida: comparação entre sexos e índice de massa corporal em atletas do basquetebol master brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 107-114, jan./mar. 2019.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo:

Moderna, 1999.

MÓSCA, H. M. B. **Fatores institucionais e organizacionais que afetam a profissionalização da gestão do departamento de futebol dos clubes.** 2006. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Departamento de Administração da PUC-Rio, Faculdade de Administração, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

MOTT, L. **Homossexualidade:** mitos e verdades. 1ª ed. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

MOURA, R. G. de. **A feminilidade nas organizações na visão de homossexuais masculinos:** entre a dominação masculina e o estigma. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Unigranrio, Rio de Janeiro, Brasil, 2017.

MOURÃO, L.; MOREL, M. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.26, p.73-86, 2005.

MULHERES entram em campo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 2 fev. 2003. Caderno Esportes, p.40-42.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio:** uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos. 1997.

MURRAY, B. **Uma história do futebol.** São Paulo: Hedra, 2000.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**, Minas Gerais, v.18, n.1, p. 49-55, jan./abr. 2006.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa In: MOLINA NETO, V.; TRIVINOS, A. N. S. (org.). **A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas** (org.) 3ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 61-93.

NOGUEIRA, O. C. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Caderno de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, V. 9, N. 2, p. 57–72, dez. 2006

OLIVEIRA, O. de. **Disparidade entre contratos de futebol masculino e feminino**. 2020. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Direito) – Núcleo de Trabalho, Faculdade de Direito, UniEvangélica, Anápolis, Goiás, Brasil, 2020.

OLIVEIRA, F.; MACEDO, R.; SILVA, A. Fatores associados a participação das alunas nas aulas de educação física: uma questão de gênero? **Revista acta brasileira do movimento humano. Jequié, BA**, v. 4, n. 5, p. 73 – 86, 2014.

OLIVEIRA, M. de.; MAIO, E. R. “Você tentou fechar as pernas?” – A cultura machista impregnada nas práticas sociais. **Polêmica** – Revista Eletrônica da Uerj, Rio de Janeiro, v.16, n. 3, p. 1-18, jul., ago. e set. 2016.

OLIVEIRA, M. G. DE; MALDONADO, D. T. Análise midiática sobre o futebol feminino no Brasil: elementos didáticos para a Educação Física no ensino médio. **Motrivivência**, Florianópolis, v.32, n.63, p. 1-21, jul./dez.,2020.

OLIVEIRA, P. P. de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. "Discursos sobre a masculinidade". **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PELLAES, A. Será que as mulheres ganham menos do que os homens, mesmo? **UOL Economia**, 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/alexandre->

pellaes/2022/03/31/sera-que-as-mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-mesmo.htm#:~:text=%2D%20De%20acordo%20com%20o%20relat%C3%B3rio,que%20os%20homens%2C%20em%20m%C3%A9dia. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

PEREIRA, M. C. **Às margens de uma revista esportiva:** a seleção brasileira de futebol feminina nas páginas da Placar (1991-2015). 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil, 2018.

PLACAR, n. 509, São Paulo: Ed. Abril, 01 de fevereiro de 1980.

PLACAR, n. 539, São Paulo: Ed. Abril, 29 de agosto de 1980.

PLACAR, n. 593, São Paulo: Ed. Abril, 25 de setembro de 1981.

PLACAR, n. 713, São Paulo: Ed. Abril, 20 de janeiro de 1984.

PLACAR, n. 727, São Paulo: Ed. Abril, 27 de abril de 1984.

PLACAR, n. 738, São Paulo: Ed. Abril, 13 de julho de 1984.

PLACAR, n. 767, São Paulo: Ed. Abril, 1º de fevereiro de 1985.

PLACAR, n. 962, São Paulo: Ed. Abril, 11 de novembro de 1988.

PLACAR, n. 974, São Paulo: Ed. Abril, 10 de fevereiro de 1989.

PLACAR, n. 979, São Paulo: Ed. Abril, 17 de março de 1989.

PLACAR, n. 998, São Paulo: Ed. Abril, 4 de agosto de 1989.

PLACAR, n. 1.007, São Paulo: Ed. Abril, 29 de setembro de 1989.

PLACAR, n. 1.011, São Paulo: Ed. Abril, 27 de outubro de 1989.

PLACAR, n. 1.043, São Paulo: Ed. Abril, 15 de junho de 1990.

PLACAR, n. 1.048, São Paulo: Ed. Abril, 20 de julho de 1990.

PLACAR, n. 1.050, São Paulo: Ed. Abril, 3 de agosto de 1990.

PLACAR, n. 1.051, São Paulo: Ed. Abril, 10 de agosto de 1990.

PLACAR, n. 1.084, São Paulo: Ed. Abril, junho de 1993.

PLACAR, n. 1.106, São Paulo: Ed. Abril, agosto de 1995.

PLACAR, n. 1.107, São Paulo: Ed. Abril, setembro de 1995.

PLACAR, n. 1.111, São Paulo: Ed. Abril, janeiro de 1996.

PLACAR, n. 1.119, São Paulo: Ed. Abril, setembro de 1996.

PLACAR, n. 1.123, São Paulo: Ed. Abril, janeiro de 1997.

PLACAR, n. 1125, São Paulo: Ed. Abril, março de 1997.

PLACAR, n. 1126, São Paulo: Ed. Abril, abril de 1997.

PLACAR, n. 1.139, São Paulo: Ed. Abril, maio de 1998.

PLACAR, n. 1.141, São Paulo: Ed. Abril, julho de 1998.

PLACAR, n. 1.263, São Paulo: Ed. Abril, outubro de 2003.

PLACAR, n. 1.268, São Paulo: Ed. Abril, março de 2004.

PLACAR, n. 1.310, São Paulo: Ed. Abril, setembro de 2007.

PLACAR, n. 1.313, São Paulo: Ed. Abril, dezembro de 2007.

PLACAR, n. 1.338, São Paulo: Ed. Abril, janeiro de 2010.

PLACAR, n. 1.356, São Paulo: Ed. Abril, julho de 2011.

PLACAR, n. 1.368, São Paulo: Ed. Abril, julho de 2012.

PONTES, F. S.; PEREIRA, M. C.; FREITAS JÚNIOR, M. A. de. Às margens de uma revista esportiva: a seleção brasileira de futebol feminina nas páginas de Placar (1996).

Revista Comunicação Midiática, Ponta Grossa, v.14, n. 2, p. 68-82, jul./dez. 2019.

PRADO, V. M.; ALTMANN, H.; RIBEIRO, A. I. M. Condutas naturalizadas na Educação Física: uma questão de gênero? **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, SP, v. 16, n.1, p. 59-77, jan./abr. 2016.

PRADO, V. M. do; NOGUEIRA, A. G. A. Transexualidade e esporte: o caso Tiffany Abreu em “jogo”. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Uberlândia, MG, v. 2, n. 1, p. 60-72, jan./ jun. 2018.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Structure and Function in Primitive Society**. London: Cohen and West, 1959.

RAFANHIM, C. S.; REZENDE, C. R. de A.; INHAN, L. de O. Fogo que arde sem se ver: o amor romântico nas manifestações culturais e as desigualdades de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 54, p. 63-75, dez. 2019.

RAMIRES, L. Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar? **Revista Katál**. Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 501-509, set./dez. 2020.

RAMOS, P.; SAMPAIO, R. Como o futebol feminino lida com a gravidez e menstruação. **Terra**, 2022. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/futebol/futebol-feminino/comocomgravidemenstruacao,88740689b7f3e7e4ebdfa7ecf6b6f4c6w2otpm4s.html/>>. Acesso em: 15 de abr. de 2022.

RIHAN, T. M. A mídia esportiva e o futebol de mulheres no Brasil: o que noticiam sobre elas? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: Transformações, conexões, deslocamentos, 2017. 11 p.

ROMFELD, V. S. As raízes do patriarcado: contribuições teóricas sobre a violência contra as mulheres no Brasil. **Captura Crítica: direito, política, atualidade**. Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 215-229, jan./dez. 2015.

SADER, A. P. C.; NICOLETE, J. N.; GOMES, M. F. As mulheres e o direito à cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, edição especial, p. 99-110, 2019.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALDANHA, R. M.; GOELLNER, S. V. Futebol, Sexo e Rock and Roll: o futebol moderno na Revista Placar. Revista **Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 281-296, abr./jun. 2013.

SALVINI, L.; MARCHI JÚNIOR, W. Notoriedade mundial e visibilidade local: o futebol feminino na revista Placar na década de 1990. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v.1, n.1, p. 144-159, fev. 2013.

SALVINI, L.; MARCHI JÚNIOR, W. Registros do futebol feminino na Revista Placar: 30 anos de história. **Motrivivência**, Santa Catarina, v. 28, n. 49, p. 99-113, dez. 2016.

SALVINI, L.; MARCHI JÚNIOR, W. Uma história do futebol feminino nas páginas da revista Placar entre os anos de 1980-1990. **Movimento**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 95-115, 2013.

SALVINI, L.; SOUZA, J. de; MARCHI JÚNIOR, W. A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 26, n. 3, p. 401-10, 2012.

SANTOS, T. C. B.; SILVA NETO, A. de O.; ÁVILA, É. G. de. Educação Física, corpo, gênero e sexualidade. **Educação, Gênero e Diversidade**, Tiradentes-MG, v. 9, n. 1, p. 82-92, 2016. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/EDUCA%C3%87%C3%83OF%C3%8DSI>

CA%2CCORPO%2CG%C3%8ANEROESEXUALIDADE SantosNeto/3554bd0aa52b0ddc91f323ed2b8a8114b5a1d2b5/. Acesso em: 2 de out. 2021.

SANTOS, V. C. dos. Índícios de sentidos e significados de feminilidade e de masculinidade em aulas de Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.4 p.841-852, out./dez. 2010.

SANTOS, V. dos. Homossexualidade no ambiente escolar. **Revista Eletrônica: LENPES de Ciências Sociais-UEL**. Edição Nº. 2, Vol. 1, p. 1-17, jul./dez., 2012.

SANTOS NETO, R. A. dos. **Aulas coeducativas na Educação Física**: um desafio de reflexão sobre relações de gênero. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação Física) – Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (Programa de Residência Docente), Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Brasil, 2021.

SARAIVA, M. do C. **Co-educação física e esportes**: quando a diferença é mito. 2 ed. Ijuí: Unjuí, 2005.

SCHARAGRODSKY, P. A. Juntos pero no revueltos: la educación física mixta en clave de género. In: *Cadernos CEDES*. Campinas, v. 34, n. 121, p.59-76, jan.-abr., 2004.

SCHARAGRODSKY, P. A. Masculinidades en acción: machos, maricas, subversivos y cómplices. El caso de la Educación Física argentina. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, et al. *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, p.18-30, 2007.

SCHUTZ, A. **Collected Papers**. Den Haag: Martinus Nijhoff. 1962.

SCOTT, J. J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-79, jul./dez., 1995.

SELEÇÃO feminina de handebol de praia da Noruega é multada por usar shorts. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2021/07/20/selecao-feminina-de-handebol-da-noruega-e-multada-por-usar-shorts.htm>>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

SELEÇÕES feminina e masculina vão receber mesmo salário nos EUA. **REVISTA EXAME**, 2022. Disponível em: <https://exame.com/casual/selecoes-feminina-e-masculina-vaao-receber-mesmo-salario-nos-eua/> Acesso em: 20 de jun. de 2022.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, G. S. **A dominação masculina, o patriarcado e a apropriação estatal de conflitos**: contribuições da justiça restaurativa aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Espírito Santo, Brasil, 2017.

SILVA, M.C.P.; COSTA, M.M.; SALLES, J.G.C. Representação social do futebol feminino na imprensa brasileira. In: VOTRE, S.; SALLES, J.G.C. (Eds.). **Representação social do esporte e da atividade física**: ensaios etnográficos. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 73-102.

SIMÃO, P. C. **Representações midiáticas da homofobia no futebol brasileiro**: os casos de Sheik, Richarlyson e Ronaldo. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, 2019.

SIMMEL, G. “Sociabilidade: um estudo de sociologia pura ou formal” in: MORAES FILHO, E. (org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática. 1983. P.165-181.

SIQUEIRA, M. V.; ANDRADE, A. Em Busca de uma Pedagogia Gay no Ambiente de Trabalho. In: FREITAS, M. Ester de; DANTAS, Marcelo (Orgs.). **Diversidade Sexual e Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUSA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na Educação Física escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.19, n. 48, p. 52-68, 1999.

SOUZA, J. S; KNIJNIK, J. D. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.21, n.1, p. 35-48, 2007.

STAHLBERG, L. T. **Mulheres em campo**: novas reflexões acerca do feminino no futebol. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Faculdade de Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil, 2011.

TEETZEL, Sarah. On transgendered athletes, fairness and doping: An international challenge. **Sport in Society**: v. 9, n. 2, p. 227-251, 2006. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17430430500491280?scroll=top&needAccess=true&role=tab>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

THARDIÉRE, M. Mães fortes fazem filhos fortes. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, v.39, p.60, 1940.

TRAT, J. “Movimentos feministas”. In: HIRATA, H. [et. al] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VALPORTO, O. **Atleta, substantivo feminino**: vinte mulheres brasileiras nos jogos olímpicos. Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2006.

VEIGA, M. R. M. **Mulheres na meia-idade**: Corpos, envelhecimentos e feminilidades. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal De Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

VILLELA, W. V. Feminilidades: corpos e sexualidades em debate. **Ciências e Saúde Coletiva**, v.21, no.2, Rio de Janeiro, fev. 2016.

VITO, D. D.; GILL, A.; SHORT, D. A Tipificação Do Estupro Como Genocídio. **Revista internacional de direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 28-51, jun. 2009.

WISNIK, José Miguel. Bola ao alto. Interpretações do Brasil. In: **Veneno Remédio**. O futebol e o Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

XAVIER, E. **Declínio do patriarcado**: a família no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.